

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE , UNICENTRO PROGRAMA
DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO**

CLAUDINÉIA SCHINEMANN

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA EM GUARAPUAVA
DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA**

GUARAPUAVA
2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO - OESTE, UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO

O MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA EM GUARAPUAVA
DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação.

Linha de pesquisa: Políticas Educacionais, História e Organização da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Herold Junior
Co-orientadora: Prof. Dr. Luciane Neuvald

GUARAPUAVA
2015

CLAUDINÉIA SCHINEMANN

O MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA EM GUARAPUAVA DURANTE
A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Banca Examinadora em __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Herold Junior – (orientador)
UNICENTRO

Prof. Dr. José Luis Sanfelice
UNICAMP

Prof.^a Dr. Adair Angelo Dalarosa
UNICENTRO

DEDICATÓRIA

Quando entrei no mestrado, refletia muito sobre a pesquisa. Para que? Por que? Para quem pesquiso? E ao olhar para alguns dos meus alunos, outros questionamentos me faziam refletir, era como se me perguntassem:

- Que história quer me ensinar? Eu tenho fome! Como vou fazer história com fome? Suas palavras até me motivam momentaneamente, mas, e quando eu chegar em casa, no meu barraco que “sujeito histórico” sou? Que realidade posso transformar? Não. Não me venha com seus discursos. Não. Não me traga seus autores. Eles não sustentam minha fome. Eles não suportariam minha vida. Eles assim como você sujaram as mãos com a tinta da caneta e carregaram o peso dos livros. Eu carrego o peso do reciclável. Minhas mãos estão sujas com outra tinta que não é de caneta. Não. Não me fale de um mundo melhor, enquanto você pesquisa e eu tenho que trabalhar. Não. Não me fale de uma sociedade justa enquanto você faz seus estudos até no exterior e eu não posso ir e vir na minha própria cidade sem ser olhado dos pés a cabeça. Não. Não me venha dizer que você acredita no ser humano e não faz nada de eficaz para que esse ser humano passe a acreditar nele mesmo. Não seja prepotente acreditando que teu conhecimento é maior que o meu ou que você é mais feliz que eu. Por que afirma isso? O que você sabe da vida? O que você sabe da vida de verdade, da vida que pulsa dentro da gente? O que realmente você sabe da chuva se nunca se molhou? O que realmente você sabe da terra se não pisou descalço nela? O que realmente sabe de injustiças se nunca foi injustiçado? O que realmente sabe de desigualdades se sempre esteve do lado dos iguais? Somente pelas leituras que faz, você se apropria da minha realidade? Não me entenda mal, eu só tenho fome ou bem mais que isso!

É a esses alunos e aos ex-militantes do movimento estudantil secundarista guarapuavano que dedico essa pesquisa, que nada mais é que a escrita de uma parte da história, para que saibam que a história sim é feita por pessoas vivas, concretas, que precisam comer, dormir, trabalhar, existir para que possam vivê-la, compreendê-la e transformá-la. Mas que talvez, por motivos tantos, ela precise ser escrita e contada por outros... demorei entender isso... em determinados momentos somos os sujeitos em outros somos apenas o predicado.

AGRADECIMENTOS

Durante minha vida há vários momentos que através de valiosas pessoas eu pude aprender. A elas os meus agradecimentos.

Primeiro agradeço aos meus pais Otaviano e Raquel que independente de grau de instrução sempre foram os mais sábios pra mim.

Aprendo todo dia com meus filhos a me tornar uma pessoa melhor por mim, mas muito por eles. Agradeço a compreensão de vocês, Nátali e Felipe por esse tempo de ausência.

Agradeço ao meu esposo Hallison, pelo incentivo, respeito e dedicação durante esse período.

Meus agradecimentos aos membros da banca José Luis Sanfelice e Adair Ângelo Dalarosa por terem aceitado contribuir com o estudo;

Ao meu orientador Carlos Herold Junior por ter orientado, incentivado e acreditado em mim, mesmo quando eu não acreditava;

A minha coorientadora Luciane Neuvald, pelas orientações e dicas, mas acima disso também pelo olhar carinhoso e incentivador.

Aos professores do mestrado Alessandro de Melo, Carlos Herold Junior, Adair Angelo Dalarosa, Carla Luciane Blum Vestena e Emerson Veloso por terem contribuído significativamente na construção da minha formação;

Aos entrevistados que gentilmente concederam parte de sua história de vida e que se tornaram essenciais nesse trabalho;

A Jaqueline Puquevis de Souza e Vanessa Rodrigues que mais que colegas de mestrado foram amigas, apoio e suporte durante todo o processo;

Aos meus colegas de mestrado em especial ao Daniel que na reta final escutava minhas angústias e me incentivava.

Aos meus colegas de trabalho e as direções do Colégio Estadual Antonio Tupy Pinheiro e Colégio Estadual Visconde de Guarapuava, por colaborarem na efetivação desse estudo, em especial a Ediane Gomes de Lima e Maria de Fátima Borges.

A SEED pela oportunidade de afastamento para a realização do mestrado;

Aos meus familiares e amigos que apoiaram a realização deste trabalho com palavras e gestos.

As pessoas nascem diferentes. Eu queria poder ser tudo o que os outros podiam ser. Por um lado eu queria ser tudo, mas você não é preparado pra ser tudo. Você é limitado. Primeiro porque nos falam que Deus tem um propósito pra você. Você é obrigado a amar esses que tem mais que você. Porque você tem que amar a todos. Dentre esses que você é obrigado a amar, você descobre que tem os que mataram gente inocente, amigos, companheiros, que cometeram injustiças, que geram fome. Foi a partir dessa reflexão que um sentimento de que eu quero fazer diferente, eu não quero isso nem pra mim nem pros outros. Eu acreditava que poderia mudar o mundo, por isso eu entrei no movimento estudantil” (Entrevistado 4).

LISTA DE SIGLAS

- ARENA** – Aliança Renovadora Nacional
- CAEG** – Centro de Atividades Estudantis de Guarapuava
- COESES** – Congresso Estadual dos Estudantes Secundários
- DCE** – Diretório Central dos Estudantes
- DEOPS** - Delegacia de Ordem Pública e Social
- DOPS** - Departamento de Ordem e Política Social
- ELIMARTE** – Encontro Livre de Música e Arte
- ESG** - Escola Superior de Guerra
- FAFIG** - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LIBELU** – Liberdade e Luta
- MDB** - Movimento Democrático Brasileiro
- MEC** - Ministério da Educação
- MES** – Movimento Estudantil Secundarista
- MR8** – Movimento Revolucionário 8 de outubro
- OSI** – Organização Socialista Internacionalista
- OSP** - Organização Social e Política do Brasil
- PCB** – Partido Comunista Brasileiro
- PPS** – Partido Popular Socialista
- UBES** – União Brasileira dos Estudantes Secundários
- UGES** – União Guarapuavana dos Estudantes Secundários
- UMES** – União Municipal dos Estudantes Secundaristas
- UNE** – União Nacional dos Estudantes
- UNICENTRO** – Universidade Estadual do Centro-oeste
- UPE** – União Paranaense dos Estudantes
- UPES** – União Paranaense dos Estudantes Secundários
- USAID** - Agencia dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

RESUMO

SCHINEMANN, Claudinéia. *O Movimento Estudantil Secundarista de Guarapuava durante a ditadura civil-militar brasileira*. 2015. 117 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2015.

Este estudo tem como objetivo analisar a atuação do movimento estudantil secundarista de Guarapuava durante a ditadura civil-militar brasileira (1964 – 1985). O recorte temporal justifica-se por ter sido o período em que a organização estudantil atuou de modo significativo no cenário nacional e teve mais visibilidade social. Durante o levantamento bibliográfico encontramos a carência de fontes escritas a cerca da história da educação guarapuavana no período assinalado e a ausência de estudos sobre o movimento estudantil secundarista guarapuavano que nos levou a recorrer às fontes orais e aos periódicos veiculados na cidade. Para o desenvolvimento da pesquisa, a orientação teórico-metodológica adotada foi baseada no materialismo histórico-dialético, por ser o método que permite interpretar a realidade numa lógica dialética. A investigação desse modo deve se apropriar do objeto interpretando-o junto à sociedade e aos sujeitos envolvidos no processo da construção histórica. Deste modo, o trabalho foi dividido em três partes: no primeiro capítulo foi destacada a atuação do movimento estudantil secundarista de Guarapuava no período da ditadura civil-militar brasileira. O segundo capítulo contextualiza esse período na cidade e apresenta de modo breve a história do município para que a partir dessas informações possamos compreender como se configurava a cidade e engendrar uma discussão com o cenário nacional durante a instauração do regime militar brasileiro. O terceiro capítulo apresenta o movimento estudantil enquanto movimento social, sua trajetória no país destacando o período da ditadura civil-militar brasileira, quando a organização estudantil ganha maior visibilidade social. Percebemos com isso como a atuação dos estudantes secundaristas guarapuavanos foi significativa na história da cidade e na própria história do movimento. Acreditar que com suas ações, mesmo que locais, poderiam mudar o mundo foi uma das características do movimento estudantil de Guarapuava.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Estudantil Secundarista. História. Guarapuava.

ABSTRACT

This study aims to analyze the acting of the high school student movement in Guarapuava during the Brazilian civil-military dictatorship. The time interval is justified because it was the period in which the student organization worked significantly on the national scene and had more social visibility. In the literature we find the lack of written sources about the history of education in Guarapuava during the given period and the absence of studies on the Guarapuava's student movement that led us to use oral sources and journals from the city. For the development of this research, the theoretical and methodological orientation adopted was the historical and dialectical materialism, since it is the method that allows interpreting reality in a dialectical logic. The investigation thus, must interpret the object along with society and individuals involved in the historical construction process. Thus, the work was divided into three parts: the first chapter has highlighted the role of the secondary school student movement of Guarapuava in the period of the Brazilian civil-military dictatorship. The second chapter contextualizes this period in the city and presents briefly the history of the city so that from this information we can understand how the city was configured and engender a discussion with the national scene during the opening of the Brazilian military regime. The third part presents the student movement as a social movement, its history in the country, highlighting the period of the Brazilian civil-military dictatorship, when the student organization gains greater social visibility. It was perceived how the work of Guarapuava's high school students was significant in the city's history and in the history of the movement. Believing that with their actions, even in the local scene, they could change the world, was one of the characteristics of the student movement of Guarapuava.

KEYWORDS: High School Student Movement. History. Guarapuava.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	4
1. O MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA DE GUARAPUAVA: SUA HISTÓRIA E SUAS MEMÓRIAS	4
1.1. A história feita através da memória	4
1.2. A União Guarapuavana dos Estudantes Secundários - UGES	8
1.3. O Centro de Atividades Estudantis de Guarapuava – CAEG	21
1.4. A juventude de Guarapuava	27
CAPÍTULO II	32
2. A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA EM GUARAPUAVA	32
2.1. Alguns apontamentos sobre a história de Guarapuava	33
2.2. Guarapuava e a ditadura civil-militar brasileira	36
CAPÍTULO III	58
3. MOVIMENTO ESTUDANTIL: SUA AÇÃO FEZ HISTÓRIA	58
3.1. O Movimento Estudantil: Um Movimento Social	59
3.2. A Trajetória do Movimento Estudantil no Brasil	62
3.2.1. As Primeiras Manifestações Estudantis	64
3.2.2. O Movimento Estudantil Organizado	68
3.3. O movimento estudantil secundarista no Paraná durante a ditadura civil-militar brasileira	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	92
ANEXOS	96

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se originou de algumas reflexões realizadas durante nossa prática como pedagoga no município de Guarapuava, que evidenciaram que os estudantes secundaristas de hoje apresentam pouco interesse na participação em grêmios estudantis, demonstrando muitas vezes certa resistência a essa organização. Ao analisarmos essa situação, chegamos a acreditar que uma das possibilidades para justificá-la poderia estar no desconhecimento da história do próprio movimento e de sua importância enquanto espaço de participação dentro da instituição escolar e da sociedade.

Na tentativa de suprir essa necessidade de conhecimento histórico, recorreremos à história do município e do movimento estudantil secundarista e nos deparamos com a carência de estudos que abordem esses assuntos. Essa constatação nos incitou a pesquisar na história, especificamente na de Guarapuava e do Movimento Estudantil Secundarista, a fim de contribuir com o desenvolvimento de estudos sobre os aspectos históricos do Movimento e da educação guarapuavana ainda não explorados.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a atuação do Movimento Estudantil guarapuavano, especificamente do movimento secundarista, durante a ditadura civil-militar¹ brasileira. O recorte temporal apresentado justifica-se pela maior visibilidade e intensa participação dos estudantes secundaristas e universitários durante esse período. Para tanto, analisaremos os limitadores e as possibilidades, então existentes, na ação daqueles militantes, com a intenção de compreendermos de que maneira o Movimento Estudantil Secundarista de Guarapuava contribuiu na história da educação da cidade e de que modo desenvolveram atividades em prol dos estudantes.

Para a realização da pesquisa, a orientação teórico-metodológica adotada foi o materialismo histórico-dialético, por ser o método que permite interpretar a realidade numa lógica dialética. A investigação desse modo deve se apropriar do

¹ O termo civil-militar é utilizado em nosso trabalho, fundamentado em alguns autores que explicam a ditadura instaurada no país entre 1964 a 1985, como sendo não somente um projeto engendrado e protagonizado pelas Forças Armadas, mas também por segmentos da sociedade civil, atendendo os interesses tanto dos militares, quanto da classe dominante do período.

objeto interpretando-o junto a sociedade e aos sujeitos envolvidos no processo da construção histórica.

Inicialmente fizemos um levantamento bibliográfico com o objetivo de levantar o máximo de informações possíveis sobre o tema proposto, sendo que a atuação dos estudantes na história do país é apresentada de acordo com MENDES JUNIOR (1982), POERNER (2004) e CINTRA & MARQUES (2009).

O estudo do período da ditadura civil-militar brasileira é fundamentado em GERMANO (2011), CHIAVENATO (2004) e SANFELICE (2008). Sobre estudos no Paraná destacamos alguns autores como BRUNELO (2009), SCHMITT (2011), HELLER (1988), HELLER & DUARTE (2000) e MAGALHÃES (2001).

Em relação à história de Guarapuava nos fundamentamos em MARCONDES (1998), FERNANDES (2010), TEMBIL (2007), FERREIRA JUNIOR (2007), SILVA (2008), SCHMIDT (2009).

Pela carência de estudos referentes à educação de Guarapuava principalmente a partir da década de 60 e ausência desses sobre o movimento estudantil guarapuavano, recorremos a coleta de dados, que foi feita por meio de entrevistas com ex-militantes do movimento estudantil secundarista de Guarapuava e de documentos disponibilizados por eles, além de jornais que circularam na cidade no período em destaque. Essas fontes tiveram relevância ímpar para nosso estudo.

Referindo-se ao jornal, BRUNELO (2009, p.25), afirma que esse é um meio de análise dos acontecimentos, oferecendo ao leitor um grande número de informações possíveis e destaca, citando Priori (2000, p.61), que ao trabalhar com esse tipo de documento, é importante considerar “os limites concretos para a prestação da informação e a posição política do jornal”. LOMBARDI (2003) também compartilha dessa compreensão e ressalta a necessidade de atentar para os interesses que permeiam a produção dessa fonte, para a possibilidade de se falsear dados e registros.

É com esse cuidado metodológico que acreditamos que devem ser utilizados tais documentos. O mesmo é válido para o uso das fontes orais a serem empregadas como forma de valorização da memória histórica e utilizadas como meio de investigação através de depoimentos e entrevistas semiestruturadas individuais com alguns ex-militantes do Movimento Estudantil.

De acordo com ALBERTI (1989, p.03) a história oral busca a ampliação do “ [...] conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares [...]” e da análise comparativa que se estabelece na relação entre o particular e o geral.

Diante do que foi exposto, o texto foi organizado em três capítulos. Apresentamos no primeiro capítulo a atuação do movimento estudantil secundarista na cidade de Guarapuava pelo olhar e pela voz daqueles que nele atuaram. Através das entrevistas pudemos categorizar a juventude guarapuavana e conhecer sua organização estudantil no período da ditadura civil-militar, suas ações, seus anseios, suas dificuldades e suas atividades, confrontando os discursos com o referencial teórico.

No segundo capítulo, organizamos uma discussão específica sobre a ditadura civil-militar na cidade. Ressaltamos que a utilização das fontes orais e de algumas notícias de jornal, também foram essenciais para compreendermos esse período, visto que, como mencionado, as fontes escritas relativas ao recorte espacial e temporal escolhido, são escassas. Apresentamos um breve histórico do município para que a partir dessas informações possamos compreender como se configurava a cidade engendrando uma discussão com o cenário nacional durante a ditadura civil-militar brasileira.

No terceiro capítulo apresentamos o movimento estudantil enquanto movimento social, sua trajetória no Brasil com as fases da atuação do movimento, especificamente, no período da ditadura civil-militar brasileira, quando o movimento ganha maior visibilidade social.

Nesse sentido, a presente pesquisa, dentro de suas possibilidades e limites, busca analisar a atuação do movimento estudantil secundarista de Guarapuava no período de 1964 a 1985, na intenção de contribuir com a história da educação do município e fomentar o desenvolvimento de novas pesquisas voltadas ao movimento estudantil da cidade.

CAPÍTULO I

1. O MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA DE GUARAPUAVA: SUA HISTÓRIA E SUAS MEMÓRIAS

Neste capítulo tem-se por objetivo analisar a atuação do movimento estudantil secundarista guarapuavano durante a ditadura civil-militar brasileira a partir de entrevistas realizadas com ex-militantes e pelo acesso a alguns documentos. Ao conferir voz aos entrevistados espera-se preencher parte da lacuna sobre a organização estudantil de Guarapuava.

1.1. A história feita através da memória

Em nossas buscas sobre o movimento estudantil secundarista do município de Guarapuava não encontramos nenhum resultado sobre o tema. Essa situação, incitou-nos a recorrer a outras fontes, pois de acordo com LE GOFF (1998) citando FEBVRE (p.428, 1949) “[...] a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando esses existem. Mas pode fazer-se sem esses documentos escritos, quando não existem [...]” (p.530), desse modo, o movimento estudantil secundarista de Guarapuava, como uma das possibilidades de estudo da história da educação do município, é apresentado por meio da análise da história e da memória de ex-militantes.

Destacamos ainda, que o período de estudo assinalado representa um momento de nossa história onde a censura ocultou fatos e acontecimentos, sendo assim:

É obviamente mais difícil estudar um sistema político autoritário do que um sistema aberto, pois a censura e a repressão distorcem os fatos e a negociação política é feita em grande parte às ocultas. Por isso as fontes escritas não refletem plenamente o choque de interesses, quer regionais, setoriais, de classes ou institucionais (SKIDMORE, 1988, p.12).

Se a escassez de fontes escritas não deve inviabilizar a abordagem de uma realidade, o esforço para que a falta delas não comprometa o estudo

apresenta-se como um desafio. Desse modo, a utilização da história oral² torna-se imprescindível e esclarecedora. Considerando a relevância da história oral ALBERTI (1990) afirma que:

A entrevista de história oral permite recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares etc. [...] informações inéditas que podem ser resgatadas durante uma entrevista de história oral e confrontadas com outros documentos escritos e/ ou orais (p.22).

A entrevista oral, porém, demanda cuidados metodológicos, pois ao recorrermos à memória dos entrevistados, devemos nos atentar para suas características peculiares.

São conhecidas as artimanhas da memória. Imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva. Provocada, revela, mas também silencia. Não raro, é arbitrária, oculta evidências relevantes, e se compraz em alterar e modificar acontecimentos e fatos cruciais. Acuada, dissimula, manhosa, ou engana, traiçoeira. Não se trata de afirmar que há memórias autênticas ou mentirosas. Às vezes, é certo, é possível flagrar um propósito consciente de falsificar o passado, mas mesmo neste caso o exercício não perde o valor porque a falsificação pode oferecer interessantes pistas de compreensão do narrador, de sua trajetória e do objeto recortado (REIS et al., 2004, p.29).

Assim, ao utilizar a memória deve ser verificado a intencionalidade do entrevistado. Essa intencionalidade nem sempre é claramente revelada nos discursos. Muitas vezes é necessário uma análise mais apurada para que se possa identificar o mais próximo possível as reais intenções e informações levantadas, sem no entanto, distanciá-las do contexto analisado e das relações que o permeiam.

A história, porém, não é feita individualmente. A história do sujeito faz parte de uma história coletiva que o antecede. Para SAVIANI (2008):

² Fundamentados em autores como ALBERTI, GARRIDA, REIS, entre outros, utilizamos a história oral, por acreditarmos que essas fontes nos possibilitam desenvolver outras abordagens históricas, ampliando as possibilidades de pesquisa, que por muito tempo ficou restringida a documentos e registros escritos. De acordo com MATTOS E SENNA (2011, p.96) “A fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados, não apenas os escritos”.

A base dessa relação entre o individual e o coletivo se encontra no próprio desenvolvimento histórico da humanidade. Com efeito, a história é feita pelos homens considerados como indivíduos vivos, compelidos a produzir sua própria existência. Entretanto, como assinala Marx, se é os homens que fazem a história eles não a fazem segundo sua livre decisão, mas em circunstâncias dadas independentemente de sua vontade. Trata-se com efeito de circunstâncias que eles encontram já antemão constituídas por obra de seus antepassados. Articula-se assim, o individual e o coletivo, ou seja, as ações dos sujeitos sobre o suporte das instituições (SAVIANI, 2008, p.164).

Com esse entendimento de história que compreendemos os sujeitos de nossa pesquisa, os ex-militantes do movimento estudantil secundarista de Guarapuava, como indivíduos que fizeram história dentro das instituições estudantis, de modo coletivo. Portanto, também construíram parte da história do município.

Considerando essas advertências teóricas, foram entrevistados ex-militantes³ do movimento estudantil secundarista de Guarapuava com diferentes tendências e com atuação em períodos distintos durante os anos de 1964 a 1985. Destacamos que a edição dos depoimentos é de responsabilidade da autora e foi feita com o objetivo de discutir as formas como os estudantes secundaristas de Guarapuava se organizaram e atuaram no período em destaque.

Os entrevistados representam uma pequena pluralidade de orientações políticas existentes naquele período, sendo alguns hoje, contrários e outros favoráveis ao sistema imposto pela ditadura civil-militar.

Tivemos acesso a alguns documentos (fotos, arquivos, atas de reuniões, etc.), que representam um pouco das atividades realizadas pelos estudantes secundaristas de Guarapuava. Todavia, daremos ênfase às entrevistas realizadas com os militantes e, à medida que for necessário, complementaremos nossas análises e reflexões com alguns destes dados documentais.

Para manter o sigilo de suas identidades, optamos por nomeá-los e numerá-los como entrevistado 1,2,3 sucessivamente.

- Entrevistado 1 – Atualmente tem um cargo político na Prefeitura Municipal de Guarapuava. Entrou no movimento estudantil com 15

³ Destes, 07 por meio de entrevistas semi-estruturadas e 01 via depoimento disponibilizado em meio digital (<https://www.youtube.com/watch?v=6ODaXbdpmaY>).

anos, participando do Grêmio Estudantil Francisco D'Aurea. Também participou da União Guarapuavana de Estudantes Secundários (UGES). Mostrou-se muito cordial e disposto a nos conceder a entrevista, julgando ser uma honra ter a sua participação e a ação do movimento estudantil secundarista de Guarapuava, como sendo objeto de estudo e pesquisa. Indicou outros militantes e sempre demonstrou muito orgulho de sua participação, inclusive nos fornecendo sua carteirinha de estudante que ele guarda até hoje.

- Entrevistado 2 - Atualmente participa ativamente de um partido político da cidade, autodenominado de esquerda. Segundo ele entrou no movimento estudantil por acaso em 1974, com 14 anos de idade. Foi bastante solícito em nos atender e participar da entrevista. Porém nos avisou que se julga um estudante que foi alienado e despolitizado.
- Entrevistada 3 - Quando convidada a participar da pesquisa, a entrevistada hesitou de início afirmando que certamente não colaboraria porque é a favor da ditadura, e que se o meu objetivo fosse encontrar posicionamentos de esquerda, não iria adiantar entrevistá-la. Somente depois de explicado a finalidade da entrevista, que era o conhecimento da atuação dos militantes nos grêmios em Guarapuava e que as divergências de posicionamentos enriqueceriam a pesquisa, ela aceitou o convite, porém não permitiu a gravação da mesma. Mesmo com a resistência de início, a entrevistada depois se mostrou receptiva e inclusive indicou e fez contato com outros militantes para que pudéssemos entrevistar. Hoje ela é publicitária, organiza uma revista em Guarapuava.
- Entrevistado 4 – Atualmente é vereador pelo Partido Popular Socialista (PPS), entrou no movimento estudantil na década de 70. Atuou no Centro de Atividades Estudantis de Guarapuava (CAEG) e participou de grupos políticos de esquerda clandestinos.
- Entrevistado 5 – Participou ativamente da UGES e também da União Paranaense de Estudantes Secundaristas (UPES). Forneceu-nos alguns documentos. Aos dezesseis anos junto com seus colegas

organizaram em 1969, o XX Congresso de Estudantes Secundaristas que foi realizado em Guarapuava.

- Entrevistado 6 – Começou no movimento estudantil secundarista com 12 anos de idade, assumindo aos 13 a presidência do CAEG. Hoje é jornalista especialista em marketing político. Atuou em grupos clandestinos de esquerda como a Organização Socialista Internacionalista (OSI).
- Entrevistada 7 – Professora aposentada da UNICENTRO. Quando tinha 15 anos participou do grêmio estudantil Erasmo Piloto, da Escola Normal e da UGES. Quando convidada a participar demonstrou muito interesse em colaborar com a pesquisa, inclusive indicando outras pessoas para serem entrevistadas e fornecendo materiais.
- Depoimento – esse depoimento está disponibilizado em meio digital, somente para manter o padrão o chamaremos de entrevistado 8.

Os entrevistados 1, 3, 5 e 7 atuaram na UGES durante os anos iniciais da ditadura civil-militar. Os entrevistados 2, 4, 6 e 8 foram atuantes no movimento estudantil após 1974 através de grêmios estudantis e do CAEG.

A utilização das entrevistas⁴ será feita, inicialmente para compreender a atuação do movimento estudantil secundarista no período definido. Posteriormente, confrontamos esses discursos com os objetivos da pesquisa e com a bibliografia que nos fundamenta.

1.2. A União Guarapuavana dos Estudantes Secundários - UGES

O Movimento Estudantil Secundarista guarapuavano, estava organizado e articulado com os órgãos de representação em nível municipal, estadual e nacional. No município de Guarapuava tínhamos a União Guarapuavana dos

⁴ Anexo.

Estudantes Secundários (UGES) que de acordo com sua Constituição⁵, de 1968, a entidade foi fundada em 12 de junho 1962. O referido documento apresenta que a UGES “[...] é a entidade mater de representação, defesa e coordenação dos estudantes secundários⁶ e de grau médio da cidade de Guarapuava”.

Em seu capítulo I, sua Constituição apresenta os princípios e as finalidades da entidade:

Art.3º - a UGES tem como princípios:

- 1 – Manter luta perene e constante pela preservação dos princípios democráticos de direito e de justiça.
- 2 – Impedir que questões político-partidárias concorram para a desunião da classe ou que no meio dela tenham vida ideológica ou de carácter totalitário.
- 3 - Pregar o princípio de honra ao mérito, só permitindo a ascendência de reais valores.
- 4 – Apoiar os poderes constituídos quando coerentes com suas finalidades e denuncia-los quando deles não exorbitarem.
- 5 – Dar o necessário apoio à crítica sã, à liberdade de pensamento e de consciência.
- 6 – Honrar os antepassados na evocação da história e nas evocações patrióticas.
- 7 – Lutar pelo respeito às liberdades fundamentais da pessoa humana, pugnando sempre pela igualdade de direitos e deveres de todos perante a lei, independente de raça, cor, credo político ou religioso e posição social ou monetária.
- 8 – Preservar a tradição de lutas da mocidade em defesa da nossa independência, na observância da Constituição Nacional ou seja, da República Federativa do Brasil.
- 9 – Lutar pelar elevação do nível cultural e social do estudantado.

De acordo com esse documento percebemos o quanto os valores patrióticos estavam presentes na vida das pessoas nesse período, inclusive dos estudantes. Também havia um cuidado com o uso da “liberdade”, pois se frisava a importância de se cumprir os deveres e a lei, além da preocupação de que questões político-partidárias não fizessem parte das discussões da entidade. Aspectos muito comuns num período de repressão. O entrevistado 1 endossa essa afirmativa declarando que “[...] a gente só discutia coisas locais. Não era,

⁵Anexo. Tivemos acesso ao documento original da Constituição da União Guarapuavana dos Estudantes Secundários através do entrevistado 4 que nos disponibilizou alguns documentos da entidade.

⁶O Ensino Secundário se equivale hoje aos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e ao Ensino Médio.

não tinha, nem citação política, política partidária então, a gente não discutia, também não havia tutela de um professor”.

Em seu artigo 4º a Constituição da UGES declara que é uma entidade filiada à União Paranaense dos Estudantes Secundários (UPES) e que deve “cooperar com ela e acatar suas supremas decisões sem quebra da presente constituição”.

O entrevistado 5 sobre essa filiação a UPES afirma que havia uma parceria na confecção das carteirinhas de estudantes:

Porque você só poderia obter essa carteirinha se você fosse filiado a UPES. O grêmio estudantil tinham que ser filiado a União de estudantes de qualquer município que fosse, aqui era a União Guarapuavana dos Estudantes Secundários (UGES), a UGES tinha que ser filiado a UPES e a UPES a UBES⁷, naquela época. Então a gente tinha que, as vezes esperar vinte, trinta dias pra obter essa carteirinha . Porque você tinha que fazer, relacionar, daí ir pra Curitiba, pra Casa do Estudante, pra eles colocarem carimbo da UPES, um selinho e assinarem, daí voltava pra gente.

Sobre a UGES, o referido entrevistado acrescenta que tinham sede própria e recursos próprios e reafirma a relação da entidade municipal com a entidade estadual:

Nós fazíamos as reuniões. Inclusive nós tínhamos uma sede própria da União Guarapuavana dos Estudantes Secundários. Nós conseguimos todo material. Com os recursos que a gente cobrava que ficava uma parcela para a União Guarapuavana dos Estudantes Secundários, a outra parcela ia pra UPES. Então a gente comprava naquela época, máquina de escrever, mimeógrafo a tinta, papel, etc.

A Constituição da UGES traz ainda as competências da entidade estudantil guarapuavana:

Art.5º - À UGES compete:

- 1 – Representar e coordenar todos os estudantes de grau médio de Guarapuava.
- 2 – Preservar e incentivar a unidade da classe em torno de seus problemas gerais.

⁷ A UBES é a entidade máxima de representação dos estudantes secundaristas no país. Seu objetivo é defender os interesses e as opiniões dos estudantes dos ensinos fundamental, médio e técnico. Funciona como mediadora de questões específicas à educação e também de outros problemas relacionados à juventude. Realiza seu congresso a cada dois anos para deliberar as plataformas da entidade e eleger a nova diretoria, além de conselhos periódicos, encontros diversos e campanhas, sempre garantindo a ampla participação dos estudantes.

- 3 – Dar dentro de suas possibilidades assistência social, médico-odontológico, jurídica e cultural aos secundaristas guarapuavanos.
- 4- Estimular a confraternização entre suas entidades-membros e incentivar as relações amistosas entre entidades estudantis de todo o município de Guarapuava e outros municípios brasileiros.
- 5 – Denunciar em público, indivíduo, agremiação, ou grupo não credenciado que pretenda representar a classe ou interpretar-lhe o pensamento.
- 6 – Orientar e esclarecer a classe em torno dos principais problemas suscitados sobre o interesse da mesma.
- 7 – Lutar em favor da melhoria do ensino, zelando pela sua moralidade.

Dentro de suas atribuições percebemos que as questões culturais eram uma ocupação constante da entidade. A entrevistada 7 afirma que:

[...] naquela época a vida cultural era muito latente, era muito forte. Então nós éramos convidados a participar de competições de poesias, de oratórias. Quem organizava era a UGES, União Guarapuavana de Estudantes Secundários. Eu fui secretária. A UGES promovia sempre esses encontros culturais. Geralmente no auditório do Colégio Carneiro Martins. Naquela época se valorizava os jovens, os alunos, os pais. As pessoas participavam, aplaudiam. Fazia parte da vida escolar. Os grêmios valorizavam, apoiavam, se manifestavam.

Sobre os grêmios estudantis a Constituição da UGES, no capítulo III, artigo 7º define grêmio estudantil como “[...] associação dos alunos de um Estabelecimento de Ensino Secundário, sendo seu mais alto órgão de coordenação, defesa e representação”. Em seu parágrafo único estabelece que “Fica assegurada total independência de organização dos grêmios estudantis”, e em seu artigo 9º apresenta a obrigatoriedade da filiação dos grêmios à UGES e ao seguimento das determinações da constituição dessa entidade.

O entrevistado 5 define grêmio estudantil como a “representação dos estudantes”, como uma organização que defende seus direitos e reivindica não somente melhorias na escola, mas também na sociedade. “Havia demandas sociais que também eram discutidas no grêmio”. O entrevistado 2, observa que mesmo tendo participado do grêmio estudantil em sua juventude não tinha consciência do movimento:

E eu enxergava o grêmio como uma coisa sob a ótica do social praticamente, a gente não tinha uma formação política, não entendia, nem o que significava um grêmio estudantil, e havia uma tutela sobre o grêmio da direção da escola, a diretora impunha a bandeira e tutelava o grêmio. Mas nós tínhamos a visão que o grêmio é uma responsabilidade.

Para ele a definição de grêmio estudantil está vinculada também a politização, não somente de seus membros, mas de toda a classe estudantil. Ele acrescenta que:

O grêmio estudantil se resumia, e ainda tem grêmios que pensam assim, numa questão mais social. Quando fala questão social, parece muito profundo até, mas eu quero dizer de socialização, na verdade. Eventos, concursos, campeonatos.

O depoimento do entrevistado 1, assemelha-se ao relato do entrevistado 2, quando afirma que a visão que parte dos jovens do período tinham do grêmio estudantil é que “ele era um movimento para organização de atividades sociais e culturais”. O referido entrevistado quando solicitado que falasse sobre o movimento estudantil, lembra com orgulho que foi presidente do grêmio estudantil da sua escola “Grêmio Estudantil Francisco D’Aurea. Era o nome do grêmio”. Também relata que a maior parte dos estudantes que se filiavam aos grêmios estudantis tinha a preocupação apenas com a carteirinha de estudante, que garantia o pagamento de meia-entrada no cinema. Mas que eles tinham outros objetivos, que eram diferentes da maioria dos jovens da época:

Eu tinha quatorze anos quando foi a revolução. Mas quando eu entrei no movimento estudantil secundarista de Guarapuava foi no período de 65, 66. Nós procuramos naquela época, participar dos congressos estudantis do Paraná, porque a União Paranaense dos Estudantes Secundários, ela realizava uma vez por ano as eleições para sua direção. E a nossa região aqui de Guarapuava, tinham poucos grêmios estudantis. Então o norte do estado, Londrina, Maringá, a capital do estado, eles que manipulavam todos os estudantes secundaristas do Paraná.

Essa preocupação com o número de grêmios estudantis e com a liderança da UPES pertencer a membros do norte do estado e da capital fez com que os militantes da UGES participassem de Congressos a nível estadual e para terem

voz e voto nas decisões tomadas pela UPES, precisavam ter mais representação. Foi então que planejaram ações:

A gente junto com o nosso líder, um jovem muito idealista, foi participar desses congressos, e viu a falta de participação da nossa região. E o que nós começamos a fazer? Criar grêmios estudantis. Não apenas em Guarapuava, mas em Laranjeiras do Sul, no Pinhão, nesses municípios próximos. Para que nós pudéssemos ter mais força nos Congressos, na hora que a gente fosse votar, fosse eleger, pra poder ter uma representatividade da nossa cidade, até nos conselhos fiscais. E com muito trabalho nós conseguimos mais tarde, eleger um presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundários, aqui de Guarapuava, Arival Ribas Kramer (ENTREVISTADO 1).

Desse modo o número de grêmios estudantis cresceu e também fortaleceu a representatividade da região a nível estadual. Muitos dos estudantes começaram a participar de Congressos no país todo.

A atuação do movimento estudantil guarapuavano não se restringiu ao interior dos ambientes escolares, participavam e tentavam envolver a comunidade em suas ações. Em 1965 o uso da imprensa pelos estudantes secundários buscou uma visibilidade maior para as atividades dos estudantes e um espaço para expressarem seus pensamentos. Sendo assim, o órgão dos estudantes do Colégio Miguel Bohamoletz lança a Tribuna Estudantil, dirigida pelos estudantes Silvio B. Kuster e Aldo Luis Budel.

Em uma das seções chamada “O povo reclama”, um texto chama a atenção do governo municipal em relação a falta de escolas no município. “Um povo só se liberta quando não houver ignorância”. O autor solicita que se olhe para a Vila Pequena, pois apenas 32 crianças são atendidas em uma escola que funciona junto a Igrejinha, e há inúmeras crianças em idade escolar, sendo que 500 não tem acesso e são analfabetas. E ainda tem a questão do transporte, pois a distância e o clima frio e chuvoso da cidade aumenta as dificuldades de acesso à escola. No final de seu texto, é justificado que não se trata de uma crítica a político algum, apenas um apelo por mais escolas e assina o texto com o codinome “um idealista”.

Analisando o texto fica claro que havia reivindicações, mas eram feitas com muita cautela, pois estando em um período de repressão o medo era constante. Talvez por isso é que o periódico idealizado pelos dois estudantes apresentasse

mais seções de cunho cultural e de entretenimento. Dentre suas seções destacamos a de Recadinhos, onde são registrados mensagens dos alunos para seus colegas ou professores, a seção “Os 10 Mais” traz uma lista de alunos com títulos como “o mais simpático”, “o mais divertido”, “a mais bela”, entre outros. Há também seções com textos que na sua maioria trazem a defesa por Deus e pela família.

Na seção “Nossa opinião”, na 6ª edição, de outubro de 1965, o aluno Fuad Tuffi Fawaz faz uma nota criticando uma crônica publicada no jornal “A voz do Contabilista”, que falava que o professor Thadeu Chociai havia impedido as eleições em apoio à chapa A, trazia o título “Coisa mal contada”.

Na mesma edição é publicado um texto em homenagem ao dia do professor. O trecho abaixo enaltece seu trabalho e reforça suas responsabilidades na educação das crianças. O texto apresenta o pedido dos pais ao encaminhar seus filhos para escola, ficando bem claro que uma das funções do professor era garantir a ordem e a obediência:

[...] Naturalmente terá que conter de vez em quando seu ardor. Nós também o fazemos. Ensine-lhe a ser disciplinado, a respeitar a autoridade, as leis, os regulamentos, mas dobre seu espírito. Não o deixe tornar-se um autômato arregimentado que segue os outros pela vida nunca procurando um modo melhor, ou diferente de realizar alguma coisa e estando sempre contente com o estabelecimento. Desenvolva nele o culto a lealdade e uma profunda admiração pela justiça. Não o deixe ser fanfarrão na escola nem o covarde da mesma [...]

Esse discurso de ordem, obediência, lealdade, disciplina e respeito às autoridades eram palavras de ordem em um período em que a repressão era presente, se não fosse explícita, era de forma velada. Possivelmente, por isso que os estudantes secundaristas utilizavam muito mais o jornal como um meio informativo, dentro dos parâmetros da ditadura, e menos como formativo, questionador e crítico.

Mesmo com esse caráter mais social e cultural, o movimento estudantil secundarista em Guarapuava durante boa parte de sua história, foi o único movimento de estudantes com atividade na cidade. Pois o movimento universitário somente surgiu após 1970 com a criação da Faculdade de Filosofia,

Ciências e Letras de Guarapuava (FAFIG)⁸. Segundo os entrevistados o ensino superior somente foi possível pela luta estudantil secundarista, que reivindicava o ensino superior, pois apenas filhos de famílias abastadas o cursavam fora da cidade⁹.

Segundo MARCONDES et al. (1985):

Desde há muito tempo já havia essa aspiração comum em todos os segmentos da sociedade guarapuavana. O assunto preferido de todas as reuniões estudantis, dos artigos da imprensa local e dos comícios políticos, quando o povo cobrava de seus representantes uma escola de nível superior para atender às reivindicações da grande maioria de jovens de todo o Centro-Oeste do Paraná, cujos pais não possuíam recursos financeiros para sustentar seus estudos em outras cidades, girava em torno da Faculdade (p.91).

De acordo com o entrevistado 5 o primeiro movimento estudantil, o primeiro Diretório Central dos Estudantes que a FAFIG teve foi formado pelas lideranças vindas do movimento estudantil secundarista “ Formamos o DCE na FAFIG. Eu fui convidado como presidente da UGES a fazer uma fala na inauguração da Faculdade. A faculdade foi uma das lutas mais importantes do movimento estudantil secundarista de Guarapuava”.

A entrevistada 7 afirma: “Nossa maior luta foi pela faculdade. Meu pai mobilizou a comunidade. Nós precisávamos de uma faculdade”. O entrevistado 1 também enfatiza a luta pela universidade como sendo um dos maiores feitos do movimento estudantil:

O nosso movimento, os secundaristas de Guarapuava na época. Isso eu tô falando em 67, 68. A gente fez várias passeatas em Guarapuava com cartazes e com a participação dos nossos pais, pedindo pra que Guarapuava tivesse uma faculdade, fosse criada uma faculdade e graças a Deus, nós conseguimos.

Pelo relato do entrevistado 4 a FAFIG, iniciou suas atividades como uma universidade paga, havia mensalidades, o que restringia a oportunidade de acesso da maioria da população:

⁸ Hoje UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro-Oeste).

⁹ Existem registros de que esses estudantes formaram em Curitiba o primeiro movimento estudantil universitário que se chamava Centro Estudantil Guarapuavano, com objetivos culturais e de aproximação entre aqueles que estavam estudando fora da cidade.

A FAFIG era paga, quase um salário mínimo. Só fazia quem podia pagar. E foi pelo movimento estudantil que ela se tornou realmente pública. Assim como foi pelo movimento estudantil que ela nasceu.

Percebe-se a importância da atuação do movimento estudantil em Guarapuava na luta pelo ensino superior, pois, os anseios por uma educação de qualidade faziam parte dos discursos dos estudantes guarapuavanos. O entrevistado 4 afirma “Nós queríamos qualidade na educação, que os professores fossem valorizados”.

Mas a atuação do movimento estudantil guarapuavano tem marcos que antecedem a luta pelo ensino superior. Embora não possamos auferir com exatidão quando o movimento estudantil secundarista iniciou suas atividades em Guarapuava, há indícios de que algum tipo de organização estudantil já havia em anos anteriores ao golpe militar, sem as características de um movimento social, mas como uma organização cultural. Exemplo disso é o jornal datado de 1940 chamado “A voz da infância”, um informativo elaborado pelo órgão dos alunos do Grupo Escolar Visconde de Guarapuava¹⁰.

Também encontramos documentação¹¹ referente as ações do movimento estudantil secundarista, anterior ao golpe, quando em 28 de março de 1963 foi aberto um processo-crime, para investigação de uma greve de alunos do Colégio Manoel Ribas, onde segundo o relatório alguns alunos do Grêmio Estudantil iniciaram uma greve na data de 25 de março de 1963, em repúdio a escolha da nova diretora que era autoritária, gerando desconfiança da polícia e investigação por ameaçarem a segurança nacional. A polícia acreditava que havia algum adulto que os conduzia e os incitava ao comunismo, mas como ainda não havia uma lei específica que subsidiasse a ação policial, não houve prisão.

Também durante a ditadura militar algumas às ações contrárias ao regime aconteceram em Guarapuava, não com a mesma intensidade que em grandes centros, mas uma demonstração de que nem todos estavam satisfeitos com o regime militar. Conforme FERNANDES (2010) em 1969 ocorreu a manifestação

¹⁰ Documento arquivado na Casa Benjamim C. Teixeira em Guarapuava.

¹¹ Processo-crime n° 963.2.5323, caixa 286, CEDOC/G – UNICENTRO.

de alguns alunos que na saída do Ginásio Estadual ao passarem em frente à Câmara de vereadores, vaiaram principalmente o vereador Amazonas Caldas de Oliveira, ocasionando na solicitação da presença da polícia durante a realização das sessões (p.163-164).

Este fato remete-nos a presença dos estudantes para além das salas de aula e embora não saibamos os motivos pelos quais tiveram tal atitude, a hipótese é de que estavam manifestando a insatisfação com a postura dos governantes da cidade. O que faz-nos também acreditar que mesmo num período ditatorial e numa cidade “pacata” os estudantes não estavam acomodados com a situação. Todavia, não podemos descartar o fato dessa atitude também poder ter sido uma ação despretensiosa, um comportamento de rebeldia e sem caráter político.

Para o entrevistado 6 o movimento estudantil guarapuavano era ainda um iniciante nos movimentos sociais. Ele o caracteriza como:

[...] um movimento embrionário. Era um movimento de atividades, de muitos festivais de música, teatro. Havia uma efervescência cultural no meio estudantil muito grande. Seguidamente havia grandes festivais que a gente organizava nas escolas, nos cineclubes, na época nós tínhamos dois cinemas na cidade, Cine Jeane e Cine Guará. Não havia um movimento estudantil. Havia um ativismo cultural na cidade. Tudo era novidade. Você ter um lugar onde você possa cantar tua música, declamar tua poesia, ir lá bater palma, pra uma cidade extremamente conservadora, tradicionalista, onde cultura era gauchismo, isso era uma revolução cultural na cidade.

Os estudantes se preocupavam com as questões culturais, percebiam certo tradicionalismo, conservadorismo na cidade que através da pluralidade cultural poderia ser modificado. Buscava-se ampliar os pensamentos, as ideias e quem sabe influenciando nas ações da população.

Uma das atividades que mais marcou a atuação do movimento estudantil na cidade para o entrevistado 1, assim como dos entrevistados 5 e 7, foi a I Semana do Estudante, realizada entre os dias 26 a 29 de agosto de 1969. A organização da semana era feita pela UGES. Um ofício circular era encaminhado aos diretores dos estabelecimentos de ensino, solicitando que encaminhassem seus alunos, principalmente os do grêmio estudantil para que participassem das atividades propostas que tinham cunho cultural e esportivo. O documento

apresenta como objetivo dessa promoção a “integração do jovem como elemento ativo e responsável na sociedade em que vive”. De acordo com o entrevistado 1:

Aquela semana era no mês de agosto, a gente preparava competições culturais, como concurso de canto, competições de poesias, até teatro, e também competições esportivas. Então a rivalidade era grande entre os colégios. Mas era uma rivalidade positiva. O aluno, ele se orgulhava de ser aluno daquele estabelecimento. E ele ia fazer o melhor, seja na competição esportiva, seja na parte cultural, quando ele ia fazer uma poesia, quando eles iam fazer uma apresentação de uma peça teatral, até mesmo nas fanfarras.

É notório que grande parte das ações realizadas pelos estudantes secundários em Guarapuava tinha objetivo de socialização. Mesmo assim, tinham sua validade, pois em uma cidade com poucas atividades culturais e sociais a atuação da UGES proporcionava mesmo que minimamente uma quebra da rotina da cidade.

Quanto a serem reprimidos em suas ações o entrevistado 5 admite que:

Havia um certo medo em função do momento político da época, um medo típico que fosse infiltração, agitação. Mas não era nada disso. Nós tínhamos o nosso trabalho. Quando tivéssemos a idade necessária para participar de política, nós participaríamos. Nós éramos estudantes.

Endossa essa afirmação o relato da entrevistada 7:

Havia o receio de que eles estivessem nos vendo como articuladores de alguma coisa. E não era isso, os jovens daquela época também estavam ouvindo aqueles gritos de liberdade e eles não queriam fazer a revolução. Eles estavam querendo sair de dentro das salas de aula, e dizer nós também existimos, nós também queremos participar da vida comunitária, nós queremos discutir, não é que eles queriam pegar armas e sair por aí. E o receio era de que os adultos nos vissem como pequenos soldados que estivessem por aí querendo empunhar armas. Não queríamos revolução com armas, não era nada disso.

Um fato que merece destaque foi a realização do XX Congresso dos Estudantes Secundários do Paraná realizado de 8 a 11 de janeiro de 1969 em Guarapuava. Segundo relato do entrevistado 1 esse foi um dos marcos da atuação da UGES:

O maior feito estudantil na época da revolução, da ditadura, que nós fizemos em Guarapuava, foi a realização do XX Congresso da União Paranaense de Secundaristas. Nós trouxemos para Guarapuava, que foi em 68, 69, nesse período, mais de 3 mil estudantes. Delegações de todos os municípios do estado do Paraná, vieram pra Guarapuava [...] Mas realizamos naquela época o congresso, um marco, que deu um salto no movimento estudantil secundarista do estado do Paraná muito importante. E dali que a gente conseguiu fazer com que Guarapuava também fosse representada com a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas.

Esse Congresso aconteceu no período das férias, pois, de acordo com o entrevistado 5 “O movimento estudantil ocorria o ano todo, independente de férias ou não. Nós continuávamos. Havia uma programação, uma organização”.

Para a realização desse congresso, os estudantes não receberam ajuda do governo municipal, que de acordo com o entrevistado 1 “[...] não acreditava no jovem”. Sendo assim, solicitaram apoio no comércio, com a população que na sua maioria colaborou. “Os estudantes do sexo masculino, ficaram alojados no Colégio Agrícola e no quartel e as meninas ficaram em casas de família”. Havia toda uma organização, uma logística para o evento e tudo isso sem a tutela de um professor.

O entrevistado 5 esclarece que até a alimentação¹² para os 4 dias de congresso, foi organizada por eles. Também relatou que somente participava quem era filiado a um grêmio estudantil e a uma União Municipal de Estudantes (UMES), que deveriam apresentar a carteirinha de estudantes para se credenciar. Era comum que tivessem estudantes com mais idade, porque muito deles permaneciam nos colégios para poder continuar no movimento estudantil. Conforme assevera o entrevistado 1:

Então esses jovens secundaristas, que alguns não eram jovens, eram profissionais, porque eles chegavam no terceiro ano do científico, o pessoal de Maringá, Londrina, próprio de Curitiba, eles não passavam de ano, eles não queriam fazer vestibular pra entrar na universidade, pra ficar manipulando o movimento estudantil secundarista. Então eles ficavam no segundo ano do científico, ficavam no terceiro ano da escola técnica. Pra eles continuarem.

¹² Em anexo alguns documentos utilizados nos dias do evento.

O entrevistado 1 acredita que muitos desses estudante foram presos, porque questionavam a situação política do Brasil o que de acordo com ele, os diferem do posicionamento dos estudantes guarapuavanos pois:

[...] nós aqui em Guarapuava, a gente era muito inocente. O objetivo nosso no movimento estudantil, era a carteirinha do estudante, e os convênios que a gente realizava com algumas papelarias, algumas gráficas, pro estudante ter descontos, e fazer essa confraternização, quando a gente fazia essas semanas do estudante.

Foi nesse contexto de pouca agitação e apolítico que foi realizado o referido Congresso. Segundo SCHMITT (2011) nele somente foram aprovados documentos, relatórios contábeis e eleições, não havendo outras discussões de ordem política, social ou econômica.

Outro acontecimento marcante na história da UGES foi a promoção que fizeram trazendo o show do Roberto Carlos e de Moacir Franco, porém para o entrevistado 1, esse foi o início de uma nova forma de organização estudantil, que se preocupava em fazer promoções:

[...] o movimento estudantil secundarista começou a tomar outro rumo. Eles já começaram, os grêmios estudantis se preocupavam mais em fazer promoções, trazer cantores de fora, tanto é que a União Guarapuavana de Estudantes Secundários, trouxe pela primeira vez em Guarapuava o Roberto Carlos. E daí faziam essas promoções e ficavam endividados, porque não podiam pagar. E já foi tomando um outro rumo.

Para pagar as dívidas os estudantes começaram a buscar auxílio na política partidária, que aos poucos foram se infiltrando no movimento estudantil. Quando alguns estudantes secundaristas concorreram e ganharam eleições para vereadores o movimento ganhou visibilidade e passou a ser alvo de interesse dos partidos políticos. Segundo do entrevistado 1:

A política partidária já foi se infiltrando, viu que depois da eleição, da minha eleição principalmente aqui em Guarapuava, e da do Heitor Izidoro, eles viram que o movimento, que o secundarista, tinha uma influência, dava algum resultado. Quando eles descobriam que tinha um jovem como presidente de grêmio e tal, eles já puxavam pra trabalhar na prefeitura, dando um cargo,

comissionado, alguma coisa, e daí o movimento começou a perder todo aquele idealismo.

De qualquer modo, percebe-se a importância da atuação da UGES durante o período da ditadura civil-militar brasileira, que mesmo atendo-se as questões mais culturais e de socialização, ainda assim, foram a base de uma geração que tem orgulho da sua participação, da sua atuação na sociedade. Que se orgulham por não terem ficado apenas na sala de aula, mas de buscarem ao menos, dar acesso aos bens culturais a uma parcela maior da população.

A demanda, a pauta de lutas era grande, e nem discutida foi. Mas analisando o período em que viveram, e a própria história local, de coronelismo e subserviência, a atuação da UGES foi significativa e realmente um “embrião” que foi se desenvolver politicamente nos anos posteriores.

1.3. O Centro de Atividades Estudantis de Guarapuava – CAEG

A União Guarapuavana dos Estudantes Secundaristas organiza os estudantes de Guarapuava até a década de 70, quando então é reformulada e em 1975, passa a se chamar Centro de Atividades Estudantis de Guarapuava – CAEG. Segundo o entrevistado 6:

O CAEG nasceu com dois objetivos. O primeiro era substituir a UGES. Houve um rompimento com a UGES. Mudaram o nome. Mudaram exatamente porque não se concordava com as suas práticas. Eles romperam. Porque quem estava a frente da UGES era o pessoal de direita, com uma visão muito militarizada do processo político. A primeira coisa que fizeram, foi mudar o nome. Não era algo mesquinho, o que queriam era um desenvolvimento, um status político do movimento.

Nesse momento o movimento estudantil secundarista de Guarapuava começa a ganhar novos formatos. A mudança do nome da entidade também traz uma mudança na postura dos estudantes. O período também é outro, começa a abertura política. O entrevistado 6 afirma que a formação do CAEG foi feita por jovens politizados que já participavam de congressos estudantis e que quando se reuniam:

[...] não era mais pra escutar música, era pra discutir a organização política da classe estudantil, que era a organização de grêmios, com o objetivo de discutir nossa classe de estudantes. Aí começou a influência política de fora. Os movimentos políticos começam a olhar com interesse pra aquele bando de jovens. Era um movimento ideológico, não podemos esquecer que vivíamos um momento repressor. Nós só conhecíamos aquela realidade, você não pode fazer isso, você não pode fazer aquilo. Existe socialismo, existe comunismo, e isso é proibido. Aí começou o movimento tropicália, quando Caetano cantava o “É proibido proibir”.

Esse novo modelo de movimento estudantil, mais crítico e questionador, tornou-se um incômodo para alguns e os estudantes com esse comportamento eram punidos. O entrevistado 4 relata que foi expulso do Colégio:

[...] porque nós fechamos o Colégio por dois dias. Eu exercia liderança. Fechamos porque tinha uma cantina dentro do Carneiro que era explorada por um terceiro e era mais cara que qualquer outro lugar. Como líder do movimento e do CAEG, eu precisava pegar demandas que interessasse os estudantes. Com isso a direção me chamou e eu fui expulso, atrasou minha vida. Muitos de nós tivemos que abrir mão de nossa vida pessoal em prol do movimento estudantil. Era comum.

Os estudantes que assumiam a luta pelo bem coletivo deixavam de lado as preocupações individuais. Muitos deles acabavam não tendo uma formação porque a militância lhes tomava muito tempo. “Na prática nós deixamos de estudar. Um sacrifício pessoal, consciente ou inconsciente pelo movimento estudantil (entrevistado 6)”.

Para o entrevistado 4 “Algumas pessoas entravam no movimento estudantil por encanto. Depois pelas leituras, se politizavam. Estudávamos juntos. Ficávamos as vezes a tarde inteira estudando e tudo escondido ainda”.

O CAEG também desenvolvia atividade de caráter cultural, porém a diferença é que essas atividades tinham outros objetivos, como assevera o entrevistado 4:

Nós fazíamos varal de poesia na Praça Cleve. Havia um encontro chamado ELIMARTE (Encontro Livre de Música e Arte), nós pedíamos patrocínio no comércio, buscávamos um salão de igreja, e convidávamos a comunidade. De forma velada nós tínhamos o discurso político.

A título de informação, SCHMITT (2011) apresenta que durante a atuação do CAEG foi realizado em Guarapuava o V COESES (Congresso Estadual dos Estudantes Secundaristas) *Extraordinário*, juntamente com o XX Conselho Estadual da UPES. Para o entrevistado 4 isso somente foi possível porque a entidade estadual já tinha um presidente guarapuavano:

Para o entrevistado 6:

O movimento secundarista foi o movimento mais forte no país. Porque nós ficamos mais livres. A preocupação era maior com as faculdades, universidades. Foi o movimento estudantil quem articulou a própria reconstrução da UNE.

O entrevistado 2 percebia a realidade de modo bem diferente. Ele participava do grêmio estudantil de seu colégio Manoel Ribas, mas afirma que “grêmio estudantil mesmo, tinha no Carneiro Martins”. Eles eram mais politizados e participavam do CAEG:

A gente vivia num mundo a parte. Um mundo a parte, dentro da estrutura que nós tínhamos em nosso colégio. Nosso colégio era tudo dez. Uma vez a gente estranhou muito aquilo, alguém pichou na fachada do colégio, na entrada, “liberdade”. Mas imenso assim, sabe. Pichou. Fez piche. E daí nós fomos obrigados pela diretora, pra não punir os alunos, nós que tivemos que limpar. Liberdade... Eu lembro de alunos que tinham mais da esquerda, que já eram militantes naquela época. Mas a palavra liberdade foi estranha pra nós, por que será que as pessoas tão pedindo liberdade? O que que tá acontecendo? Se nós somos livres, que liberdade eles querem? Foi um susto pra nós.

Essa situação relatada é bastante interessante e esclarecedora, pois assim como no período que antecedeu o CAEG, essas diferenças de posicionamentos e de conhecimento foram comuns. Mesmo vivendo em uma mesma época, a história individual é diferente, a visão da realidade tem aspectos distintos para diferentes pessoas. Enquanto alguns alunos estavam sendo politizados e faziam leituras diversas, outros nem sequer sabiam o que estava acontecendo. Talvez por falta de informação, talvez por alienação, acomodação. Ou ainda esse comportamento alienado e acomodado era fruto da falta de informação.

Enquanto alguns não tinham informação nem ação, outros segundo o entrevistado 6 eram vistos como “patinhos feios” dentro das escolas e da comunidade. A entrevistada 7 afirma que:

Pela idade, eles, os jovens eram bem corajosos, bem firmes e decididos. Eles reivindicavam tanta coisa. Falando em liberdade. Mas nossos pais tinham medo e pediam que não fossemos amigos deles. Porque era perigoso andar com comunistas.

O entrevistado 4 assevera que:

Nossos pais e as pessoas mais antigas da época, tinham uma consciência, não de que aquilo era perigoso, mas de que “não dá pra ir contra o sistema porque vocês estão errados e eles fazem tudo pra gente, então se vocês continuarem fazendo assim, vocês vão presos, vão matar vocês [...]”

O entrevistado 4 alerta ainda para a influência da Igreja no período. Que pregava a aceitação da sua condição. “Se as coisas são assim é porque Deus quer”. Por pensar contrário ele afirma que “Eu não era bem visto na comunidade. Nós éramos vistos como exemplo negativo. Os pais costumavam dizer aos seus filhos: Olha com quem você anda, se eles forem presos, vocês serão presos também”.

O entrevistado 6 endossa esse relato expondo que:

O maior problema era a falta de oportunidade, de condição, falta de atividades culturais. A igreja tirava o pensamento filosófico, crítico e levava para o pensamento espiritual. Pacificava a juventude pelo movimento da Igreja, pelos grupos de jovens. Quem era certo ia pra o grupo de jovens, quem não era ia pro movimento estudantil.

Para a entrevistada 3 o maior problema enfrentado pela juventude na época era “[...] a dificuldade de relacionamento com os pais e a questão da idade. Éramos filhos de uma geração de caretas”.

Para o entrevistado 4 além de não serem aceitos pela diferença de idade, também tinha-se a visão do jovem como alguém que não tinha o que oferecer a sociedade, não tinham conhecimento suficiente para discutir ou questionar e nem expressar suas ideias: “Não tínhamos estrutura, tínhamos dificuldade de

locomoção e toda vez que tinha discussão sobre uniformes, castigos, cantina, davam um jeito de inibir a participação estudantil”.

Essa tutela era velada, pois nenhum dos entrevistados quando questionados a respeito de serem vigiados, afirmaram que não percebiam e alguns acreditam que não havia nenhum tipo de vigilância. Para o entrevistado 2 a tutela era a maior dificuldade da juventude da época “Hoje eu consigo enxergar isso. Na época a gente não, a gente achava isso uma coisa natural, hoje eu analiso, que era fruto da ditadura”.

Não era permitido ir contra o sistema, como se não houvesse o que ser questionado pois a imagem de que o governo “cuidava” do povo, da ordem e garantia o respeito as leis era difundida largamente em todo o país e o medo da punição, da perseguição, também impedia qualquer manifestação contrária a ideologia militar. Mas o movimento estudantil começou a analisar a realidade de modo diferente:

Nós contestávamos a grade escolar. A disciplina de OSPB, era uma maneira de lavagem cerebral. Um modo de falar do sistema. Nós tínhamos que nos portar como soldados, a entrada no colégio em filas, hino nacional, nós éramos contra, nós conseguíamos visualizar onde o sistema estava influenciando.

Dessa forma, o movimento estudantil de Guarapuava começa a romper com essa tradição de obediência e novas discussões surgem em volta de assuntos nacionais:

No CAEG nós já estávamos falando de organização política. O CAEG era visto como um ranço da UGES. Nós tínhamos que romper com essa anti-cultura. Era alienação. Nós tínhamos todo um debate sobre o modelo MEC-Usaid. Havia um embate muito forte com os professores das disciplinas de educação moral e cívica e OSPB (Entrevistado 4).

Essa consciência política presente nos estudantes que faziam parte do CAEG tornou-se mais forte quando começam a participar de grupos de esquerda, conforme destaca o entrevistado 6:

Quando começamos a nos politizar, começamos a buscar o pessoal de esquerda da cidade. O movimento estudantil começou a ficar muito pequeno pra nós. Daí nós começamos a discutir política pura. Começamos a querer organizar o Partido dos Trabalhadores. Surgiu o nome de Luis Inácio Lula da Silva.

Veio a proposta de fazermos parte de um grupo político de esquerda mesmo. Dentro de uma célula da OSI (Organização Socialista Internacionalista). Um movimento clandestino. Dentro do movimento estudantil ele tinha um braço chamado LIBELU (Liberdade e Luta). Aí você encontra pessoal que era ligado ao MR8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), o pessoal do PC do B (Partido Comunista do Brasil), do PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Desse modo, há um rompimento com as estruturas que até então sustentavam o movimento estudantil secundarista guarapuavano e praticamente as atividades estudantis começaram a acontecer fora da escola e clandestinamente. A entrada dos estudantes nesses grupos marcou a entrada também deles na esfera política: “Nossa vida era política. Passou a ser nosso ideal de vida. Por isso que eu volto a te dizer eu sou filho de uma revolução que nunca veio” (Entrevistado 6). Essa intensificação das atividades políticas dos estudantes secundaristas em Guarapuava, culminou na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) “[...] Veja nossa ousadia. Éramos idealistas”.

Esse ideal almejado ia muito além da fundação de um partido de esquerda na cidade. Os estudantes que faziam parte do CAEG queriam a revolução, mas a revolução anticapitalista. O entrevistado 6 explica que acreditavam que era possível tomar o poder através de uma organização revolucionária.

Nós queríamos a revolução como Trotski queria. Nós tínhamos uma cartilha revolucionária chamada Programa de Transição. Previa como ia ser a mudança do capitalismo para o comunismo, onde entra o socialismo nesse processo, que era o proletariado tomar o poder. Mas daí o que se faz? Então nós seguíamos o programa de transição. Ele previa a revolução.

O entrevistado 4 explica que eles recebiam material para ser discutido nas reuniões clandestinas que realizavam. E que mesmo não imaginando mudar o sistema do país e implantar o comunismo ele tinha uma ideologia de vida. O movimento estudantil era visto por ele como um meio de modificar as estruturas sociais. Acreditava que participando poderia fazer alguma coisa por ele e pelos outros. Depois ele descobriu os grupos políticos de esquerda e começou a fazer parte dessas organizações e amplia suas discussões acerca da política:

Havia o Centralismo Democrático. Eram células distribuídas no Brasil inteiro. Todo mundo tinha um codinome. Eu tinha um

codinome. Nós discutíamos política externa, interna. A gente se reunia uma vez por semana, eu recebia documentação para ser discutida nas reuniões, política internacional e nacional. Uma vez por mês vinha alguém de fora para discutir com a gente.

Em muitos casos a militância tomava praticamente todo o tempo desses estudantes. Mas esse ritmo de vida exigia a renúncia a muitas coisas e as dificuldades em permanecer no movimento estudantil começavam a aparecer. No relato do entrevistado 6, percebemos as angústias vividas pelos estudantes no período da repressão:

Em Paranavaí eu fui para um congresso, o Ney Braga mandou invadir a sede da UPES em Curitiba. E nós saímos de lá e fomos para Curitiba e levamos um pau. Tava ficando muito perigoso. Eu não aguentava mais, porque eu não conseguia trabalhar, na casa eu era tratado como o errado, não tinha quem me acompanhasse, não tinha espaço pra divertimento, não tinha dinheiro pra fazer nada, era só leitura, só movimento.

Mesmo assim, tendo a imagem deturpada e renunciando a vida pessoal e familiar os estudantes que participaram no movimento estudantil, orgulhavam-se de sua militância. Todos os entrevistados demonstraram muita satisfação em saber que o movimento estudantil secundarista de Guarapuava estava sendo objeto de pesquisa e que eles independente da intensidade da atuação fizeram parte da história da cidade.

O importante para eles era não ficarem inertes frente às injustiças e desigualdades sociais, pois não aceitavam ver a realidade apenas da janela da sala de aula. Era preciso atuar, agir, modificar, e mesmo que não alcançassem a transformação social esperada e se frustrassem por serem “filhos de uma revolução que nunca veio” “[...] Se eu morresse ainda que fosse com 20 anos, mas lutando pela revolução, teria valido a pena (Entrevistado 6) ”.

1.4. A juventude de Guarapuava

Toda essa atuação do movimento estudantil secundarista em Guarapuava foi realizado de acordo com os entrevistados por jovens entre 12 a 18 anos. Analisando seus posicionamentos percebemos o quanto são contraditórios,

mesmo vivendo no mesmo período. Sendo assim, acreditamos que mesmo havendo aspectos muito característicos e comuns, o jovem ou a juventude, pode ser determinada de diferentes modos, de acordo com a cultura, a sociedade, a região, o lugar, etc.

Conforme FLITNER (1968), “Só uma consideração dinâmica da juventude, que constata suas possibilidades e elasticidade, será capaz de captar o fenômeno “juventude” de uma determinada época” (p.66). Desse modo através das entrevistas realizadas, buscamos fatores que possam contribuir na compreensão da juventude guarapuavana no período analisado.

A entrevistada 3, fez o curso Normal, de formação de docentes, participou do grêmio estudantil de seu colégio, mas disse que se reuniam apenas para jogar bola, mesmo assim, em 72 foi para um Congresso da UPES, em Maringá. Ao solicitada para expor como era a juventude estudantil da época, afirma:

Nós não pensávamos. Jovem não pensa. Nós jovens, não nos preocupávamos com a política. Não fazíamos nada de diferente. Não tínhamos liberdade. Éramos alienados. Não tínhamos tempo para fazer manifestações, pois como meus pais, eu precisava trabalhar e quem precisa trabalhar não tem tempo para fazer manifestações. Quem não tem o que fazer tem tempo de ir pra rua reivindicar, fazer baderna.

Percebe-se em sua fala o reflexo de quem foi educado “dentro da moral e dos bons costumes”, com uma educação rígida, paternalista e sistemática. Seu posicionamento se assemelha a tantos que consideram a juventude baderneira, descompromissada e irresponsável. A entrevistada sobre a participação da juventude acrescenta que “somente as desocupadas participavam do grêmio estudantil”. Para MENDES JUNIOR (1982) essas características vistas como algo ruim na juventude é o que permite ao jovem atuar no movimento estudantil:

Em outras palavras, é a situação de transitoriedade, de descompromisso relativo com o processo de produção, de ausência de responsabilidade – em grande parte – para com o sustento de uma família que faz do estudante um ator político de maior mobilidade, de maior “agilidade”, se quiserem, que pode atuar quando outros segmentos da sociedade, pelos mais variados motivos, estão impedidos de fazê-los (p.09).

Essa etapa da vida é marcada por profundas mudanças de toda ordem, e opondo-se às afirmações da entrevistada 2 é comum que os jovens questionem o

que vinham ouvindo, seguindo e reproduzindo, numa espécie de negação da realidade. Percebem-se como sujeitos independentes, com pensamentos próprios e com consciência da sua condição, ou da condição que lhe impuseram, ele se vê em meio a um turbilhão de questionamentos e precisa mudar alguns comportamentos e pensamentos. Conforme destaca FLITNER (1968):

Uma das características mais evidentes dessa idade é a de que o jovem se torna consciente de que não pode permanecer na dependência espiritual e no aconchego familiar, mas que necessita ingressar na ordem social e continuidade cultural, que é necessário compreendê-las e absorvê-las, mantendo uma atitude mental e espiritual independente a seu respeito. O jovem se vê extraído de sua existência fechada e indiferenciada, para ser colocado no mundo incongruente de múltiplos relacionamentos mentais e de valores; vê-se envolvido em questões profissionais, sociais e políticas, racionais, de gosto e religiosas, sendo intimado a tomar posição; chamado, mas, ao mesmo tempo, ainda não bem admitido às ambições e divergências do mundo adulto. (FLITNER 1968, 52-53)

Ele não apenas “está” no mundo: ela quer compreendê-lo, posicionar-se e transformá-lo. Conforme o entrevistado 5¹³, a juventude da época tinha um ideal: “Nós queríamos mudar o mundo, éramos mais inconformados, buscávamos independência e sabíamos que nossos atos tinham consequência”.

Conscientes da sua condição de indivíduos concretos, reais e históricos, os jovens assumem uma postura política e atuante diante da sociedade com suas imposições, e contrapõem-se a essa realidade. O entrevistado 6, relata o que os jovens do período almejavam:

No sentido que nós éramos jovens realmente com o sentimento de construir algo melhor para o país. Não sabíamos exatamente o que e com todas as diversidades, nem porque, mas havia um sentimento latente dentro de nós que coisas melhores poderiam acontecer. Coisas diferentes poderiam acontecer. Que nós poderíamos mudar o mundo!

Era uma juventude responsável, não havia vícios. Tínhamos ideais nacionalistas. Surgiu bandeiras como “Vamos salvar a Amazônia!”, contra o Imperialismo norte-americano, também uma época que você começa ter leitura, de literatura, autores como Pablo Neruda, Ferreira Gullar, ler o Poema Sujo, para alguns visto como pornografia pura, mas era uma visão desnudada da situação que a sociedade brasileira vivia.

¹³ O entrevistado 5, não tem envolvimento político partidário, nos disponibilizou diversos materiais, jornal, revistas, panfletos veiculados durante o período.

Esse comportamento da juventude da época apresentado pelo entrevistado 6, é explicado por FORACCHI (1977)

[...] Neles está implícita uma atitude definida diante da vida, um estilo de existência social e uma força de renovação histórica presentes e atuantes em todas as sociedades diferenciadas e extremamente sensíveis ao curso das transformações sociais (FORACCHI, 1977, p.303).

O jovem não somente se via como um agente transformador da sociedade como procurava dentro do movimento estudantil as mudanças sociais almejadas por eles. O entrevistado 5, afirma que acreditavam que poderiam mudar o mundo, mas que existiam algumas lutas mais próximas que precisavam ser travadas, portanto:

Nós queríamos qualidade na educação, que os professores fossem valorizados. Nós éramos contra cursinho, faculdade particular. Nós víamos como missão. Abandonávamos a família, nossa vida pessoal, para assumir as causas coletivas, a militância estudantil. Eu acreditava que poderia mudar o mundo!

Esse mundo adulto encontrado pelo jovem, já está pronto, não foi ele quem o construiu, mas espera-se que ele o sustente e dê continuidade ao processo. Porém pela singularidade da própria juventude, não é desejo do jovem seguir o que a sociedade determinou com suas regras, normas, padrões, estabelecendo comportamentos convencionais, conforme salienta FLITNER (1968):

Na complexidade e singularidade de nosso âmbito social reside uma série de causas para o fato de o jovem ser lançado em tensões e até numa espécie de oposição à sociedade, a qual é impessoal, confundindo os homens em rápidos contatos de interesse; a sociedade força regras estritas de comportamento jurídico, moral, convencional; a sociedade divide e especializa, torna a vida fragmentária e utilitarista, racionalizando-a até seus últimos recônditos. O jovem dividido por Spranger, no entanto, deseja relações comunitárias intensivas, liberdade de movimento, plenitude de vida e naturalidade espontânea. De acordo com toda a sua estrutura psíquica, ele é estranho a essa configuração racional, que invade sua vida com exigências e intervenções (FLITNER, 1968,p.54).

As regras e as condições impostas pela sociedade não são aceitas pelos jovens que acreditam que as coisas podem ser diferentes e, em muitos casos a possibilidade de mudança e de transformação social foi buscada através do movimento estudantil. Segundo o entrevistado 4:

As pessoas nascem diferentes. Eu queria poder ser tudo o que os outros podiam ser. Por um lado eu queria ser tudo, mas você não é preparado pra ser tudo. Você é limitado. Primeiro porque nos falam que Deus tem um propósito pra você. Você é obrigado a amar esses que tem mais que você. Porque você tem que amar a todos. Dentre esses que você é obrigado a amar, você descobre que tem os que mataram gente inocente, amigos, companheiros, que cometem injustiça, que geram fome. Foi a partir dessa reflexão que um sentimento de que eu quero fazer diferente, eu não quero isso nem pra mim nem pros outros. Eu acreditava que poderia mudar o mundo, por isso eu entrei no movimento estudantil.

São esses atores, que em meio às transformações que sofriam, também queriam transformar, fazer diferente, fazer diferença. Viviam a angústia de se defrontar com a própria família e também começavam a se contrapor à sociedade. Alguns não reconheciam seus limites e questionavam as estruturas sociais que estabeleciam condições para se viver. Outros mesmo sem perceber que eram vigiados e condicionados acreditavam que de algum modo também poderiam mudar o mundo. Essa fala foi comum em todos os entrevistados.

Desenvolveram atividades que no mínimo, modificaram a rotina da cidade. Participaram de movimentos que intensificaram suas lutas. Renunciaram sua vida pessoal e familiar pela militância. Estiveram presentes e foram os responsáveis por mudanças na estrutura educacional da cidade, como na fundação da FAFIG. Com apenas 16 anos trouxeram e organizaram mais de 1000 estudantes. Difundiram a cultura e o seu acesso. E é dessa maneira que esses atores sociais, participando do movimento estudantil secundarista, buscaram transformar a sociedade amordaçada pela ditadura civil-militar que teve sua existência em Guarapuava, uma “terra de coronéis”.

CAPÍTULO II

2. A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA EM GUARAPUAVA

Como vimos no primeiro capítulo, o movimento estudantil secundarista de Guarapuava teve uma atuação expressiva durante o período da ditadura civil-militar brasileira, mas houve diferenças e contradições nos depoimentos dos ex-militantes que nos instigam a procurar entender o contexto político do período assinalado.

Iniciamos este capítulo trazendo de modo breve e sucinto a história da cidade, como forma de compreensão da sua estrutura durante os anos de 1964 a 1985, que compreende os 21 anos de ditadura civil-militar brasileira.

Guarapuava hoje é um município do estado do Paraná, na região sul do Brasil. Atualmente possui 3.177.598 Km² de área e está a 252km da capital, Curitiba. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes à 2010, a cidade possui 167.328 habitantes, com uma estimativa para 2015 de 178.126 habitantes.

Seu nome de origem tupi, significa “lobo-bravo”¹⁴ e por suas terras se encontrarem em uma região central, privilegiada por favorecer a ampliação das terras brasileiras para o oeste e a comunicação com as províncias do sul, foi alvo de interesse de espanhóis e portugueses, que a fim de expandirem o comércio e explorar matérias-primas, buscaram ocupar seu território.

A história da ocupação e povoamento de Guarapuava ocorreu em um processo lento, permeado por lutas, isolamentos, escravidão¹⁵, degredo¹⁶, credices e jogo de interesses, que nos auxilia a entender as relações de poder ocorridas na cidade. Detinham o poder político os proprietários de grandes extensões territoriais. Muitos desses receberam o título de coronéis¹⁷ e a caracterização da cidade como sendo “terra de coronéis”, justifica-se pelo fato do

¹⁴ MARCONDES, 1998, p. 20.

¹⁵ Sobre a escravidão em Guarapuava consultar: FRANCO NETO, F. *População, Escravidão e Família em Guarapuava no século XIX*. 2005.

¹⁶ Sobre o degredo ver: FERREIRA JR, F. *A prisão sem muros: Guarapuava e o degredo no Brasil do século XIX*. 2007.

¹⁷ O coronelismo foi um sistema de poder político que era caracterizado pela concentração do poder local nas mãos de proprietários de engenhos, ou de grandes latifundiários, como no caso de Guarapuava.

poder político da região que pertencia a esses latifundiários, ser mantido nas suas famílias. Conforme SILVA (2008), além de herança material herdava-se a herança política (p.17). Sendo assim, os representantes políticos revezam, trocam favores e se perpetuam no poder em Guarapuava.

As relações tradicionais de poder em Guarapuava permitem observar algumas características que ocorrem nos bastidores, como, por exemplo, a política de troca de favores, que se estabelece entre grandes grupos econômicos e familiares, revelando que tal artifício contribui para o perpetuamento do poder nas mãos desses grupos (CIRILO & SILVA, 2007).

Assim como no capítulo anterior as fontes orais e algumas publicações dos jornais que circulavam na cidade na época são utilizados para explicar a situação da cidade e da população no período em destaque.

2.1. Alguns apontamentos sobre a história de Guarapuava

Após seu povoamento, algumas atividades econômicas foram desenvolvidas, tais como o extrativismo da erva-mate, a criação de gado e a facilidade da aquisição de terras que acabou por atrair muitas pessoas e [...] dessa forma se consolidou a sociedade campeira local, repetindo o mesmo estilo de vida patriarcal, latifundiário que praticou a pecuária extensiva, apoiado no braço escravo e no trabalho familiar (SILVA, 2008, p.25).

A partir de 1845, com a abertura do “Caminho das Missões”, Guarapuava é inserida no comércio do gado e passa a ser passagem dos tropeiros que vinham do Rio Grande do Sul com destino a São Paulo. Para TEMBIL (2007) esse caminho:

[...] colocou Guarapuava na rota do Tropeirismo, inaugurando o que poderia se chamar de “idade do ouro” na história da cidade, porque favoreceu as transformações da vida modesta tanto do povoado quanto das fazendas que se encontravam dispersas e distantes (p.93).

O tropeirismo além de tirar a cidade do isolamento, fruto da própria localização e do pouco interesse da Província com a abertura de estradas, trouxe

para a cidade uma nova forma de organização “[...] alterando-lhe a forma física, as relações sociais, econômicas e culturais” (SILVA, 2008, p.25).

A renda dos fazendeiros, que basicamente vinha da criação do gado passa a ser proveniente também do tropeirismo, do aluguel de pastagens para as invernadas e pelo oferecimento de outros serviços. Esse enriquecimento deu a esses proprietários de terra além de poder econômico também o poder político da cidade.

Com o crescimento econômico, o povoado foi elevado à vila em 1852 e em 2 de maio de 1859, criou-se a Comarca de Guarapuava que recebeu foros de cidade em 1871 (TEMBIL, 2007, p.94). De acordo com SILVA (2008), foram cinco décadas de progresso e crescimento econômico. Entretanto, devido à construção de malhas ferroviárias, o tropeirismo passou a não ser o transporte mais rentável (p.26). Mesmo enfraquecido a atividade resistiu até 1930.

A cidade que progrediu com o tropeirismo encontrava-se novamente dependente de uma solução através do transporte para que pudesse continuar se desenvolvendo. A elite guarapuavana, que se acostumou com certos hábitos de consumo, estava perdendo o poder econômico e “Para tanto, a alternativa, aos olhos dessa elite, era reivindicar vias de comunicação que possibilitassem novamente a integração da cidade à dinâmica econômica do resto do país” (TEMBIL, 2007, p.114). A estrada de ferro e a criação de rodovias seriam as vias de comunicação necessárias para que a cidade pudesse continuar e acompanhar o ritmo de desenvolvimento do Brasil.

Sem a atividade tropeira e com a crise da exportação da erva-mate a suinocultura passa a ser uma grande fonte de renda. Todavia, o que muda novamente o quadro urbano da cidade, é a extração da madeira, que a partir de 1940, torna-se a atividade econômica mais importante da cidade. Segundo MARCONDES (1998), “Duzentas e cinquenta serrarias instalaram-se no Município de Guarapuava, que até então era a maior reserva florestal da América do Sul e, em menos de 30 anos, exterminaram com toda a sua vasta floresta de araucárias” (p.79).

Para TEMBIL (2007), a atividade madeireira trouxe um crescimento do comércio local, formando uma nova elite e novos consumidores e exigindo uma nova estrutura na cidade para comportar as mudanças do crescimento econômico

e populacional. Projetos de infra-estrutura, construção de ruas, estradas e pontes (p. 117-118) tornaram-se fundamentais.

Na década de 50, refugiados de guerra, do grupo Suábios do Danúbio, chegam em Guarapuava¹⁸. Inovaram a produção agrícola e recebiam financiamento federal e do exterior, mantendo-os independentes economicamente. O vale de Entre Rios, foi o local escolhido para o assentamento desses imigrantes, sendo que o governo estadual desapropriou fazendas para realizar tal feito.

Embora a acolhida desses novos moradores era vista como necessária, a chegada deles não deveria abrir possibilidades de perda de comando. Sendo assim o poder político deveria ser preservado e continuar nas mãos das tradicionais famílias guarapuavanas (FERNANDES, 2010, p.63).

Os novos moradores tinham a preocupação de preservar sua cultura e mantiveram certo distanciamento com a população de Guarapuava, inclusive na moradia. Outro fator que distanciava os imigrantes dos moradores locais, foi o rápido crescimento econômico desses, frente a lentidão do crescimento da sociedade tradicional campeira. (SCHMIDT, 2009, p.83).

A chegada da estrada de ferro em 1954, trouxe pensamentos contrários, pois a elite guarapuavana, acreditava que o trem, traria progresso, enquanto o restante da população se sentiam ameaçados pelas mudanças que isso poderia trazer a cidade¹⁹, conforme destaca TEMBIL (2007):

Se a elite não tinha dúvidas quanto a esses benefícios, o mesmo não se podia dizer em relação à outra parcela da população da cidade que se pretendia moderna. Essa população, que diz respeito a pessoas que nunca haviam saído de seus limites territoriais e que, portanto, ainda preservavam e cultivavam costumes próprios da vida rural, viram na presença do progresso, traduzido pelo trem, uma ameaça à vida cotidiana que se desenrolava nos campos guarapuavanos (p.122).

¹⁸ Segundo MARCONDES (1998), cerca de quinhentas famílias do grupo Suábios do Danúbio, recebendo apoio financeiro da Suíça e do governo do Brasil, chegam a Guarapuava em 1951 “[...] onde fundaram cinco aldeias, as quais preservam os nomes das fazendas que substituíram: Vitória, Jordãozinho, Cachoeira, Socorro e Samambaia” (p.93).

¹⁹ Essa resistência por parte da população à estrada de ferro, era proveniente numa crença na lenda que dizia que quando o trem chegasse a cidade, acordaria uma enorme cobra, parecida com um dragão, que tinha a cauda na Igreja Matriz e a cabeça na Lagoa das Lágrimas, e destruiria a cidade toda (MARCONDES, 1998, p.104).

A partir de 1956, o Estado do Paraná, como todo o país, vivia um surto de crescimento no bojo do projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitscheck. Segundo TEMBIL (2007) os discursos das elites reafirmavam os slogans do governo que incitavam um amor à pátria, uma fé no desenvolvimento do Brasil ecoava em todo o país e a intensificação do fluxo migratório transformava as cidades. Guarapuava deste modo consolidou seu processo de modernização do quadro urbano.

2.2. Guarapuava e a ditadura civil-militar brasileira

Na década de 60, o Brasil apresenta uma forte crise de ordem política e econômica. GERMANO (2011) destaca importantes aspectos em nível interno e externo que afetavam consideravelmente a economia e a política do país. Para esse autor, internamente, a sociedade civil organizada e politizada, realizava manifestações populares com a participação de diversos setores, trabalhadores rurais e urbanos, estudantes e até alguns militares. A repercussão de tudo isso se deu através de campanhas e movimentos de educação e cultura popular que aconteceram em todo o país.

Externamente, Estados Unidos e Rússia tentavam dividir o mundo em dois grandes blocos: capitalistas e socialistas. Com a Revolução Cubana, o poderio dos norte-americanos ficou abalado e temendo que outros países da América Latina seguissem o exemplo de Cuba, foram estabelecidas ações anticomunistas e a criação do programa de cooperação econômica, também chamado de Aliança para o Progresso (GERMANO, 2011, p.51-52).

Quando em 1961 Jânio Quadros, eleito presidente com aproximadamente 50% dos votos, renunciou ao posto, gerou grande crise. Os ministros militares buscaram impedir a posse do então vice-presidente, João Goulart, justificando que esse não atenderia aos objetivos democráticos, pois seria um grande risco ter um presidente que, na sua vida política, apoiara manifestações grevistas e expressara sua admiração pelo regime dos países comunistas (SANFELICE, 2008, p. 27).

No dia seguinte à renúncia de Jânio Quadros, os ministros militares recorreram ao veto para que João Goulart (Jango) não assumisse a presidência, propondo através de uma emenda que se realizasse eleições indiretas. Porém

essa tentativa não obteve sucesso porque a Câmara dos Deputados não aceitou e a fim de evitar confrontos, foi proposto um regime parlamentarista. João Goulart assumiria a presidência, mas com poderes restritos.

De acordo com CHIAVENATO (2004), as reformas apresentadas por Jango, principalmente a da reforma agrária, trouxe muita agitação a toda sociedade brasileira, que buscou uma solução junto aos militares. Essa ação recebeu força e apoio da televisão, que à época, começava a ser utilizada como um forte meio “para a fabricação da imagem de uma administração subversiva, antipatriótica e ofensiva às crenças ‘ocidentais e cristãs’ do nosso povo” (CHIAVENATO, 2004, p.43).

Nesse contexto, a classe dominante tradicionalmente aliada a Igreja, organiza em março de 1964, a Marcha da Família, com Deus pela Liberdade em apoio às organizações anticomunistas e contrárias à reforma agrária. Porém o discurso era de que “Família que reza unida, permanece unida”, afirmando a necessidade da conservação da moral e dos bons costumes, da preservação da família e a favor dos planos de Deus. Deste modo, os comunistas foram definidos como satanistas que agiam contra os valores morais e espirituais, degradavam as famílias e a propriedade privada, além de quererem mudar a ordem natural de pobreza e riqueza. Essas considerações enfáticas feitas pela Igreja Católica, principalmente na pessoa de D. Geraldo de Proença Sigaud, fortemente combatiam o comunismo (GERMANO, 1994, p.52-57).

Esse combate acirrado contra o comunismo e seus adeptos acontecia por todo o país. Em um jornal que veiculava na época na cidade de Guarapuava²⁰, o semanário Folha do Oeste, podemos observar como repercutiu esse fato. Embora sua publicação tenha ocorrido dias após a Marcha da Família, em sua manchete principal traz: “Guarapuava vibrou com a chegada de seus soldados; apoteose popular e festa pirotécnica - toda a cidade se fez presente na Rua 15 de Novembro para receber o 1º E. I. C.- espetáculo inédito em nossa terra - abraços e lágrimas” (*Folha do Oeste*, 05/04/1964, CEDOC-G/UNICENTRO). O esquadrão

²⁰ Segundo PERBICHE (2014), o cenário guarapuavano era de disputa de poder, pois as famílias tradicionais que detinham o poder econômico, também almejavam conservar o poder político. Essas mesmas famílias detinham a propriedade dos veículos de comunicação da cidade na época, como o jornal Folha do Oeste, que era dirigido por Antonio Lustosa de Oliveira, influente político de Guarapuava.

estava sendo saudado por ter se deslocado a Curitiba para segundo o jornal “preservar a causa democrática” na Marcha da Família.

Nesta mesma edição, e sobre o mesmo acontecimento, é apresentado o relato do secretário do vice-prefeito, Renato Küster, que em visita a Curitiba para tratar de assuntos junto ao governador do estado Ney Braga, exalta aos generais, como sendo heróis e o governador com seu posicionamento firme tem “atitude de autêntico líder nacional”. Afirma que:

Não era possível continuar a divisão de brasileiros, de movimentos que visam separar irmãos e a própria família, afastando operários de patrões, generais dos seus comandados, marinheiros dos almirantes e atingindo até a própria igreja. Mães brasileiras que deixaram seus lares (aflitas e desesperadas), em Belo Horizonte, São Paulo, Guarapuava, deram esplêndida demonstração cívica na marcha por Deus e pela Liberdade. (...) Essa foi a guerra das mães, das esposas, da mulher brasileira com sua coragem, alertando os homens públicos, fazendo-os ver que a Nação ainda não estava perdida, que os comunistas ainda eram minoria e estava na hora de barrar os seus propósitos (*Folha do Oeste*, 05/04/1964, CEDOC-G/UNICENTRO).

Encerra seu relato enfatizando: “As nossas homenagens ao glorioso 1º Esquadrão Independente de Cavalaria, que, mais uma vez lutou pelas nossas tradições e instituições democráticas”. O que foi e como foi noticiado a Marcha da Família e a participação dos soldados guarapuavanos apresenta os indícios de que assim como em outros jornais e meios de comunicação do país, também o semanário *Folha do Oeste*, evidenciava sua posição anticomunista.

Com Jango deposto, em 31 de março de 1964, o ministro Ranieri Mazzilli assume a presidência com o apoio de uma junta militar que se intitulava Comando Supremo da Revolução. Com os militares no poder, foi lançado imediatamente o primeiro Ato Institucional que, dentre muitos aspectos, reforçou que o movimento civil e militar era algo revolucionário que pretendia colocar ordem no país e com a legitimação da revolução, o AI – 1 “[...] afastou qualquer possibilidade de o povo influir no destino político do Brasil [...]” (CHIAVENATO, 2004 p.109).

No Paraná, a posição do governador ficou bem clara em relação à realidade do país. Em um manifesto noticiado no jornal *Folha do Oeste*, os guarapuavanos ficaram sabendo do posicionamento do Paraná frente à “revolução”:

Embora o façamos com algum atraso, não podemos nos furtar a publicação deste Manifesto que em si encerra uma verdadeira lição de respeito às Leis e a Constituição. Conte conosco Marinha do Brasil. [...] Contém conosco as Forças Armadas que, sendo povo como nós somos, compreendem a gravidade da hora presente e também sabem o que querem e o que não querem. A Constituição, acima de tudo, porque, dentro dela, com ela e por causa dela e do que ela representa, encontramos as soluções para os problemas do Brasil que hão de ser brasileiras, democráticas e cristãs. (Jornal Folha do Oeste, 05/04/1964, CEDOC-G/UNICENTRO).

Como observamos, as notícias veiculadas em Guarapuava estavam estritamente relacionadas aos interesses políticos daqueles que estavam no poder e reforçavam a “revolução” como sendo uma solução para os problemas brasileiros e para a conservação de ideais democráticos e cristãos.

Pelo AI-1, foi estabelecida a cassação de mandatos e de direitos políticos de todos que fossem considerados subversivos ou contra o regime que se instalava. Por tanto, foram cassados deputados, realizou-se a suspensão de direitos políticos por dez anos daqueles que supostamente pudessem se opor ao regime, funcionários públicos perderam seus cargos e cientistas e professores universitários foram afastados.

Conforme HELLER (1988), pelo AI – 1, “No Paraná são cassados Moyses Lupion, Amaury de Oliveira e Silva, Léo de Almeida Neves, Vieira Netto, entre outros. Os sargentos Walmor Weiss e Wilson Teixeira são presos e expulsos do Exército, por terem se declarado a favor da ordem legal”(p.26).

Muitos cidadãos foram indiciados e passaram pelo Inquérito Policial Militar (IPM), inclusive em Guarapuava que segundo o processo-crime n° 964.2.5597, de 25 de abril de 1964, João Dreviski, Zenobio Dreviski, Vasco Junqueira Morgado, Aurélio Pereira Morgado, e Miguel Souza Pinto, foram interrogados, havendo apreensão de material considerado subversivo na residência de Aurélio Pereira Morgado (Caixa 301. CEDOC/G – UNICENTRO). Desse modo, percebemos que Guarapuava, mesmo distante de grandes centros, também foi alvo da repressão e perseguição aos “subversivos”. No IPM citado, os indiciados negaram envolvimento com o comunismo. Mesmo com um depoente contradizendo o outro, não foram enquadrados como pessoas que oferecessem grande risco à conservação do regime recém implantado no país. João Dreviski encerra seu

relatório dizendo que apoiava a ditadura militar, por trabalhar com disciplina pra manter a democracia cristã. Vasco Junqueira Morgado, afirmou em seu relato que se reunia com João Dreviski e com seus filhos, para discutir os problemas brasileiros e falar sobre o comunismo e que ele sempre os incentivava a abandonar as ideias comunistas. Miguel Souza Pinto, em seu interrogatório afirma que conhecia Vasco Morgado e João Dreviski, mas que nunca nem leu livros comunistas. Ainda, afirmou que João Goulart era um vigarista, e que foi enganado por essa “turma”, mas que não queria mais nada com eles. Aurélio Pereira Morgado, afirma que mesmo possuindo livros sobre o comunismo, que recebera por doação de seu irmão, era apenas simpatizante e que João Dreviski explicava a ele a doutrina comunista. Tadeu Dreviski, filho de João Dreviski, afirmou em seu relatório que não sabia nada dos problemas brasileiros, nem do comunismo, e também não sabia que seu pai tinha ideias comunistas. A conclusão foi de que os interrogados eram apenas simpatizantes do comunismo e arquivou-se o IPM.

Também em atendimento ao AI-1, foi eleito o presidente provisório Humberto de Alencar Castelo Branco, que deveria cumprir seu mandato até 31 de janeiro de 1966. E enquanto alguns políticos paranaenses foram cassados, Ney Braga, governador do Paraná, sempre mantendo boas relações com o governo federal acabou recebendo alguns cargos oficiais, como o de Ministro da Agricultura.

Foi também Ney Braga o responsável por indicar o reitor da Universidade Federal do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda para ser o ministro da Educação, no governo de Castelo Branco. Sendo nomeado ministro, foi o criador da Lei 4.464/64, a conhecida Lei Suplicy, que afirmava ser “vedado aos órgãos de representação estudantil qualquer manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como indicar, promover e apoiar ausência coletiva dos trabalhos escolares, isto é, greves” (FÁVERO, 1996, p. 60).

Nas eleições para governador a derrota da ARENA em Minas Gerais e Rio de Janeiro, levou o governo a lançar o segundo Ato Institucional²¹ que dissolveu os partidos políticos, impôs eleições indiretas para presidente e ampliou

²¹ Em outubro de 1965 editou-se o AI-2.

o poder da Justiça Militar. A partir daí poder-se-ia julgar aqueles que agissem contra a segurança nacional (HELLER, 1988, p. 27).

O início do texto do AI-2, afirma: “Não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará”. E para garantir sua continuidade:

[...] cerceou-se a liberdade política. A partir do AI-2, só foram permitidos dois partidos políticos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Esses partidos fariam o papel de situação e oposição consentida. A sabedoria popular logo os apelidou de “partido do sim” e “partido do sim senhor” (CHIAVENATO, 2004, p.11).

Observamos que o AI- 2 foi um dos modos pelo qual o governo militar garantiria sua permanência no poder sem ferir a “democracia” e o direito de escolha do povo, mesmo que estivesse restringido os partidos políticos. Ainda assim, haveria a possibilidade de optar por um deles, mas não no caso de eleições presidenciais, porque essas seriam indiretas. Daí a importância de se ter no Congresso a maioria sempre favorável aos militares.

Nesse contexto quem se manteve no poder em Guarapuava por praticamente todo o período ditatorial foi o Sr. Nivaldo Passos Krüger, que era o representante do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) oposição à ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Porém suas ações contraditórias, como o monumento em honra a Castelo Branco, fazem-nos crer que o que acontecia em Guarapuava, era o que CHIAVENATO (2004) chamava de situação e oposição consentida, o “partido do sim” e o “partido do sim senhor” (p.111). Não havendo verdadeiramente uma oposição ao regime.

Confirma-se esse fato pelo depoimento do entrevistado 4, que afirma que em “Guarapuava era tudo maquiado, não havia oposição. Não existia e não existe na cidade um líder político que tenha formação socialista, que possa lutar pela igualdade. Em nossa cidade não tem”.

O relato do entrevistado 2 assemelha-se às afirmações acima, pois para ele, Guarapuava vivia num sistema coronelista e, portanto, não sentiu a ditadura civil-militar como os grandes centros urbanos do país. “A ditadura em Guarapuava não foi sentida, pois como você ia sentir uma presença de ditadura se você já vivia numa terra de coronéis, que já eram reacionários”? Afirma ainda que havia:

[...] uma certa alienação por duas questões, nós não tínhamos uma liderança de esquerda marcante nas nossas referências políticas. A ditadura militar, tinha o seu partido, que era a ARENA e ela tinha a oposição consentida. O nosso líder, o líder da oposição era o Nivaldo Kruger. O Nivaldo Kruger fez um busto em homenagem ao general Castelo Branco na praça nove de dezembro. A origem dele era do integralismo, ele vai negar, mas a origem dele era do integralismo, que eram os fascistas brasileiros. Então era estranho isso pra nós. Nós não tínhamos uma referência política em Guarapuava, do ponto de vista intelectual porque eram limitados, e nós mais limitados ainda. Então nossas referências políticas eram praticamente alinhadas. Uma situação, a ARENA, e uma oposição consentida pela ditadura militar, era um ou outro que poderia estar alojado no MDB da época, que fosse de esquerda de fato.

No Paraná, observamos a mesma situação quando em 1965 Paulo Pimentel vence as eleições para governador derrotando o candidato Bento Munhoz. Embora esse último tivesse o apoio militar, a eleição de Paulo Pimentel, não significava a derrota da “situação”, pois:

Ao assumir o governo, mantém um duplo diálogo: com o poder central, cujas decisões na maioria das vezes intervêm diretamente em sua gestão, e com os seus governados, de quem pode depender seu futuro político. De um lado, preserva o estilo popular para com o eleitorado: de outro, fora desses limites, incorpora posições tecnocráticas, próprias do regime ao qual seu novo partido, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), passou a pertencer (MAGALHÃES, 2001, p.71).

Com receio de represálias, assim como em todo o país, no Paraná a maioria dos políticos aderiu a ARENA²².

Essa realidade de apoio ao sistema recém implantado era noticiada na cidade de Guarapuava, como pode se observar na edição de 19 de abril de 1964 do jornal Folha do Oeste, que destaca um texto de autoria de Lourival Santos Lima, que felicita o fato do Brasil ter “se livrado do totalitarismo”. O próprio autor afirma que:

Os fanáticos do comunismo, os viciados da politicalha, os oportunistas dos negócios públicos, os falsos e medíocres líderes, que tanto mal nos têm feito, não devem ter abrigo, jamais, nas posições de mando. Pois “os maus democratistas” é que geram „os bons comunistas” (...). Porque os falsos valores já quase nos

²² Segundo MAGALHÃES (2001), a participação de Ney Braga nesse processo de centralização dos partidos políticos foi notória. Foi ele o responsável por organizar a ARENA paranaense, que aglomerou a maioria dos políticos do estado, e que portanto, apoiaram o regime militar. (p.86).

levaram para o abismo da desesperança e da desgraça nacional. (Jornal Folha do Oeste, 19/04/1964, CEDOCG/UNICENTRO).

Percebemos que esse tipo de notícia era muito comum na cidade no período. Sabemos, no entanto, que pela ditadura, a censura implantada limitava os meios de comunicação, e deste modo, limitava a população no recebimento das informações referentes ao regime, dando acesso somente a notícias de interesse dos militares. A posição política do jornal Folha do Oeste parece muito clara, quando, no dia 14 de junho de 1964, publica um texto sem assinatura, que nos chama atenção:

Brasileiros! Durante os últimos 3 anos, o governo deposto anunciou inúmeras medidas contra a inflação (...). Emitindo insensatamente bilhões e bilhões de cruzeiros, os comunistas, montados no poder, desvalorizavam dia-a-dia a moeda dentro e fora do país. Isso, porque o governo deposto e seus agentes comunistas sabiam que a maneira mais fácil de implantar um regime totalitário seria através da inflação como aconteceu na Tchecoslováquia, na China Vermelha e na Alemanha após a Guerra 14-18. Foi contra tudo isso que o povo brasileiro e suas valorosas Forças Armadas reagiram, estabelecendo o clima de legalidade democrática e a ordem necessária ao progresso da nação. Colabore você também na consolidação e salvaguarda da Democracia anulando a ação nefasta dos comunistas. (Jornal Folha do Oeste, 14/06/1964, CEDOC-G/UNICENTRO)

Para manter-se no poder e legitimar o regime, foi instalado o AI-4 que possibilitou o funcionamento do Congresso que estava fechado por um Ato Complementar, pois a Nova Constituição precisava ser votada e aprovada, e as “condições” já existiam:

[...] Mas, para os militares e para a legitimação do Regime dentro e fora do país, era muito importante que ela fosse ratificada pelo Congresso. Assim, o próprio Executivo, que fechara o Congresso Nacional através do Ato Complementar nº 23, através do AI-4, de 7-12-1966, reconvocou o Legislativo para discutir e ratificar a Constituição, o que ocorreria sob condições extremamente restritivas (GERMANO, 2011, p.62).

E no prazo máximo de 31 dias a nova Constituição deveria ser discutida, votada e aprovada: “Essa Constituição criava um Estado que violava o princípio republicano da separação dos poderes, uma vez que tomava por base, quase que exclusivamente, o Poder Executivo” (GERMANO, 2011, p.62). Através dela

institucionalizou-se o poder autoritário. Os estados ficaram subordinados ao governo federal e perderam a pouca autonomia econômica que lhes restava. Ampliou-se o poder das Forças Armadas e para prevenir qualquer ameaça a lei de Segurança Nacional promulgada em 1946 sofre alterações conceituais na nova Constituição, pois:

[...] De acordo com a constituição de 1946, a Segurança Nacional dizia respeito à defesa contra agressões externas e à preservação das fronteiras territoriais. Com o texto constitucional de 1967, ocorre um deslocamento, e a principal agressão a combater passa a ser a proveniente do “inimigo interno” do Estado (GERMANO, 2011, p.64).

Por inimigo interno entendia-se qualquer pessoa ou organizações que se opusessem ou questionassem o regime militar, e não somente cabia às Forças Armadas a preservação da Segurança Nacional, como também a todo cidadão. Sendo assim, todos os indivíduos passaram a ser informantes do Estado, e caso não o fizessem poderiam responder criminalmente.

Enquanto alguns eram vistos como inimigos internos por se oporem ao regime militar, outros viam os militares como heróis que estavam garantindo a lei e a ordem no país, estavam garantindo que a democracia fosse mantida e que os valores cristãos fossem respeitados. FERNANDES (2010) apresenta algumas tabelas que sintetizam o conteúdo das atas da Câmara Municipal de Vereadores. Deste modo, chamou-nos a atenção o fato de que no ano de 1969 o vereador Elias Farah Neto solicita que fossem enviados cumprimentos ao Presidente da República, Costa e Silva, por ter decretado o ato institucional nº 5²³.

O AI-5 foi lançado em dezembro de 1968. Seu texto afirmava que a Constituição seria mantida, contudo, com algumas mudanças presentes nesse Ato Institucional, ou seja, conservava o autoritarismo presente em seu texto, e eliminava os pequenos espaços de liberdade que nela continha. Não haveria nenhum tipo de controle social e político. O presidente teria poderes ilimitados de atuação em todos os setores, em todos os estados e em todos os municípios. Com esse ato institucional a ditadura foi fortalecida, confirmando a defesa da possibilidade de não deixar o país tão cedo. O Congresso Nacional foi fechado por tempo indeterminado, políticos foram cassados, inúmeras ações repressivas

²³ Somente em 1978, durante o processo de abertura política, que o presidente Geisel extinguiu com o AI- 5.

foram realizadas, instituiu-se a censura à imprensa, impossibilitando e limitando as ações oposicionistas. CHIAVENATO (2004) afirma que:

O AI-5 fechou o Congresso indeterminadamente e, ao contrário dos outros atos, não tinha “prazo de validade”: a ditadura assumia-se eterna. No rastro repressivo, mais de 69 deputados foram cassados – nem mesmo o governador Carlos Lacerda escapou, que já conspirava contra o regime. O AI-5 dava tantos poderes ao presidente, aumentando a repressão e a censura à imprensa, que qualquer oposição real tornou-se impossível. A partir daí, só houve um caminho: a luta clandestina. Os políticos limitaram-se a “confabular”, esperando a abertura do regime (CHIAVENATO, 2004, p.112).

Analisando o fato do enaltecimento dado em Guarapuava ao presidente Costa e Silva por ter lançado o AI- 5, percebemos que parte dos políticos da cidade, defendia o regime militar e o apoiava a ponto de querer exaltar uma das medidas mais repressivas e de maior demonstração de abuso de poder tomadas pelo governo.

Se o AI-5 era repressor, a situação ficou ainda pior com o falecimento de Costa e Silva, em agosto de 1969, pois ocorre o que podemos dizer de um “golpe ao golpe” e a sucessão que deveria ficar com o vice-presidente Pedro Aleixo, fica com uma Junta Militar que mesmo em um restrito período consegue aprimorar a ditadura militar com:

[...] os Atos Institucionais de nºs 13 e 14. O primeiro determinava que os presos políticos trocados por diplomatas sequestrados seriam banidos do território nacional; o segundo incluía no texto constitucional de 1967 algumas penalidades até então inexistentes, como: aplicação de pena de morte, de prisão perpétua e de banimento em casos (incluídos na imprecisa definição) de “guerra psicológica, guerra adversa revolucionária ou subversiva” (GERMANO, 2011, p. 69).

Esse período de forte repressão, iniciado com a Junta Militar formada pelo general Aurélio de Lyra Tavares, o brigadeiro Marcio de Souza e Mello e o almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, teve prosseguimento com o general Emílio Garrastazu Médici. Ele assumiu o Executivo em 1969, como um militar “linha dura”, reprimindo duramente qualquer oposição, porém com o intuito de proporcionar uma mudança na estrutura econômica do país, que ficou conhecido como “milagre econômico” (CHIAVENATO, 2004, p.113-114).

O Estado nesse momento tem tamanho poder que o presidente pode fazer decretos-leis secretos, e, assim, prender pessoas que tenham “infringido a lei”, mesmo que a tenham feito, por desconhecimento da mesma. O poder Executivo com o apoio das Forças Armadas, através de todo o aparato repressivo, busca o total domínio político, social e ideológico no país, não havendo espaços para explicações ou discussões. A “ordem” deveria ser mantida a todo custo:

Em determinado momento, não se discutia mais *por que* tomar algumas medidas repressivas, e sim como. Com o tempo e adesão da máquina administrativa, a aplicação de medidas orientadas pelo pensamento militar nem cogitava *o porquê* ou o como (os métodos já estavam definidos) e ansiava pelo *quando*. (CHIAVENATO, 2004, p.114, grifos do autor).

Foi nesse período que em função de garantir a preservação do regime, torturas e mortes se institucionalizaram como práticas comuns usadas pelos militares, conforme afirma GERMANO (2011): “A tortura e a morte nas masmorras da ditadura tornaram-se rotineiras nesses anos de chumbo da nossa história” (p.70).

A imposição pela força acontecia através de todo tipo. Métodos e equipamentos de tortura foram utilizados para garantir a dominação política e as consequências dessas práticas foram várias, conforme salienta CHIAVENATTO (2004):

Esse tipo de repressão provocou várias reações. Uma delas, o suicídio. A tortura como método conseguiu matar o homem no homem: deixava marcas tão profundas que, depois, se tornava difícil querer viver. Para alguns dos torturados, a indignidade do outro – o torturador – atingia-os de tal modo que era impossível continuar pertencendo *àquela* humanidade(p.183).

Enquanto muitos eram reprimidos e torturados, a classe média, altamente favorecida com a política econômica do governo, e mesmo o povo, pouco favorecido, apoiavam o governo Médici. Desse modo, pela censura não havia críticas ao Estado e qualquer forma de oposição era reprimida violentamente. Sendo assim, os efeitos destruidores da ditadura eram mascarados pelas propagandas que enalteciam o país e a conquista da Copa do Mundo, dava ao Brasil a confiança de que esse era um país que progredia.

A distância de Guarapuava das grandes cidades, como da capital Curitiba, também a distanciava das informações. Os meios de comunicação se resumiam praticamente a televisão, rádio e jornal e eram privilégios de algumas famílias. Confirma isso com o depoimento do entrevistado 1:

Nós não ficávamos sabendo de quase nada, porque nós não tínhamos televisão. A gente só escutava a rádio. Ia pra casa a noite e escutava a rádio Tupy. A rádio Farroupilha de Porto Alegre. Mas só pelo rádio ficávamos sabendo de algumas coisas. E o guarapuavano, poucos, iam estudar em Curitiba, mais aqueles que tinham condições, filhinhos de fazendeiros, de pessoas mais ricas, esses tomavam conhecimento, mas eles vinham só nas férias pra cá, então repassavam muito pouco.

Além da dificuldade de acesso as informações, a cidade como todo o país, era limitada a notícias manipuladas pelo regime. Os poucos casos de enfrentamento realizado pela imprensa eram reprimidos, como o jornalista do Folha do Oeste, de Guarapuava, Hélio de Azevedo, que em 1970, foi processado por criticar em seus artigos, o prefeito local (NASCIMENTO, 2010, p. 5).

BRUNELO (2009), de modo conotativo, chama toda essa manipulação da realidade, de “arma branca” que, embora com críticas da esquerda e de intelectuais, conseguiu de modo contundente penetrar na sociedade. Citando Carlos Fico, afirma que “o êxito não pode ser desconsiderado, ainda mais, com a vitória do Brasil na Copa do Mundo de 1970, o que serviu para insuflar ainda mais os lemas do período: *Este é um país que vai pra frente e o Brasil é feito por nós*” (p. 45, grifos do autor).

Esse tom ufanista ganhava eco nos jornais de Guarapuava. E discursos de apoio ao regime e contra o comunismo/terrorismo repercutiam na cidade. Cabe destacar que em 1970, o vereador Cândido Pacheco Bastos presta contas sobre seu comparecimento em uma palestra proferida pelo comandante do 1º Esquadrão Independente de Cavalaria, que teve o tema: Combate ao Terrorismo (FERNANDES, 2010, p.167). Não sabemos o conteúdo da palestra, mas analisando pelo tema, acreditamos que era mais uma das estratégias para aniquilar com o comunismo ou com qualquer posicionamento aproximado aos pensamentos de esquerda.

GONÇALVES JÚNIOR (2009) analisa a FAFIG (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava) entre 1970 e 1973 e afirma que seus efeitos

foram como ecos da repressão ocorrida em outras partes do país, mesmo assim, o ensino superior guarapuavano, passou por vigilância militar, instaurando uma espécie de violência simbólica, sem agressões físicas explícitas, mas cerceando qualquer militância vinda da FAFIG (GONÇALVES JÚNIOR, 2009, p. 13).

Em relação a outros aspectos da cidade na década de 70, encontramos em TEMBIL (2007), a informação de que nesse período a população rural da cidade era maior do que a urbana (p.124). No semanário “Esquema Oeste”²⁴, que afirma que Guarapuava tinha uma população com 111. 912 habitantes, segundo o censo de 1970, sendo 40.047 na sede e 71.865 na zona rural.

Comparando o número de habitantes apresentado com o número de eleitores no ano de 1969, observamos uma discrepância. Pois se apresentou para a escolha do prefeito da cidade apenas 23.066 votantes²⁵. Acreditamos que grande parte dessa população não tinha acesso à escola e essa situação pode justificar o fato de Guarapuava não ser, por muito tempo, contemplada com verbas e obras do governo estadual, pois até 1985 o voto do analfabeto não era permitido e a exclusão dessa parcela da população, também excluiu nossa cidade e impediu sua modernização, mantendo-a isolada por muito tempo. Pois, qual seria o interesse em investir numa cidade que não oferece nada em troca, nem mesmo eleitores como forma de garantia de permanência no poder?

E para se manterem no poder, os militares usaram de todas as artimanhas possíveis e de muita violência. Além disso, as atitudes de favorecimento de uns pela exclusão de outros trouxeram sérias consequências na vida dos brasileiros. Como a concentração de renda era totalmente desigual, os índices de desnutrição eram alarmantes, chegando a afetar grande parte da população. Também houve o aumento da mortalidade infantil e uma miséria assolava o país, e tudo isso no mesmo período do “milagre econômico”.

Nesse contexto, restringiu-se a atuação dos sindicatos, chegando até mesmo à proibição das greves. Os trabalhadores foram destituídos de direitos, como o da estabilidade. Para CHIAVENATO (2004) “Os resultados não se limitaram apenas à insegurança e às perdas salariais: os trabalhadores

²⁴ ESQUEMA OESTE. Bem vindo à Guarapuava. Guarapuava: ano II, n 58. 30 de junho a 06 de julho de 1971. p. 05.

²⁵ Murilo Walter Teixeira, em seu boletim nº10/2001, apresenta os prefeitos de Guarapuava de 1947 a 2012. Nas eleições de 1969, foi eleito em seu segundo mandato Moacyr Júlio Silvestri que substituiu Nivaldo Passos Krüger, e permaneceu até 1972.

começaram a trabalhar mais”. (p.141). Acreditamos que essa ampliação forçada na jornada de trabalho favorecia as empresas, dando lucro ao empregador e empobrecendo o trabalhador, pois para MARX (1989):

O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (...) (MARX, 1989, p. 148).

Essa desvalorização dos trabalhadores foi muito presente na ditadura civil-militar brasileira de todos os modos. Com o enriquecimento externo houve o empobrecimento interno, pois enquanto os países estrangeiros eram privilegiados por medidas nacionais, a educação e cultura tiveram suas verbas reduzidas. O acirrado combate ao comunismo com forte repressão e censura, confirmava que a ditadura pretendia sufocar os pensamentos, impedir a criticidade e manter o povo na ignorância da inserção daquele regime político na expansão mundial do capitalismo que ocorria na década de 1960. O depoimento da entrevistada 6 endossa essa situação e manifesta como a ideologia militar formava opiniões:

As vezes ficávamos sabendo de alguma coisa pelo rádio. Sabíamos de Cuba. Eu tinha medo do comunismo, do socialismo. Eu acredito que isso só é bom pra quem tá no poder. Assim como no capitalismo. Mas no capitalismo você pode crescer, melhorar a vida, no comunismo e no socialismo, nunca. Você tem que trabalhar pra dar de comer os outros. Não acho justo. Não acho justo ganhar como um catador de batatas.

Essa fala representa também como o discurso capitalista presente no “milagre econômico” era forte no período, com as ideias de que se você trabalhar melhorará sua vida, de que está em suas mãos o seu futuro e o futuro do país. A difusão dessa ideologia, juntamente com a censura implantada, impedia que a população tomasse conhecimento da realidade do país e a repressão tomou níveis de crueldade alarmantes, que, mesmo sem serem noticiados, causou na classe média sentimentos de indignação, conforme assevera CHIAVENATO (2004):

A repressão foi brutal e insana; foi tão desmedida que, mesmo sob censura dos jornais, provocou a indignação da classe média.

Trabalhadores, jornalistas, padres e estudantes foram assassinados com requinte de crueldade. A partir do momento em que a classe média tomou conhecimento das torturas, começou a diminuir o apoio dado ao governo militar e cresceram as manifestações contra o regime (p.176).

Esse “descontentamento” com o regime fez com que a esquerda partisse para a luta armada e fossem, também, organizadas guerrilhas no campo, obrigando o governo a aumentar ainda mais seu aparato repressivo. Isso ocorreu com a criação do Departamento de Operações Internas-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)²⁶, institucionalizando a repressão em grande parte do território nacional (HELLER, 1988, p.54).

Esse órgão repressivo era integrado por policiais militares que contavam também com o apoio de paramilitares como a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e da Propriedade, do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), do Movimento Anticomunista (MAC), entre outros. Ele era financiado pelo governo através de verbas confidenciais e pelo auxílio de grandes empresas nacionais e estrangeiras. Com isso o DOI-CODI tinha todo o aparato para realizar suas atividades e se tornar [...] “Uma estrutura destinada a impor o terror, com a utilização em larga escala dos mais brutais instrumentos de tortura e com o mais absoluto desrespeito aos direitos da pessoa humana” (HELLER, 1988, p.58). O aumento do arsenal da ditadura com requintes de crueldade desprezava a população.

Esse desprezo e desrespeito aos direitos humanos fez com que a classe média começasse a perceber o terror da ditadura e também a votar no MDB, que, gradativamente, foi ganhando espaço na política do país, mesmo com as mudanças que aconteciam na legislação eleitoral para favorecer os candidatos da ARENA. Essa desaprovação popular ficou muito clara nas eleições de 1974, conforme destaca CHIAVENATO (2004): “O MDB avançou, apesar das alterações na legislação eleitoral, que visavam favorecer a ARENA. As eleições de 1974 demonstraram que o povo repudiava a ditadura [...]” (p.117). HELLER (1988) reforça afirmando que esse resultado deu início ao declínio da ditadura militar no Brasil.

²⁶ Os agentes do DOI-CODI eram treinados dentro do modelo americano *National War College*, que foi utilizado durante a Guerra Fria. No Brasil os militares desse órgão eram treinados na Escola Superior de Guerra (ESG) para defender os objetivos do regime militar.

Deste modo, podemos constatar que o que serviu por muito tempo para garantir o poder, acabou sendo, contraditoriamente ao seu objetivo, um dos fatores que desmascarava o regime militar e gerava na sociedade insatisfação e revolta:

O jogo político imposto pelo governo militar promoveu a subversão dos princípios civilizados de fazer política. Ele deu força à ditadura, mas ajudou a sua destruição, à medida que se revelou prepotente e agressivo. Essa prática política minou o governo militar e, aos poucos, fortaleceu as correntes que lutavam para transformar a política em um verdadeiro jogo dos contrários, no qual se diverge, mas se respeita civilizadamente o próximo (CHIAVENATO, 2004, p.123).

Esse fortalecimento das correntes contrárias ao regime militar e as suas medidas repressoras foi demonstrado nas urnas em 1974. CHIAVENATO (2004) destaca que “[...] A medida que o povo identificou no MDB um canal contra a ditadura, passou a votar nos seus candidatos. De 1966 a 1974, por exemplo, ele cresceu a ponto de equilibrar o jogo político [...]” (p.117).

O avanço do MDB nas eleições gerou preocupação nos militares com a “escolha” do próximo presidente. A ARENA, perdendo partes de seu domínio político, dava à oposição a possibilidade de eleger um candidato próprio ou de negar-se a aceitar um presidente militar. Nesse contexto o general indicado pelos militares e eleito foi Ernesto Geisel que apresenta como fundamento de governo a abertura política, na tentativa de recuperar o apoio da sociedade. VIEIRA (1985), afirma que:

Esta busca de novo apoio político e social, tão necessários para a estabilidade no poder, levou o governo Geisel a divulgar a teoria da “distensão”. Tal teoria tinha a finalidade de diminuir a pressão, exercida sobre a sociedade brasileira. Mesmo com forte controle, se alargava o espaço de participação, criando meios de integrar certos setores da oposição, no interior da vida política (VIEIRA, 1985, p. 41).

A proposta de Geisel era um processo lento e gradual de abertura política, porém sem perder a segurança e o controle garantidos pelo AI-5. Foi nessa dualidade de ações, ora de abertura, ora de repressão, que nas eleições para o Poder Legislativo, em 1974, foi permitido que a população escolhesse seus representantes, mas após o resultado das mesmas, onde o MDB novamente

avançou, o governo ao acreditar que o PCB dava apoio e estava envolvido nessas eleições, o viu como uma grande ameaça que devia ser extinguida, e uma forte perseguição foi realizada através de órgãos como o CODI-DOI, em todo o território nacional, inclusive no Paraná, com a Operação Marumbi em 1975. Conforme assevera BRUNELO (2009):

Entretanto, não era apenas nos grandes centros urbanos como São Paulo, por exemplo, que a repressão atuava. No Estado do Paraná, os organismos repressivos realizavam suas atividades com violência, perseguindo e prendendo os opositores do regime militar. Militantes do PCB foram presos em 1975, vários deles foram torturados nos cárceres da terra das araucárias (BRUNELO, 2009, p.53-54).

Em Guarapuava há três pessoas que foram presas pela operação Marumbi: Lenine Pereira dos Santos, Nelson Pedro Zambom e Vladimir Salomão do Amarante. Esse último relata que no dia 14 de outubro de 1975 recebeu a intimação para comparecer à Unidade Militar de Guarapuava, onde encontrou também Lenine, e receberam voz de prisão. Ficaram a noite toda nessa unidade e no dia seguinte foram encaminhados à Curitiba. Durante o percurso foram agredidos com murros no estômago, puxões de cabelo, choques e pauladas, e foram ameaçados de morte (BNM Digital, Relatório Brasil, Pasta Tomo V, vol. 3, As torturas, p. 885)²⁷. Lenine Pereira dos Passos era vereador em Guarapuava, pelo MDB e Vladimir Salomão de Amarante era seu assessor, de acordo com o processo-crime armazenado no site BNM Digital (BIB06, pasta bnm_551, p. 972) cedeu seu escritório para uma reunião do Partido Comunista Brasileiro. Essa operação teve o apoio da DOPS.

²⁷ De acordo com o site : O projeto Brasil: Nunca Mais – BNM foi desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo nos anos oitenta, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns. A iniciativa teve três principais objetivos: evitar que os processos judiciais por crimes políticos fossem destruídos com o fim da ditadura militar, tal como ocorreu ao final do Estado Novo, obter informações sobre torturas praticadas pela repressão política e que sua divulgação cumprisse um papel educativo junto à sociedade brasileira(...)Por temor de que o material de pesquisa pudesse ser destruído pelos órgãos da repressão política, microfimes de toda documentação foram remetidos aos Estados Unidos da América pelo Conselho Mundial de Igrejas, tendo sido mantido em Chicago, pelo Latin American Microform Project, do Center for Research Libraries. Com o projeto Brasil Nunca Mais Digital esse acervo retornou ao país, estando totalmente acessível através da internet. Abre-se com isso novos horizontes para pesquisas e consultas pela sociedade civil. A ele se somam os documentos arquivados pelo Conselho Mundial de Igrejas em sua sede na Suíça, os quais registram os principais passos do desenvolvimento do BNM e sua repercussão internacional. O acervo é complementado com cópia dos relatórios produzidos pela equipe do BNM e dos arquivos da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, anteriormente digitalizados e publicados pelo Armazém Memória. <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/o-que-e-o-bnm>

Sobre o conhecimento da atuação da DOPS a entrevistada 7 afirma que havia um grande receio por parte dos pais. As famílias se preocupavam com o que poderia acontecer com seus filhos caso fossem investigados por esse órgão: “O pai falava pro meu irmão, tomar cuidado com a DOPS. Naquela época a DOPS dava medo. Era um terror. Desde o movimento de 64, a gente cresceu com aquele pavor das repressões, prisões, dos sumiços e das mortes”. O entrevistado 1, mesmo tendo vivido no mesmo período da entrevistada 7, não tinha conhecimento sobre esse órgão e apresenta um fato muito interessante:

A gente nem sabia disso. E eu fui também uma vez pra Curitiba, e tava na fila do cinema, e vários estudantes também na fila do cinema, perto da praça Ozório, eu me hospedava sempre no Braza hotel e a gente foi no cinema próximo ali. E aquela fila mais ou menos de uns 30 estudantes e de repente, a gente escutou, um grito lá atrás: “DROPS, DROPS, DROPS”. E eu olhei pra trás, todo mundo correu, e daí vinha um piázinho, mas ele tava vendendo aqueles drops, e o pessoal achou que era DOPS, quando ele falava DROPS. Eu eu não corri, pois eu não sabia o que era. Eu não sabia. Fiquei na fila. Isso me marcou. Interessante esse fato, ou no mínimo peculiar.

Essa discrepância de situações vividas no mesmo período pode ser explicada pela dificuldade de acesso de grande parte da população às informações da época e a manipulação das notícias. Somente era divulgado aquilo que fortalecesse o regime.

O entrevistado 6, que viveu em um período posterior, afirma:

Nós conhecíamos a DOPS. Nós os odiávamos. Procurávamos imaginar quais seriam os membros dessa organização ou quem poderia representar o aparato repressivo em Guarapuava [...] O aparato repressivo não era somente militar, a maior repressão não era o aparato repressivo em si. Mas o que o aparato militar gerou.

Esse receio com a DOPS se apresentava de todos os modos. Segundo relato do entrevistado 4 todo o material produzido, todos os documentos que ele tinha guardado, foram queimados por sua mãe por medo do que poderia ser feito com ele.

Além da perseguição aos opositores ao regime militar, com inúmeras prisões, o governo na tentativa de evitar que o MDB continuasse avançando nas urnas, decreta em 1976, a Lei Falcão. “ [...] Essa lei praticamente acabou com a

campanha eleitoral: os candidatos ficaram proibidos de transmitir mensagens – só podiam apresentar a sua foto e o seu nome na televisão” (CHIAVENATO, 2004, p.118).

A intenção era de conter o avanço, mas como isso não aconteceu nas eleições de 74, da maneira esperada pelo governo, e prevendo possíveis derrotas nas eleições de 78, de acordo com HELLER (2000), em 1977, Geisel, lança:

[...] um conjunto de medidas que ficou conhecido como o “pacote de abril”, cerceando a oposição e favorecendo a eleição de candidatos situacionistas, além de criar os chamados senadores biónicos e assim garantir uma precária maioria governista no Congresso (HELLER, 2000, p.26).

Essa manipulação eleitoral a fim de garantir a permanência dos militares no poder não alcançava os resultados esperados e o MDB gradativamente foi recebendo o apoio da sociedade civil e a solução encontrada foi acabar com a oposição organizada. Para isso em 1979 é lançada a Nova Lei Orgânica dos Partidos, permitindo o pluripartidarismo. CHIAVENATO (2004) explica as intenções da nova lei:

A tática era simples: os integrantes da Arena, declaradamente governistas, formariam um novo partido, coeso e obediente como o antigo. Já o MDB, que reunia diversas tendências, pulverizar-se-ia em vários partidos, dividindo e enfraquecendo as oposições (p.120).

A nova lei também não permitia que partidos fossem criados baseados em religião, raça ou classe, temendo que o Partido dos Trabalhadores (PT), que já se organizavam em São Paulo, pudesse formalizar sua organização partidária. Deste modo, dois partidos se constituíram: o Partido Democrático Social (PDS), substituto da ARENA; e com a maioria dos integrantes do MDB, formou-se o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Em 1979 assume a presidência da República o general João Baptista Figueiredo, que manteve o compromisso de consolidar a abertura política. Para tanto, revogou o AI-5 e concedeu a anistia. Entretanto, essas mudanças, não tinham a pretensão de perda de poder, ao contrário, foi um meio que os militares encontraram para silenciar a sociedade civil que voltara a se manifestar desde 1977.

O objetivo dos militares era fazer a transição do governo militar, redemocratizando o país, mas mantendo uma linha conservadora no poder, novamente uma manipulação política. Sobre esses aspectos, HELLER (2000), utilizando o estudo do professor Ricardo Costa de Oliveira, afirma que:

Com Figueiredo, continua o professor, veio a anistia. “Foi ele quem convocou as eleições de 1982 pelo colégio eleitoral, e a oposição aproveitou a oportunidade e desencadeou o debate sobre as diretas”. O professor Ricardo Costa de Oliveira destaca que a redemocratização foi um processo sinuoso, com avanços e recuos. “O governo considerava que ele deveria ser lento, seguro e restrito. O objetivo dos militares era criar uma nova ideologia que evitasse a esquerda e os populistas. O poder tinha que permanecer conservador”, explica (HELLER, 2000, p.27-28).

Essa abertura política, começada com o governo Geisel, apresentava uma nova ideologia que substituíra a de Segurança Nacional: era a ideologia da “integração social”. Sendo assim, na década de 80, o Regime Militar, já enfraquecido pela crise política que o abalava, muda suas atitudes para atender a alguns setores da sociedade civil que se mobilizavam novamente contra as atrocidades praticadas pelos militares. Inclusive a classe média estava insatisfeita com o governo e queria uma maior participação nas decisões governamentais (GERMANO, 1994, p. 314).

Nesse contexto, o governo lança planos, programas, projetos sociais e políticas públicas para os “carentes”, a fim de garantir a legitimidade do regime que estava em crise. Segundo GERMANO (2011), essas medidas, objetivavam a continuidade no poder, mas de modo sutil, e o resultado dessa integração social foi a campanha pelas eleições diretas para Presidente:

[...] Tratava-se, sem dúvida, de uma tentativa do Estado de acionar mecanismos mais sutis de dominação, tendo em vista obter o consenso e a legitimidade de que necessitava para sobreviver. Isso não foi obtido porque o protesto contra o Regime Militar se irradiou por toda a sociedade, atingindo o ápice com gigantesca campanha pelas eleições diretas para Presidente em 1984 [...] (p.96).

Mesmo com políticas governamentais preventivas e compensatórias, as desigualdades sociais foram mantidas não sendo mais possível ao governo militar esconder o estrago feito ao país e a população. Clamava-se pela democratização.

Sendo assim uma emenda foi proposta que instituía as eleições diretas para presidente, porém o Congresso não revogou, frustrando o povo e conduzindo ao poder, Tancredo Neves e José Sarney, conforme destaca GERMANO (2011):

[...] O Congresso Nacional frustrou as massas populares ao derrotar a Emenda Dante de Oliveira – que instituía eleições diretas para Presidente em 1985 (ainda que por uma escassa maioria). Formou-se a “Aliança Democrática” – junção do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e dissidentes do PDS (Partido Democrático Social), abrigados sob a sigla do PFL (Partido da Frente Liberal) – que, em mais uma manobra “pelo alto”, instituiu a chamada “Nova República”, ao eleger, no Colégio Eleitoral, Tancredo Neves e José Sarney, Presidente e vice do Brasil (p.96).

Parece-nos ter sido uma grande negociação: os militares saíam do poder, mas deixariam um governo de sua confiança, José Sarney, aliado histórico dos militares. Foi ele quem assumiu a presidência do país, no lugar de Tancredo Neves, que veio a falecer antes ser empossado. A Nova República implantada que marcou mais uma vez as ações coercivas, impedindo a participação política e social da população na escolha de seus representantes, proporciona, segundo GERMANO (2011), continuidade ao regime militar:

A morte de Tancredo conduziu Sarney – um dos principais artífices da ditadura no parlamento – ao mais alto posto do país. Isso demonstra elevado grau de continuidade do regime autoritário no interior da “Nova República”. A permanência de um alto grau de autonomia das Forças Armadas no interior do aparelho de Estado, a tutela que exerceu sobre o poder civil e a sua presença constante na cena política são expressão dessa continuidade (GERMANO, 2011, p. 96-97).

O receio de que o Brasil pudesse se tornar independente do estrangeiro, e de que com as reformas alterasse o quadro político e econômico e a “ordem natural das coisas”, possibilitou que se instaurasse no país uma ditadura que “[...] destruiu a economia, institucionalizou a corrupção e fez da tortura uma prática política. Envileceu a nação e abalou o caráter brasileiro” [...] (CHIAVENATO, 2004, p.08) e tudo isso dentro da “legalidade”, pois os Atos Institucionais (AI) endossaram o regime civil-militar brasileiro.

Neste capítulo, tentamos compreender os diferentes posicionamentos dos ex-militantes a partir da formação histórica da cidade e das relações presentes durante o período ditatorial. As diferentes posições dos ex-militantes do movimento estudantil secundarista de Guarapuava, pode ser explicado a partir da forte repressão e manipulação das notícias. Isso fez com que boa parte da população guarapuavana durante a ditadura civil-militar brasileira, não tivesse conhecimento dos fatos e das ações do governo militar, sua localização, afastado das grandes cidades, também dificultava o acesso a essas informações. Outro fato que pode explicar esse “isolamento” é a sua própria história política, pois como já mencionado a administração do município sempre esteve nas mãos das mesmas famílias. Uma “terra de coronéis”, acostumada as trocas de favores, a subserviência, nem percebeu a ditadura militar.

Por outro lado, pelas fontes analisadas compreendemos que de algum modo Guarapuava mesmo distante e praticamente isolada do restante do país, abrigou simpatizantes do comunismo. Esse fato de certa forma desconstruiu em nós a imagem de uma cidade e de uma população alheia a tudo e alienada.

CAPÍTULO III

3. MOVIMENTO ESTUDANTIL: SUA AÇÃO FEZ HISTÓRIA

Apresentamos, nos capítulos anteriores, a atuação do movimento estudantil secundarista guarapuavano durante a ditadura civil-militar brasileira e como essa se desenvolveu na cidade.

Percebemos com isso, que as ações do movimento estudantil secundarista fez parte da história da cidade. Pretendemos neste terceiro capítulo apresentar a história do movimento estudantil no Brasil, engendrando uma espécie de diálogo com os nossos entrevistados.

Diferente de outros movimentos sociais, o estudantil tem um caráter transitório, pois sendo formado por estudantes, acaba por ser um “movimento de passagem”. Essa característica não lhe tira nenhum mérito, afinal muitas vezes ele acaba sendo o que impulsiona a participação juvenil em outros movimentos. Assim, apresenta-se o Movimento Estudantil (ME), enquanto movimento social, mas com peculiaridades e características próprias.

A sua atuação na história de nosso país vem de longa data. Por isso, sua trajetória no Brasil é apresentada apontando suas ações em épocas em que a mobilização estudantil questionou a realidade e marcou presença. Fazemos uma divisão nessas mobilizações, partindo do princípio que essas, primeiramente, foram manifestações não generalizadas no país, e, logo a seguir, destacamos o movimento estudantil organizado. Ressaltaremos de modo breve o histórico da atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e da União Paranaense dos Estudantes Secundários (UPES).

Foi com o movimento organizado que os estudantes participaram ativamente do período da ditadura civil-militar, contrapondo-se a essa, de modo que foi um dos primeiros movimentos sociais a ser perseguido no período.

3.1. O Movimento Estudantil: Um Movimento Social

O movimento, a dinâmica dada à sociedade pela juventude, com sua coragem e vibração, na busca da liberdade e da transformação social, também é característico de outros movimentos sociais. Portanto, buscamos de modo breve definir o que é um movimento social e, nessa perspectiva, igualmente analisar o movimento estudantil. Para o entrevistado 4 o movimento estudantil secundarista de Guarapuava inicialmente não apresentava características de um movimento social, “parecia mais um clube, um ativismo cultural”.

GOHN (2011) afirma que os movimentos sociais favorecem formas de organização da população para que de modo coletivo possam expressar suas necessidades através de ações de cunho sociopolítico e cultural. A autora destaca que:

Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. (p. 335).

Sendo assim, os movimentos sociais, mesmo com objetivos diferentes, acabam por questionar a realidade existente, através dessas ações concretas. Eles criticam os padrões políticos, econômicos e valorativos estabelecidos e as estruturas e instituições que são deles oriundos. Manifestam-se contra as injustiças, os preconceitos, a exploração, a distribuição desigual dos bens. Lutam pela igualdade de direitos, pela equiparação de oportunidades, buscando alternativas de mudança e de transformação social.

Para PICOLOTTO (2007) a transformação social compõe uma das teorias a cerca dos movimentos sociais. Esse era o sonho do entrevistado 6 que houvesse a superação da ordem capitalista e a transformação da sociedade. O referido entrevistado possui fundamentação teórica em textos marxistas e acreditava que o proletariado poderia tomar o poder. Que eram necessárias ações que envolvesse a todos para esse objetivo.

Para GOHN (1995) as ações em prol de um interesse comum, seja ele reivindicação de direitos, denúncia ou luta, realizadas pelos indivíduos em

sociedade, configura um movimento social. A autora afirma que esses movimentos se constituem em:

Ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 1995, p. 44).

Considerando o exposto, podemos atribuir ao movimento estudantil o caráter de movimento social, visto que ele se mobiliza a partir de lutas sociais e políticas a fim de questionar e modificar as estruturas existentes, do mesmo modo que o movimento feminino, indígena, camponês, entre outros, pois:

(...) os movimentos transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais. Na maioria das vezes eles estão questionando estas estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política (GOHN, 2012, p.20).

Esse questionamento das estruturas já postas ou impostas é muito comum nos estudantes. Mas para BRINGEL (2009) nem toda mobilização estudantil se caracteriza como movimento. Para isso as ações estudantis precisam articular alguns fundamentos essenciais:

[...] que também estão presentes nos demais movimentos sociais: definição de reivindicações, demandas e objetivos coletivos; exposição dessa problemática a interlocutores políticos por meio de diferentes estratégias e repertórios de ações coletivas; mínima organização com certo grau de continuidade no tempo; caráter não institucional; trabalho comum que leva à construção de uma identidade coletiva, mesmo que incipiente (BRINGEL, 2009, p.102).

Essa identidade coletiva presente no movimento estudantil fazia com que os estudantes renunciassem sua vida estudantil e pessoal. No depoimento do entrevistado 8, afirma-se que era comum que os militantes não conseguissem conciliar a vida estudantil com a militância, muitos não conseguiram terminar o segundo grau, pois a participação no movimento estudantil exigia dedicação e tempo.

O entrevistado 2 expressa que acreditava que o momento de participar de alguma coisa era durante a vida estudantil, pois, para ele, esse era o período em que não tinham responsabilidades e obrigações. Durante as mobilizações para alguma atividade do grêmio ele reforçava que:

[...] nós vamos deixar pra fazer alguma coisa quando a gente for casado ou tiver filho? A prioridade vai ser nossa família, então agora vocês tem o grande pico da vida de vocês, da disponibilidade, da gratuidade. O momento é agora. Não seremos estudantes a vida inteira.

Esse caráter transitório da vida estudantil, para MENDES JUNIOR (1982) não lhe tira nenhum mérito. Ao contrário, essa transitoriedade, comumente apontada como algo negativo, é o que permite sua participação e afirma que “[...] em muitos momentos da vida nacional os estudantes se converteram em verdadeiros ‘pontas de lança’ de uma sociedade amordaçada, reprimida e oprimida [...]” (MENDES JUNIOR, 1982, p.8) Afinal, pela situação da maioria ainda não ser responsável por sustentar uma família, não haver um compromisso em relação ao processo de produção, são favorecidos para uma atuação ativa, diferente de outros segmentos que, por causas diversas, não podem atuar da mesma forma.

Essa situação apresentada por MENDES JUNIOR (1982) corrobora com a caracterização dos sujeitos de nossa pesquisa. Pois os militantes do movimento estudantil secundarista de Guarapuava, como mencionado no primeiro capítulo, em relação à faixa etária, encontravam-se entre os 12 a 18 anos, fase em que grande parte desses jovens que tinham o privilégio de estudar não estavam no mercado de trabalho.

MESQUITA (2003) reafirma a importância do movimento estudantil na história do país destacando que:

O movimento estudantil em geral foi bastante ativo e marcou, definitivamente, no século passado, sua presença no cenário político latino-americano. No Brasil, sua trajetória de certa forma remonta grandes momentos históricos, bem como, os principais fóruns e debates acerca da educação e dos modelos de universidade. Além disso, conseguiu, por algum tempo, ser o ator social de maior força e organização, atraindo outros grupos e movimentos sociais [...] (117).

Essa dinâmica do movimento estudantil pode estar relacionada à própria transitoriedade, pois podemos analisar esse aspecto como um momento em que o jovem ainda não está “formado” nos moldes da sociedade. É como se ele chegasse e olhasse uma sociedade pronta, porém, ele, ainda, não se vê como parte dela de modo completo.

Sendo assim, concordamos com MANNHEIN (1968, p.73) que afirma que “[...] a prenda mais importante da mocidade para ajudar a sociedade a dar nova saída é que, além de seu maior espírito de aventura, ela ainda não está completamente enredada no *status quo* da ordem social”, pois “[...] o fato relevante é que a juventude chega aos conflitos de nossa sociedade moderna vinda de fora”.

E é este fato que a faz ligar-se à perspectiva de mudanças na sociedade e se solidarizar com outros movimentos sociais, que, embora com diferentes razões, também não aceitam a realidade que vivenciam. E é essa busca por mudar a sociedade que permite ao movimento estudantil ser visto como um movimento social.

3.2. A Trajetória do Movimento Estudantil no Brasil

As aspirações juvenis, a rebeldia, a contestação da realidade, a necessidade de liberdade, assim como o constante movimento, são características inerentes aos jovens e alguns dos elementos essenciais que desencadearam as ações da juventude durante períodos distintos de nossa história. A busca pela superação das formas sociais manifestava-se nas ações

dos estudantes que “não se conformam em ver a vida passar na janela da sala de aula sem nela interferir”²⁸.

A realidade do modo capitalista de produção era algo a ser confrontado e modificado, ou no mínimo questionado. A juventude não aceitava uma sociedade desigual, injusta, excludente e explorada por países estrangeiros, e assume uma postura política. Para IANNI (1968):

A história do regime capitalista tem sido a história do advento político da juventude. Em cada país em que se desenvolve o sistema capitalista de produção, os jovens assumem importância crescente no campo da ação política. Para instaurar-se ou durante o seu desenvolvimento, o capitalismo transforma de maneira tão drástica as condições de vida dos grupos humanos que a juventude se torna rapidamente um elemento decisivo dos movimentos sociais²⁹[...]” (p.225).

Essa participação decisiva da juventude teve lugar no período do regime militar brasileiro, o qual nós escolhemos para estudo. Pela necessidade de compreendermos as ações do movimento estudantil secundarista guarapuavano, enquanto movimento social e histórico foi imprescindível conhecermos um pouco da história da organização estudantil a nível nacional e estadual. Sendo assim, apresentamos alguns fatos relevantes da atuação dos estudantes também em outras fases importantes de nosso país.

POERNER (2004) citando Antonio Noronha Filho e Pedro Meira destaca que:

As manifestações estudantis do passado brasileiro representam sempre uma posição de inconformismo da classe média urbana. As motivações aparentes do inconformismo são as mais variadas, mas um elo comum pode ser obtido: a superação das formas sociais nas diversas épocas, sejam elas colônia, regência, império, escravatura (NORONHA FILHO e MEIRA *apud* POERNER, 2004, p.53).

Apresentaremos algumas das atuações dos estudantes em épocas distintas, da história do nosso país³⁰, expondo primeiramente uma fase em que

²⁸ Lindbergh Farias – Presidente da UNE(1992-1993) – prefácio da 4ª edição de “O Poder Jovem” de Arthur Poerner.

²⁹ Grifos do autor.

³⁰ Para maior aprofundamento da história do movimento estudantil no Brasil sugerimos as obras de Antonio Mendes Junior, (1982) “Movimento Estudantil no Brasil” e a obra de Arthur

não havia uma organização específica dos estudantes e depois a fase organizada em que entidades estudantis foram fundadas para representar os interesses dos estudantes.

3.2.1. As Primeiras Manifestações Estudantis

O primeiro registro da participação estudantil na história brasileira, que se tem conhecimento, “ocorre ainda no período colonial, em setembro de 1710, quando da invasão que mais de mil soldados franceses, sob o comando de Jean-François Duclerc, empreendem no Rio de Janeiro [...]” (POERNER, 2004, p.54). Eles são expulsos por estudantes, que saíram às ruas para impedi-los de entrarem na cidade. Segundo a análise de POERNER (2004) os estudantes eram “Desiguais, nas armas, como no vestuário, tinham-se reunido à pressa, ao acaso” (p.54) e, devido a esse acaso, MENDES JUNIOR (1982) define essa manifestação como uma das fases de atuação dos estudantes, a atuação individual.

Naquele período, no Brasil tínhamos apenas conventos e colégios religiosos que ofereciam educação aos jovens³¹. Não havia ensino universitário e aqueles que tinham acesso à universidade, na maioria filhos da nobreza, estudavam na Europa³² e eram influenciados pelas ideologias de liberdade e revolução e:

[...] voltavam agora embebedos das *ideias francesas*³³, libertárias e revolucionárias. A mesma ideologia que serviria de base à Revolução Francesa servia para deixar mais clara a odiosa opressão do colonialismo português no Brasil (MENDES JUNIOR, 1982, p.15).

Essas ideias libertárias e revolucionárias despertaram nos estudantes brasileiros que estavam na Europa o interesse por libertar o país da exploração feita por Portugal e também estimulou o jovem aristocrata, José Joaquim da Maia,

Poerner(2004) “O Poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula”.

³¹ Referimo-nos ao ensino ofertado somente aos jovens filhos da aristocracia colonial.

³² Principalmente a Portugal (Coimbra) e à França (Montpellier e Bordeaux) (POERNER, 2004, p.54).

³³ Grifos do autor.

em 1786, junto com mais 11 jovens, a fundarem uma sociedade secreta para lutar pela independência do país.

Soma-se a essas ideias, também, o fato da independência norte-americana ter sido proclamada em 1776, contribuiu para aflorar esse desejo. Pois “[...] se os ianques haviam conseguido se libertar do jugo inglês, não havia razões para que os demais países do continente não fizessem o mesmo em relação a Portugal e Espanha” (MENDES JUNIOR, 1982, p.15). Sendo assim, a libertação dos Estados Unidos da submissão à Inglaterra, instigou Maia a escrever uma carta a Thomas Jefferson, embaixador do país na França. Nela ele solicitou apoio ao projeto de independência do Brasil, mas Jefferson preferiu não se comprometer (POERNER, 2004, p.56), frustrando a pretensão brasileira de receber auxílio norte-americano.

Apesar dessa tentativa frustrada de apoio, Maia não parou de buscar aliados para seu projeto e fez contatos com outros estudantes no exterior, como José Álvares Maciel, “que viria a ser um dos protagonistas da chamada Inconfidência Mineira, primeira tentativa – ainda que natimorta – de organizar a luta pela independência” (MENDES JUNIOR, 1982, p.16). Foi ele quem entusiasmou Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes “[...] a quem impressionou, profundamente, o argumento do estudante de que na Europa, onde havia percorrido vários países, ninguém entendia como o Brasil ainda estivesse sob o jugo português”³⁴ (POERNER, 2004, p.56).

Percebemos que todo esse interesse dos jovens aristocratas pela independência do Brasil não se tratava apenas de uma causa “nobre”, mas de uma causa para os nobres, de interesses da classe. Eles eram latifundiários, donos de escravos e mineradores e eram prejudicados pela exploração portuguesa no país e sendo livres poderiam aumentar seus lucros.

Outro fato a se destacar é que a busca por modificar a estrutura socioeconômica existente, abolindo a escravatura, por exemplo, não fazia parte do plano da independência. Porém não podemos negar que essas foram as primeiras manifestações políticas estudantis brasileiras (MENDES JUNIOR, 1982, p.17).

³⁴ Marchant (1941).

Com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil em 1808, o país passa a viver uma situação nova que exigiu do governo modificações não somente no setor econômico, mas em outros setores também. Assim foi criada a primeira faculdade, a Escola de Medicina da Bahia. Em 1827 foi a vez das Academias de Direito de Olinda e São Paulo:

Finalmente podemos dizer que estas modificações atingiram a própria quantidade de estudantes, aumentando (ainda que pouco) a possibilidade de que pessoas oriundas das “camadas médias”³⁵ – isto é, homens livres não proprietários de terras e escravos – viessem a frequentar um curso superior (MENDES JUNIOR, 1982, p.19).

A partir do surgimento das primeiras escolas superiores em nosso país, aumentou a participação política dos estudantes, “pois não se conhece processo educativo desacompanhado de um mínimo de atividade crítica” (MENDES JUNIOR, 1982, p.18) e assim que ingressavam nos cursos, os jovens já se engajavam nas lutas pela abolição da escravatura e pela proclamação da República: “são justamente essas campanhas que dão início a uma tentativa de sistematização do movimento estudantil” (POERNER, 2004, p.61) marcando a segunda fase de atuação dos estudantes, a coletiva.³⁶

Após a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, a juventude foi tomada por uma satisfação, como se tivessem sido resolvidos os seus problemas, ou como se não houvesse mais pelo que lutar. POERNER (2004) nota que não se identificavam objetivos para a luta, pois:

A impressão dominante era de que os males brasileiros haviam sido resolvidos com a implantação da República. Os estudantes civis também se deixaram contaminar por esse clima de sétimo dia da criação e, por isso, o movimento decaiu no início da fase republicana (p.69).

A participação juvenil no primeiro período republicano limitou-se aos “batalhões escolares” que se organizaram a favor de Floriano Peixoto e contra a Revolta da Armada. Também nesse período temos uma manifestação isolada de

³⁵ Grifos do autor.

³⁶ “A expressão mais comum dessa atuação coletiva foram as chamadas Sociedades Acadêmicas, ou Clubes Acadêmicos” (MENDES JUNIOR, 1982, p.23).

alguns estudantes de Direito, contra os atos violentos praticados em Canudos³⁷. Todavia, a maioria das manifestações³⁸ aconteceu por jovens fardados, conforme assevera POERNER (2004):

A rebelião da juventude militar estudantil atingira o ápice com a Revolta da Vacina, embora a rebeldia tenha perdurado em movimentos como o levante dos cadetes contra o governo de Venceslau Brás, o dos sargentos de 1916, a Revolta dos 18 do Forte (1922), a Revolução Paulista de 1924, que se prolongou na Coluna Prestes (1924-1927) e, por fim, a Revolução de 1930. Episódios marcantes, os quatro últimos, do tenentismo (1922-1934), que mobilizou a jovem oficialidade contra o poder oligárquico da Primeira República (p.75).

Em 1914, com o início da primeira grande guerra ³⁹, inicia-se no Brasil a Campanha Nacionalista que empolgou os estudantes, liderados pelo poeta Olavo Bilac, a formarem a Liga Nacionalista. Além do apoio à Tríplice Entente, de campanhas para que o Brasil entrasse na Guerra, de participação em batalhões voluntários, a Liga Nacionalista também organizava comícios, passeatas, atos públicos que dentre outros aspectos reivindicavam o voto secreto. Isso trouxe a antipatia do governo tanto federal, como o de São Paulo, para com a Liga, desencadeando algumas ações governamentais com a intenção de provocar uma divisão na organização. Essas ações alcançam o objetivo que pretendiam de enfraquecimento da Liga Nacionalista e esta é fechada (MENDES JUNIOR, 1982, p.28 – p.30).

Após o fechamento da Liga Nacionalista, os estudantes demonstraram uma apatia política até o início dos anos 30. Conforme MENDES JUNIOR (1982) e POERNER (2004), somente em 1932 que os estudantes voltam a participar da vida política do país, apoiando o Movimento Constitucionalista de São Paulo e realizando diversas manifestações que foram violentamente combatidas pelo

³⁷ “[...] o movimento dos acadêmicos de Direito da Bahia, manifestando sua indignação contra o massacre dos camponeses em Canudos, pelas tropas (no total quase dez mil soldados e três dezenas de canhões Krupp) [...]”(MENDES JUNIOR, 1982, p.27).

³⁸ Não podemos esquecer porém, que em muitos momentos de manifestações, essas foram reprimidas violentamente, como em setembro de 1909, que em uma passeata morreram dois estudantes, episódio que ficou conhecido como Primavera de Sangue (MENDES JUNIOR, 1982, p.28).

³⁹ Primeira Guerra Mundial(1914 a 1918) – Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia) contra Tríplice Aliança (Alemanha, Império Austro-húngaro e Império Turco).

governo Vargas. Nesse mesmo ano, um conflito de rua resulta na morte de quatro estudantes:

[...] Miraguaia (Euclides Miraguaia), Martins (Mário Martins de Almeida), Dráusio (Dráusio Marcondes) e Camargo (Antônio Américo de Camargo), cujas iniciais formariam a sigla MMDC, correspondente à organização mais importante do movimento constitucionalista (MENDES JUNIOR, 1982, p.33).

Porém após aproximadamente três meses de violenta luta o Movimento Constitucionalista foi derrotado. De acordo com POERNER (2004) todas essas organizações dos estudantes erraram por se manifestarem apenas a favor de assuntos isolados e regionais não dando organicidade, regularidade e coletividade ao movimento estudantil. Houve tentativas frustradas de organização nacional como em 1910, com o 1º Congresso Nacional de Estudantes e em 1924 com a campanha por uma Federação de Estudantes Brasileiros (p.119-120). Sustentando a mesma ideia, MENDES JUNIOR (1982) afirma que:

[...] de qualquer modo, o que se pode notar é que, até 1937, as entidades estudantis surgidas pecavam, ou por possuírem um caráter local, carecendo pois, de expressividade nacional, ou por seu fôlego curto, surgindo e desaparecendo, muitas vezes sem deixar qualquer rastro (p.35).

Apesar dessas características de início individuais e depois coletivas apresentadas até 1937, elas contribuíram para a construção da história do movimento estudantil e lhe atribuíram, desde o início, a importância e a relevância que se explicitaria anos mais tarde, como caracterizadora da terceira fase de atuação estudantil: a fase organizada.

3.2.2. O Movimento Estudantil Organizado

As manifestações sociais isoladas demonstram apenas a insatisfação de um grupo e de uma localidade, não repercutem de forma abrangente. Para que isso ocorra, é necessário que as causas, os objetivos sejam integrados num

movimento, transformando essas ações individuais em funções sociais, conforme afirma MANNHEIM (1968):

[...] Todos sabemos que a maior opressão da história não foi a dos escravos e trabalhadores assalariados, porém a das mulheres nas sociedades patriarcais. No entanto, os sofrimentos e o ressentimento dessas mulheres permaneceram inúteis durante os muitos milhares de anos enquanto foram sofrimentos de milhões de mulheres isoladas umas das outras...Da mesma maneira, as insatisfações das classes oprimidas (como servos, escravos, operários) foram socialmente irrelevantes enquanto perduraram como experiência isolada de indivíduos. Foi só quando esses sentimentos foram integrados num movimento que não só tentou exprimir sua amargura, mas também procurou formular uma base de crítica construtiva, que os sentimentos e ações fortuitos transformaram-se em funções sociais. (p.73)

Observamos que semelhantemente à luta feminina, operária, entre outras, também o movimento estudantil, permanecendo de modo isolado, somente obteve relevância social com sua organização. A primeira forma organizada dos estudantes pode ser observada em 1937, com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), que representava os estudantes universitários, mas que serviu de espaço para a articulação dos secundaristas, sendo que, de acordo com POERNER (2004), no seu segundo congresso, a UNE reuniu cerca de 80 associações universitárias e secundárias, sendo nos congressos realizados pela UNE que os estudantes secundaristas se encontravam e buscavam sua organização. Afinal:

Embora não tivessem uma entidade nacional própria, os secundaristas já se articulavam pelo Brasil em entidades desde os anos 30. Os encontros organizados pela UNE eram os principais pontos de aglutinação troca de experiências e atualização das bandeiras de lutas (CINTRA & MARQUES, 2009, p.36).

Mas a atuação dos secundaristas junto à UNE não representava as suas reais e específicas necessidades, pois cada qual, universitários e secundaristas tinham bandeiras de lutas distintas. Era necessário legitimar a entidade secundarista, que já apresentava base sólida para a unificação em uma entidade nacional de representação estudantil, que buscasse atender as especificidades dos alunos do 1º e 2º graus. Sendo assim:

Dez anos depois, os estudantes secundaristas logo compreenderam a necessidade de ter a sua legítima entidade nacional, que os representasse, unificasse suas lutas e fosse porta-voz de seu movimento. Base para isso já se acumulava. De canto a canto do Brasil, entidades municipais e estaduais de estudantes secundaristas ganhavam forma [...] E todas essas entidades articularam a fundação da entidade nacional (*ibidem*).

Sobre o movimento estudantil secundarista, segundo depoimento⁴⁰ do jornalista Apolinário Rebelo, presidente da UBES de 1983 a 1985 e estudioso sobre o ME, a participação dos secundaristas assim como a dos universitários, aconteceu antes mesmo da fase organizada da atuação estudantil. Em 1902, surge o primeiro grêmio estudantil em São Paulo, com ações voltadas para a recreação e atividades culturais. Todavia como a rebeldia é uma característica da juventude, a partir da década de 30 as organizações estudantis secundaristas passaram a se politizar e a buscar o fortalecimento de sua representação, conforme destaca CINTRA & MARQUES (2009):

Sempre presente nos jovens, a expressão da rebeldia das décadas de 30 e de 40 começou a tomar a forma de organizações mais sólidas e politizadas, em diversas regiões do país, com a formação de grêmios escolares, entidades municipais e, principalmente, estaduais. Se uma rede estudantil já existia e passava a funcionar de maneira articulada, o passo à frente era o movimento criar unidade em entidades unificadas, para fortalecer a representação e a luta estudantil (p. 23-24).

Como já apresentado, o ME em seu início apresentou atuações individualizadas e locais, e essa ação pontual dos estudantes não favorecia sua unidade nacional. Foi necessário lutas maiores, de maior abrangência para tornar o movimento estudantil secundarista socialmente relevante, como foi o caso da campanha “O petróleo é nosso”. Conforme destaca CINTRA & MARQUES (2009):

No final dos anos 40, as manifestações mais frequentes levavam os secundaristas às ruas em virtude de transporte. Ora se combatia a alta do preço da passagem de bondes, ora se proclamava a defesa do passe-livre para os estudantes ou ainda pelos 50% de desconto nos cinemas. Se eram massivas por um

⁴⁰ Depoimento dado ao projeto Memória do Movimento Estudantil (MME), apresentado no livro : UBES uma rebeldia consequente.

lado, essas ações também tinham uma contrapartida: seu raio de ação e seus impactos eram localizados, quase sempre pontuais, o que não estimulava tanto a unificação do movimento nacionalmente. Eis que novas bandeiras de lutas, invariavelmente patrióticas, trataram de dar um sentido maior de pertencimento e brasilidade à estudantada. Foi o caso das lutas contra a alta do custo de vida e pela indústria siderúrgica nacional. Nenhuma delas, porém, teve mais visibilidade e tamanho protagonismo dos secundaristas do que a campanha “O Petróleo É nosso”, um dos maiores movimentos de massas da história do Brasil. (p.37).

Essa visibilidade que o movimento estudantil secundarista obteve pela sua participação nas lutas sociais e em especial na luta pelo monopólio estatal do petróleo, marca o movimento que, em 1948, reúne no Rio de Janeiro estudantes secundaristas em um encontro nacional e segundo CINTRA & MARQUES (2009):

Em 25 de julho, um domingo ensolarado, último dia do congresso, os participantes aprovavam os estatutos e elegiam a primeira direção da entidade — que, sob inspiração da UNE, foi batizada como União Nacional dos Estudantes Secundários (UNES), com sede na capital federal. De acordo com seus estatutos, a UNES se inspirava e fundamentava “em princípios democráticos”, para se constituir como “a entidade máxima de representação e coordenação dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino secundário do país”. Suas entidades membros se dividiam em três grupos: as estaduais (união de estudantes ou associação metropolitana); as municipais; e os grêmios de colégio. Declarando-se apartidária em questões políticas, religiosos e raciais, a UNES deveria se basear “na íntima cooperação e no entrosamento de seus órgãos membros” (p.42, grifos do autor).

Em seu congresso de fundação foram definidos os objetivos da entidade estudantil secundarista, oficialmente registrada em seus estatutos, suas finalidades básicas de acordo com CINTRA & MARQUES (2009) eram:

- 1) “manter a unidade estudantil em torno de seus problemas”; 2) “desenvolver relações amistosas entre as unidades estudantis membros de sua organização”; 3) “cooperar com atividades representativas dos estudantes universitários e também de todas as organizações juvenis nacionais ou internacionais”; 4) “dispensar (...) assistência cultural, médica, jurídica, econômica e desportiva aos estudantes de todo o Brasil”; 5) “trabalhar pela solução dos problemas educacionais, econômicos, sociais, culturais e humanitários de estudante e do povo em geral”; 6) “bater-se, especialmente, em favor da elevação do nível do ensino secundário”. 7) “pugnar pela democracia e pelas liberdades fundamentais sem distinção de raça, sexo, posição social, credo

político e religioso”; e 8) “promover e estimular as relações entre as organizações de jovens e particularmente os estudantes de todo o mundo” (p.43, grifos dos autores).

Observando as finalidades a qual se destinava a entidade representativa dos estudantes secundaristas, percebemos que iam além de uma luta estudantil, apresentando também uma luta social e humanitária, que abrangia toda a sociedade.

Em seu segundo congresso em 1949, houve eleições para a nova diretoria da UNES, que elegendo Carlos Cesar Castelar Pinto para presidente, também teve como deliberação a mudança do nome da entidade para União Brasileira dos Estudantes (UBES), conforme destaca CINTRA & MARQUES (2009):

Em julho de 1949, durante o 2º Congresso Nacional dos Estudantes Secundários, a eleição para a nova diretoria da UNES também refletiu mais a força do ativismo carioca. O estudante Carlos Cesar Castelar Pinto, do Rio de Janeiro, foi eleito presidente. Nesse congresso, os secundaristas discutiram a mudança do nome da entidade — de UNES para UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas). Segundo Lúcio Abreu, a principal razão dessa iniciativa foi que a semelhança entre as siglas UNE e UNES “criava muita confusão”. Dyneas Aguiar confirma: “A mudança para o nome UBES tinha sido uma solicitação do pessoal da UNE, porque se confundia muito UNES com a UNE, ambas tinham o mesmo endereço” (p.51, grifo dos autores).

Em 1951, no 4º congresso, realizado em Salvador, houve eleições para a nova diretoria. Entretanto, representantes da direita, mesmo com a eleição legítima que dava a Tibério César Gadelha a presidência da entidade, foram ao Rio de Janeiro, no cartório onde havia sido registrada a UBES e forjaram uma ata com uma diretoria diferente da eleita no congresso, mas oficialmente registrada. Devido a essa atitude “Nos anos seguintes — começo da década de 1950 —, os secundaristas viram sua entidade nacional dividida. A direita fez jus à sua tradição golpista e conseguiu manchar a história do movimento” (CINTRA & MARQUES, 2009, p.57).

A divisão da UBES enfraqueceu o movimento, que perdera sua unidade, pois duas diretorias atuavam na representação estudantil. Gadelha passou, então, a usar o nome UNES para se diferenciar da diretoria golpista (idem, p. 63). A

UNES em 1953 realiza um congresso em que se elege Dyneas Aguiar para presidência e a UBES realiza em Curitiba um suposto Congresso, patrocinado pelo governo do Estado do Paraná, elegendo para presidente o mineiro Aníbal Teixeira e para vice o paranaense Luiz Pimpão da Silva (CINTRA & MARQUES, 2009, p.66).

Mesmo com as diferenças, os dois presidentes, Dyneas Aguiar, da UNES; e Anibal Teixeira, da UBES, acreditavam que era necessário retomar a unidade do movimento, pois sua divisão somente enfraquecia a representação estudantil secundarista. Mas foi somente com seus sucessores, o presidente da UBES, José Luis Clerot, e da UNES, Helga Hoffman, que a unificação do movimento veio acontecer. E após cinco anos de divisão “Em 24 de julho de 1956, o 9º Congresso Nacional dos Estudantes Secundários - também chamado de Congresso da Unificação - acabou com a divisão do movimento secundarista” (CINTRA & MARQUES, 2009, p.76).

Unificada, a UBES se faz presente em todas as manifestações e mobilizações estudantis. Mesmo não alcançando a mesma visibilidade da UNE, os estudantes secundaristas não se cansavam de lutar por melhorias no ensino público e na própria sociedade. Em 1967 o PCB em seu comitê central, reconstituindo a trajetória do movimento estudantil secundarista escreve que:

[...]“os estudantes de nível médio foram tendo relativa participação na vida política do país e em defesa dos interesses do nosso povo. Lutaram pela criação do monopólio estatal do petróleo e sua manutenção, pelo desenvolvimento da siderurgia brasileira, contra o envio de soldados à Guerra da Coreia. Participaram das agitações antigolpistas de 55 e as sucessivas crises que eclodiram desde 1960”. Grandes e memoráveis lutas já faziam parte da história da UBES, com algumas derrotas dolorosas. Nenhuma delas foi pior do que o Golpe de 1964. (CINTRA & MARQUES, 2009, p.99, grifos dos autores).

O golpe de 1964 coloca o movimento estudantil na mira dos militares. Ele é um dos primeiros movimentos a serem perseguidos e dissolvidos. Os estudantes passam a ser vistos como subversivos, e sendo assim, alvos a serem destruídos. Conforme destaca CINTRA & MARQUES (2009):

Não era difícil prever que as entidades estudantis estariam, desde o princípio, na “lista de morte” do regime militar (1964-1985). Uma

vez derrubado o governo reformista de João Goulart com o golpe de 1º de abril de 1964, os militares intensificaram a perseguição às forças progressistas e democráticas. Conforme assinala Artur José Poerner, em *O Poder Jovem: os estudantes* “passaram, automaticamente, à condição de elementos de alta periculosidade para a segurança nacional, aos olhares ‘eternamente vigilantes’ das novas autoridades. Ser estudante equivalia a ser ‘subversivo’”(p.102, grifos dos autores).

Com o golpe militar em 1964 essa organização passou a ser perseguida e reprimida de diversas maneiras, pois o objetivo do governo era desarticular, enfraquecer e controlar o movimento. De acordo com GERMANO (2011): “[...] o Governo visava descaracterizar ou mesmo aniquilar a tradicional capacidade de luta do movimento estudantil organizado, tentando coibir o potencial crítico e contestatório dos estudantes” (p.114).

SANFELICE (2008), sobre a relação do governo militar e a UNE, aponta que:

[...] Não houve espaço, receptividade ou aceitação para uma UNE com as características que a entidade havia adquirido. Por outro lado, paralelamente à repressão, os governos militares e os grupos sociais que representavam empenharam-se numa tarefa obsessiva, visando o controle, a manipulação ou a redefinição do movimento estudantil (p.38).

Essa perseguição ao movimento estudantil, entre outras causas, deu-se pelo fato dos estudantes empenharem-se em ações a favor das reformas agrária, universitária, educacional e contra a ditadura. Por isso, em 1º de abril de 1964, os militares invadem, saqueiam, queimam e fecham a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), prejudicando não somente essa entidade, mas também a UBES que funcionava no mesmo prédio. Essa ação marca as primeiras relações entre o ME e o regime civil-militar.

No primeiro ano de governo de Castelo Branco, o ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, sugeriu aos deputados, um projeto de lei com o objetivo de por fim na União Nacional dos Estudantes e de qualquer outra forma de organização estudantil existente, sendo assim, a lei nº 4464, foi aprovada visando:

[...] especialmente, à extinção do movimento estudantil. Para acabar com a participação política, a lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as suas entidades em todos os escalões, ao transformá-las em

meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes quanto a verbas e orientação (POERNER, 2004, p.212).

Os objetivos da lei eram bem maiores que a “simples” extinção do movimento estudantil. Precisavam tirar os estudantes das organizações políticas, da visibilidade social que ganhavam todo dia, para que o seu “governo” pudesse ser realizado sem intervenções e faziam isso pelo uso da força, ou por meios “democráticos”, como o uso de leis.

O governo procurava manter o controle dos estudantes, negando a liberdade de manifestação e de organização, mas mesmo com toda repressão, a UNE realiza seu XXVII Congresso Nacional, que tinha como principal objetivo boicotar a Lei Suplicy. O ministro, por outro lado, manifestou imediatamente suas ideias e afirmou que a lei era para disciplinar os universitários, pois havia encontrado a universidade com “agitadores e pequenos ladrões transformados em líderes” (SANFELICE, 2008, p.101).

POERNER (2004), em relação às atitudes de Suplicy destaca que este:

[...] recorreu aos únicos métodos “educacionais” que conhecia: mandou fechar os diretórios que repudiaram a sua lei e decretou intervenções, com bombas e cassetetes; apelou, enfim, para o SNI e autoridades policial-militares. Tal a ferocidade do ministro que, perto dele, até o general Juraci Magalhães, então ministro da Justiça, pôde posar de bom-moço, ao anunciar que tinha em mãos um pedido de Suplicy sobre a extinção da UNE, mas que isso não permitiria ao governo “dialogar” com os estudantes, sendo necessária para tanto “uma entidade genuinamente estudantil” (p.240, grifos do autor).

Sobre os estudantes secundaristas, de acordo com CINTRA & MARQUES (2009), na referida lei havia um parágrafo específico direcionado a eles, instituindo que:

Nos estabelecimentos de ensino de grau médio, somente poderão constituir-se grêmios com finalidades cívicas, sociais e desportivas, cuja atividade restringiria aos limites estabelecidos no

regimento escolar devendo sempre ser assistido por um professor⁴¹ (p.106-107).

Com toda essa vigilância, os estudantes secundaristas tinham dificuldades de se mobilizar, a sua organização buscava resistir, mas por três anos seguidos, 1964, 1965, 1966, a UBES não conseguiu realizar seus congressos. Porém se a intenção do governo era a de calar a voz dos estudantes através da Lei Suplicy, o resultado foi outro. Assim universitários e secundaristas se unem, e “O primeiro passo que teve que ser dado pelos estudantes foi buscar a própria reorganização e, para isso, tiveram que aprender a driblar a repressão” (SANFELICE, 2008, p.99) e as condições que nada a favoreciam: além da perseguição, a perda da sede, da diretoria, medidas que visaram à desarticulação que enfraquecia o movimento nacionalmente. Tudo isso precisava ser superado.

Mas as adversidades não impediam os estudantes de organizarem passeatas, protestos e mobilizações, que aconteciam em toda parte. Mesmo com todas as dificuldades, a UNE realiza seu XXVIII Congresso. O governo, por sua vez, responde a essas mobilizações com mais prisões. Mas desta vez, além de perseguições, os estudantes tiveram que aprender a encarar uma nova forma de controle estudantil fundada pelo governo: Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES):

O chefe do governo sustentou que o Mudes constituía “um desafio ao idealismo de nossa juventude” e que dava aos jovens “a oportunidade transformar o protesto vazio (*sic*) e a vocalização d *slogans* em ação efetiva para corrigir as injustiças, minorar sofrimentos e aperfeiçoar a capacidade construtiva da comunidade” (POERNER, 2004, p.248, grifos do autor).

Para o governo o objetivo dos movimentos estudantis não era defender os interesses dos estudantes, mas favorecer as campanhas de partidos comunistas. Portanto o engajamento dos estudantes no MUDES, seria a participação política ideal esperada pelo governo.

Em fevereiro de 1967, Castelo Branco em seus últimos dias de mandato, pelo Decreto-lei nº 228, revogou a Lei Suplicy, extinguido o DNE e “especificou

⁴¹ Em nossa atuação como pedagoga na rede estadual de ensino do Paraná, observamos que mesmo com a Lei do Grêmio Livre de 1985, o que prevalece na realidade é esse parágrafo da Lei Suplicy.

que os órgãos de representação dos estudantes em estabelecimentos de nível superior passavam a ser apenas os Diretórios Acadêmicos (DA), em cada escola, e o Diretório Central de Estudantes (DCE) em cada universidade” (SANFELICE, 2008, p. 135). Limitando ainda mais as atividades estudantis a nível nacional e estadual.

O governo insistia na ideia de que a UNE não mais existia, mas a entidade de representação estudantil continuava liderando o movimento. Embora na clandestinidade, foi realizado o XXIX Congresso, na cidade de Valinhos, São Paulo, em um convento de padres. Nesse Congresso, elaborou-se uma Carta Política da UNE, na qual se fazia uma análise da situação internacional e nacional e estabelecia-se um programa de mobilizações, de denúncias contra à ditadura e contra às imposições dos militares, etc.:

Outra causa que mobilizou os estudantes foi a batalha contra os acordos entre o Ministério da Educação e a United States Agency for International Development. A parceria, conhecida como MEC-Usaid e firmada também pelo ministro Suplicy de Lacerda, consistia numa num projeto tecnocrático, de desnacionalização do ensino no Brasil. Em outras palavras, os militares entregaram a educação brasileira aos interesses americanos (CINTRA & MARQUES, 2009, p. 109).

Em 68 o confronto do Movimento Estudantil com o governo se intensificou. Muitas manifestações aconteceram e em uma delas segundo CINTRA & MARQUES (2009):

[...]Dois estudantes também foram atingidos — o próprio Edson Luís, no peito, e também Benedito Frasão Dutra, no braço e na cabeça. Dezenas de pessoas estavam feridas. Quando o massacre policial acabou, Edson Luís e Benedito foram levados à Santa Casa de Misericórdia, que ficava a três quarteirões de distância. Nenhum sobreviveu. Benedito foi internado em estado grave, permaneceu em coma na UTI (Unidade de Terapia Intensiva) e morreu no dia seguinte, aos 20 anos. Edson Luís chegou ao hospital já sem vida, vítima de um tiro à queima-roupa, no peito, que saiu da arma calibre 45 do comandante da tropa, aspirante a PM Aloísio Raposo. Um assassinato, enfim, com a marca da covardia contra um jovem e indefeso estudante (p.124).

A morte de Edson Luís causou enorme revolta nos estudantes e acarretou em mais manifestações em praticamente todo país: “Ao lado do caixão,

proliferavam faixas com palavras de ordem, como ‘Assassinaram um estudante. Poderia ser seu filho’ e ‘Brasil, seus filhos morrem por você’ ” (CINTRA & MARQUES, 2009, p127), e a violência usada para reprimir essas mobilizações ultrapassaram o meio estudantil e ganharam visibilidade social.

As pessoas tomaram conhecimento da atrocidade cometida pelos militares, e aos milhares tomaram as ruas em passeatas pacíficas, como a conhecida “Passeata dos Cem Mil”. Conforme MEDEIROS & CASTANHO (2014) o ano de 1968, foi um marco pois:

[...]Foi o momento de grandes lutas de jovens, no Brasil e no mundo. A passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, após o assassinio do Estudante Edson Luís Lima Souto, foi fato político de relevância impar. A ditadura apertou mais ainda o cerco. Relatórios de serviço de segurança passaram a identificar correntes políticas e seus métodos de atuação, além de sua forma de organização, no ME (p.184).

As mobilizações estudantis continuaram ocorrendo em todo o país: prédios de faculdades foram ocupados pelos estudantes, muitas vezes com o apoio de professores. Mas essas ações estudantis provocaram ainda mais os militares que determinaram às Forças Armadas que não permitissem nenhuma forma de manifestação popular em nenhum lugar do país (SANFELICE, 2008, p.163-165). E assim conforme CINTRA & MARQUES (2009):

[...] Manifestações contra a ditadura se alastraram, culminando com os protestos de 1º de abril, no aniversário de quatro anos do Golpe de 1964. A polícia, orientada a descer o pau, foi ao ataque e deixou dois mortos (sendo um estudante), 60 feridos e 321 presos só no Rio de Janeiro. Tropas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ocuparam a cidade. A Universidade de Brasília foi ocupada por estudantes. Houve atos também em Goiás e em São Paulo, onde 4 mil estudantes se reuniram na Faculdade de Medicina da USP (p.129).

Mesmo com toda a forte repressão do período, o ano de 68, foi um ano de intensas mobilizações em todo o país, chegando ao seu final “[...] com um saldo de muitos e fortes protestos, foram protestos contra o governo, contra a sua política econômica e, sobretudo, contra a repressão política” (SANFELICE, 2008, p.169). Essas manifestações de insatisfação com o regime militar desencadearam

o Ato Institucional nº5, que assegurava o poder praticamente total ao presidente e muitos outros Atos Institucionais, emendas e Decretos-lei foram promulgados, cassando mandatos, prendendo, torturando, suspendendo direitos políticos, punindo até com prisão perpétua e pena de morte aqueles que não respondessem de acordo com a ideologia do sistema.

O movimento estudantil após o AI-5 ficou desarticulado, pois “[...] As entidades não conseguiam mais se organizar em nível nacional, e lideranças eram cada vez mais presas ou cerceadas” (CINTRA & MARQUES, 2009, p.152). Essa situação ficou ainda pior em ocasião da doença de Costa e Silva, pois outro militar entrou no poder, Emílio G. Médici, que com seu governo iniciou:

[...] o período mais notável do “milagre econômico”, da luta armada desenvolvida pelas organizações clandestinas e da fortíssima repressão. Enquanto isso, a UNE e o movimento estudantil iam tendo as vidas de suas lideranças ceifadas pelo movimento de 64 (SANFELICE, 2008, p.191).

Nas escolas de segundo grau funcionavam os grêmios estudantis, que a partir de 71, por imposição governamental passaram a ser Centros Cívicos⁴², com o objetivo de organizar os estudantes para atender os ideais do Estado. Para isso só poderiam funcionar com a assistência de um orientador escolhido pelo diretor, assim como dependia desse administrador a aprovação das chapas candidatas a diretoria.

Os Centros Cívicos, como o próprio nome já diz, deviam zelar pelo civismo em seus três aspectos fundamentais: caráter com base moral, amor à Pátria e ação intensa em benefício do Brasil (SCHMITT, 2011, p.63). Em Guarapuava de acordo com os entrevistados isso não ocorreu, os grêmios estudantis continuaram realizando suas atividades e sobre a nomenclatura “centros cívicos” o entrevistado 1 afirmou que na época nunca tinha ouvido falar. Os entrevistados também declararam que não havia tutela de professor ou de orientador. As reuniões eram feitas sem a presença de nenhum adulto.

Quanto a essa ação do governo de limitar e tutelar o movimento estudantil secundarista, a UBES lança um manifesto expressando toda a indignação dos estudantes secundaristas pela forma que estavam sendo tratados. Relatam que

⁴² No Paraná as entidades estudantis continuaram sendo chamadas de grêmios estudantis (SCHMITT, 2011, p. 64).

sua sede foi destruída, suas lideranças presas e exiladas, criticam a sociedade e a estrutura familiar que subestima a sua capacidade de organização e de consciência política, como apresenta ROMAGNOLI & GONÇALVES (1979):

Hoje nos encontramos sem nossas entidades livres e representativas, substituídas pelos centros-cívicos; nos encontramos manipulados e subjugados por um sistema de ensino alienante, massificante e autoritário; nos encontramos subjugados e reprimidos pela estrutura familiar que nos considera irresponsáveis eternamente e eternamente tentam nos tutelar, tentando abafar nossa consciência crítica e nossa ação que busca contribuir para a transformação da sociedade (p.37)

Esse manifesto não ganha força e: “Sob todos os aspectos, os estudantes, suas entidades e seu movimento saem vulneráveis de 1971, ficam numa situação-limite. A direção da UBES se dispersa, e a entidade deixa de funcionar” (CINTRA & MARQUES, 2009, p.161).

Com a entrada de Geisel em 1974, houve todo um discurso de abertura política que deu continuidade com seu sucessor Figueiredo. A UBES, então, nesse período, consegue ser reconstruída e o movimento estudantil volta a se articular. A partir de 77, os estudantes secundaristas já se manifestam, mas de modo isolado, em suas cidades, na luta pelos grêmios livres. Apenas em 1981, na realização de seu Congresso em Curitiba, com a participação de cerca de 4 a 5 mil estudantes, é que a entidade se reorganiza, efetivamente.

E assim, a UBES foi reconstruída, mas esperou até 1985, quando com a lei nº 7.398, ficou assegurado aos estudantes dos estabelecimentos de 1º e 2º grau a sua organização “[...] como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais”⁴³. Nesse momento o ME entra novamente na legalidade.

3.3. O movimento estudantil secundarista no Paraná durante a ditadura civil-militar brasileira

Com quase 70 anos de existência a UPES foi fundada em 17 de junho de 1945 e durante esse período:

⁴³ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7398.htm

[...] a história da UPES mistura-se com a história do nosso estado, essa entidade travou as principais lutas em defesa da educação, dos estudantes e do povo paranaense. Entre essas podemos listar como principais a luta pela redemocratização do Brasil, pelo fora Collor, Diretas Já, pelo passe estudantil, contra a venda da COPEL e tantas outras⁴⁴.

Durante o período da ditadura civil-militar brasileira, a UPES teve, em alguns momentos, participação significativa e, portanto, merecedora de estudos. Isso, sobretudo, porque seus integrantes foram adolescentes que em alguns casos, começaram sua militância com aproximadamente 12 anos de idade, numa conjuntura política e social repressiva e autoritária.

Como apresentamos anteriormente, os estudantes secundaristas em muitos momentos da história estiveram envolvidos nas mesmas lutas que os estudantes universitários. Por essa razão, apresentamos em nossa pesquisa também algumas informações referentes a essas representações, como a UPE (União Paranaense dos Estudantes) e a UNE (União Nacional dos Estudantes). Alertamos também o fato de que, segundo SCHMITT (2011), no que se refere ao movimento estudantil secundarista no Paraná, os próprios arquivos da DOPS, em suas pastas temáticas não apresentam documentos da entidade estudantil secundarista paranaense organizados apropriadamente, havendo, em alguns casos, uma confusão entre documentos da UPE e da UPES (p.91-92). Acreditamos que também algumas ações realizadas pela UPES, tenham sido atribuídas a UPE e vice-versa.

Em 1961 com a criação da UNE Volante, que objetivava as reformas de base e a reforma universitária, foi realizado o I Seminário Nacional da Reforma Universitária, ocorrido em Salvador, gerando a Declaração da Bahia e em 1962 o II Seminário ocorreu na cidade de Curitiba, capital do Paraná que gerou a Carta do Paraná⁴⁵. Nesse documento, os estudantes, justificam a Reforma Universitária

⁴⁴Disponível em <http://upespr.webnode.pt/sobrenos>. Acesso em 15 de março de 2014.

⁴⁵ Trazemos esse acontecimento para mostrar que o estado do Paraná, embora diferente dos grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo, também foi palco de atuação do Movimento Estudantil. Verificamos portanto, através do que foi exposto que os estudantes paranaenses, inclusive os secundaristas, embora pouco citado, antes e também durante a ditadura civil-militar atuaram de forma significativa na história do país.

como sendo também um problema popular, pois era o povo que não tinha acesso ao ensino superior. Segundo SANFELICE (2008), afirmou-se que:

[...] os estudantes pretendiam fazer da universidade a expressão das necessidades sociais do povo, a negação de qualquer dogmatismo e uma frente cultural ativa na revolução brasileira. Evidenciou-se também a preocupação em recomendar a formação de órgãos especiais para dar maior funcionalidade à luta pela reforma e ligar a reforma universitária às reivindicações populares pelas reformas de base. Dizendo rejeitar a perspectiva de uma luta pela Reforma Universitária numa dimensão voltada apenas para ganho pessoal dos privilegiados sociais que conseguiram frequentar o ensino superior, concluiu-se que o problema da reforma era de fato um problema popular, porque o povo não tinha acesso à universidade (p.48).

Os estudantes universitários sabiam que eram privilegiados, mesmo assim, não se conformavam com essa situação, acreditavam que todos deveriam ter as mesmas oportunidades, era uma luta coletiva em prol de um bem para todos – a reforma do ensino superior, que não se resumia em uma reforma universitária, mas em uma reforma que tornasse acessível o conhecimento a toda a população. Sobre esse acontecimento realizado em 1962, de onde saiu a referida Carta do Paraná, BRAGGIO & FIUZA (2012), afirmam que:

Neste II Seminário Nacional da Reforma Universitária no Paraná que contou com a participação da UNE Volante e dos membros do CPC, houve a contribuição com o surgimento, na cidade de Curitiba, de um grupo que representaria o interesse estudantil, fazendo uso de comunicações artísticas e culturais. Dando-se novo foco as atividades que vinham sendo desenvolvidas pela Companhia *Teatro do Povo*, que desde 1959 esteve vinculada ao partido comunista brasileiro (PCB) [...] (p.14).

Deste modo, formou-se o Centro Popular de Cultura (CPC) no Paraná, que comungando dos mesmos ideais do CPC nacional, teria como objetivos principais conscientizar e politizar o povo através do teatro e da alfabetização. Sendo assim, percebemos que o CPC, trouxe ao Movimento Estudantil paranaense caráter educativo, político e cultural.

SCHMITT (2011) em relação à atuação estudantil no CPC afirma que:

Os estudantes envolvidos com as apresentações do CPC sempre organizavam debates sobre questões políticas, sociais e econômicas, após as apresentações culturais. Nesse momento tanto a educação popular quanto a cultura tinham o objetivo primordial de gerar a consciência e a participação política dos setores populares (p.27).

Depois de 1964 a União Paranaense de Estudantes (UPE), foi uma das entidades estudantis que por mais tempo permaneceu resistindo ao golpe, atuou na semiclandestinidade, pois a Lei Suplicy, havia colocado na ilegalidade a UNE, mas segundo DIAS (2008) a UPE não apresentava uma ameaça política eminente, e isso se justifica pois:

A trajetória da UPE, nesse processo, guardou certa singularidade. Na conjuntura de 1964, essa entidade passará a ser dirigida por uma tendência conservadora. Não por acaso, apoiou o emergente golpe militar, motivo pelo qual não foi atingida pela Lei Suplicy de Lacerda. Entretanto, o impulso que o movimento estudantil ganhou nos principais centros do país se refletiu no Paraná, colaborando para que a linha da UPE ganhasse novos matizes, tendência que se consolidou quando a esquerda passou a dirigir a entidade [...] (p.44).

Essa liderança de esquerda ocorreu em 1966, e a partir desse ano a UPE organiza greves, manifestações de todo tipo, exigindo o cancelamento dos Acordos MEC-USAID, que se justifica “[...] como sendo uma grande oportunidade para o povo brasileiro combater a penetração imperialista norte-americana que procurava se manifestar no ensino e na cultura do nosso país (COSTA, 2008, p. 09). Também protestavam pelo aumento das vagas universitárias, contra a privatização do ensino, contra a lei Suplicy, não aceitavam a cobrança de anuidades, enfim, buscavam a melhoria do ensino com melhores condições para estudantes e professores.

Um dos maiores protestos realizados pela UPE, foi contra o ensino pago, pois segundo MAGALHÃES (2001):

A tentativa de se implantar o ensino pago (e o Paraná serviria de plano-piloto), era uma recomendação dos Estados Unidos, consubstanciada no Acordo MEC-USAID, para reduzir os custos de financiamento da educação no país (p.97).

A UPES, no entanto, ainda permanecia com a direita na direção e no período em destaque publicava a revista “Diálogo”, considerada órgão oficial de divulgação da entidade. E mesmo com vários acontecimentos ocorrendo no país como inúmeras manifestações que culminaram com a morte do secundarista Edson Luis, sua capa da edição de maio de 1968, estampa a foto da Rainha dos Estudantes Secundários do Paraná como manchete principal.

Segundo o entrevistado 8 a UPES nesse período foi mantida pelos militares. Talvez seja essa a explicação para que a revista chamasse a atenção para a Rainha dos Estudantes que “gosta muito de política estudantil e no futuro, diz que pretende ser uma ‘boa e feliz dona de casa’” e não para a morte do estudante.

Outra possibilidade de análise para que a revista destacasse a eleição da rainha, seja a questão do período vivido de grande repressão e perseguição e uma notícia assim, não traz ameaça alguma ao sistema.

Somente na página 18 é que é publicado em dois parágrafos o texto “Ora, bolas, acabou a graça”:

Há um estudante morto. Um tiro no peito de uma criança de 16 anos. Vinha com as mãos vazias de arma, quentes de amor. Era o gesto generoso de quem pede, de quem luta – limpa a alma, certo o gesto. Seus olhos ainda úmidos da infância traziam reflexos da aurora que ele sonhava. Está morto. Um tiro no peito tão criança, uma bala no coração tão menino. Hoje não tem graça fazer graça. Ele era meu irmão. Podia ser meu filho. Hoje não tem graça. O Brasil perdeu a graça. Não é um país pra rir. É uma funeral para chorar. Também eu quero carregar nos ombros seu corpo sem vida. Em silêncio.

Dentro da boca, embora fechada, os dentes cerrados. Por um menino morto (Revista Diálogo, p. 18, 1968).

Não se faz nenhuma menção a quem cometeu tal atrocidade, também não cita o nome do estudante e em que ocasião isso aconteceu. Não se discute e não se traz informações nenhuma sobre o ocorrido, mesmo sendo este um ato de repercussão no Brasil inteiro.

Em 1969 a revista “Diálogo” traz na seção “pequeno tratado de grandes problemas”, traz o texto de Belzezar A. Ferronato, “ A garantia da fome”, onde o autor chama a atenção para o direito de comer e questiona “Até quando o assalariado poderá disfarçar a fome? Até quando ele conseguirá enganar sua

própria consciência e manter a vida? Até quando nós poderemos olhar tudo isso com os braços cruzados?”. Porém no texto é deixado claro que não se trata de quem passa fome porque está desempregado, abandonado ou inválido, cuja miséria é do conhecimento de todos, mas da fome do assalariado.

Percebemos que de modo sutil é mostrado que aqueles que não trabalham estão determinados a passar fome, não importando os motivos pelos quais estão nessa situação. Com certo cuidado é afirmado que a responsabilidade é de todos, inclusive do governo. Traz algumas soluções para a fome como a divisão de bens entre os empregadores com os empregados, também a possibilidade dos empregados fazerem horas extras de serviço, aumentando seus rendimentos, mas essas soluções seriam parciais, pois a real solução proposta pelo autor é a Educação.

Urge a criação de escolas objetivadas, para que possamos dar a cada brasileiro, uma profissão digna na qual ele seja um entendido, para que possa produzir mais, ganhar mais e viver melhor. Só assim afastaremos o fantasma da baixa produção, que condena os homens a perceberem a GARANTIA DA FOME (Revista Diálogo, p.23, 1969)

Essa profissão digna a cada brasileiro pode ser entendida como determinada socialmente. Pois a escola profissionalizante era para os pobres, que deviam trabalhar mais para garantir a produção, mas com a ilusão de ascensão social e melhoria de condições de vida. Discurso muito forte durante a ditadura militar.

Mas não somente os discursos convenciam a população: a repressão também silenciava as críticas ao regime. Um exemplo de repressão aconteceu em nosso estado quando durante a eleição de Stênio Sales Jacob à presidência da UPE, a “Polícia Federal invadiu a sede, levando máquinas de escrever, uma estação de radioamador, objetos pessoais dos estudantes, material didático e muitos livros” (HELLER, 1988, p. 299).

Apesar dessa invasão a entidade continuou funcionando de modo ativo na capital do Paraná e somente com o AI-5 que a entidade foi fechada. A partir do exposto, observamos que o Movimento Estudantil no Paraná, foi significativo dentro do contexto nacional, a UPES, porém, não sofreu com a ditadura militar, pois segundo o entrevistado 4:

O movimento secundarista foi o movimento mais forte no país. Porque nós ficamos mais livres. A preocupação era maior com as faculdades, universidades. Foi o movimento estudantil secundarista quem articulou a própria reconstrução da UNE.

A luta pela democracia foi uma das bandeiras de luta de todos os movimentos populares, principalmente o estudantil. De acordo com SCHMITT (2011), em meados da década de 70 os estudantes começam a se organizar nacionalmente na luta pela abertura política e pela reconstrução de sua entidade representativa. Esse período de abertura política se finaliza em meados da década de 80.

É relevante para nossa pesquisa o fato mencionado de que em 1969 é realizado o XX Congresso Estadual de Estudantes Secundaristas em Guarapuava, onde foram aprovados documentos, relatórios contábeis e eleições, não havendo outras discussões de ordem política, social ou econômica (SCHMITT, 2011, p. 114). Outro momento de destaque para nosso estudo, levantado pela referida autora, é de que na cidade de Guarapuava aconteceu o V COESES (Congresso Estadual dos Estudantes Secundaristas) *Extraordinário*, juntamente com o XX Conselho Estadual da UPES. Esse evento foi organizado pelo CAEG - Centro de Atividades Estudantis de Guarapuava.

O entrevistado 4 afirma que através do CAEG participou de congressos de reconstrução da UNE:

Eu participei dos três congressos de reconstrução da UNE, em Minas Gerais, na Bahia e em São Paulo. Tudo isso, toda essa documentação foi queimada. Por medo, por repressão. Aqui de Guarapuava teve gente que desapareceu.

Diante do exposto, percebemos o quanto o movimento secundarista, embora pouco citado em pesquisas, também teve grande importância nesse momento histórico⁴⁶ em todo território nacional, inclusive com atuação em nosso estado e também na cidade de Guarapuava, foco de nossa pesquisa.

⁴⁶ Ditadura civil-militar (1964-1985).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs analisar o movimento estudantil secundarista de Guarapuava durante a ditadura civil-militar brasileira e quais suas contribuições na história da educação da cidade e de que modo desenvolveram suas atividades.

Nesse sentido, por meio da dialética geral-específico, buscou-se realizar uma interpretação do fenômeno escolhido guiando as reflexões por meio dos preceitos do materialismo histórico dialético. A atuação dos estudantes na história da cidade e no movimento estudantil secundarista guarapuavano durante o período do regime militar, entendendo-o como fato componente das démarches nacionais para adequação ao capitalismo internacional, foi o foco de nossos esforços.

Na nossa pesquisa através do levantamento bibliográfico acerca da história do movimento estudantil no Brasil, constatamos a importância deste num período repressor e autoritário imposto pelos militares, quando a juventude organizada se coloca na contramão do sistema, tentando deixar claro que esse período foi percebido, pensado e formou o cenário de atuação de uma parte relevante da juventude guarapuavana.

Sendo assim, foi possível evidenciar que o movimento estudantil como todo movimento social, coletivamente se mobiliza a partir de lutas sociais e políticas a fim de questionar e modificar as estruturas existentes. Sua trajetória está intimamente ligada à história do país e tem marcos que antecedem sua fase organizada. Foram os estudantes que em momentos de grande opressão do povo gritaram por liberdade, por justiça e pela igualdade. Por essa característica contestadora da juventude que tornaram-se alvo do governo militar na tentativa de controlar, manipular ou extinguir com o movimento estudantil.

Os vinte e um anos de repressão implantados pelos militares no país foram sustentados por atos institucionais e decretos-leis que legalizaram esse sistema autoritário e opressor. Alguns dos meios utilizados para se manterem no poder foram a censura e a manipulação das informações, bem como as mais cruéis torturas. As prisões aconteciam também com a intenção de aprisionar os

pensamentos discordantes. Mobilizações contra a ditadura civil-militar aconteceram em boa parte do país, em especial nos grandes centros urbanos.

A atuação do movimento estudantil secundarista nessas manifestações foi relevante. Muitas vezes foram eles que estiveram a frente das mobilizações estudantis, principalmente quando pela Lei Suplicy, a União dos Estudantes (UNE) entra na ilegalidade e na clandestinidade. Por não terem sido vistos como uma ameaça ao governo militar o movimento estudantil secundarista (em especial o paranaense) ficou mais “livre” e pode inclusive participar da reconstrução da UNE.

Sobre a história de Guarapuava encontramos registros que demonstram que seu processo de colonização e povoamento foi permeado por lutas, isolamentos, escravidão, degredo, credices e jogo de interesses, que nos auxiliaram a entender as relações de poder ocorridas na cidade. Relações que permanecem até os dias atuais, revelando uma cidade conservadora, uma terra de coronéis, onde o poder político é transmitido como herança genética.

Nesse contexto, é compreensível a pouca referência ao processo histórico e a história da educação do município principalmente a partir da década de 60. Sobre o movimento estudantil secundarista a carência é ainda maior, sendo mencionado minimamente em material bibliográfico e em alguns periódicos. A maior referência que se faz é a atuação do movimento estudantil secundarista na luta pelo ensino superior na cidade.

Devido a essa carência de estudos científicos acerca do movimento estudantil guarapuavano e da cidade durante a ditadura civil-militar brasileira, buscou-se nas fontes orais a possibilidade de preencher essas lacunas existentes, evidenciando a existência de uma história, até então silenciada. O uso das entrevistas com ex-militantes do movimento estudantil secundarista mostrou-se no decorrer da pesquisa imprescindível e essencial no processo da mesma. A história através da memória desses estudantes nos forneceram algumas possibilidades de análise da conjuntura social, política e econômica da cidade e da atuação dos jovens na época em questão. Igualmente, a utilização de algumas notícias veiculadas no período nos auxiliaram na compreensão desse contexto.

Podemos dividir a atuação estudantil guarapuavana em dois períodos distintos que não por simples coincidência assemelham-se a períodos distintos da ditadura civil-militar. No primeiro período do movimento estudantil de Guarapuava,

que coincide com a implantação do período militar no Brasil, temos a atuação da União Guarapuavana dos Estudantes Secundaristas (UGES) e, no segundo momento, período de transição e de abertura política, temos a fundação do Centro de Atividades Estudantis de Guarapuava (CAEG).

A UGES surge em 1962, com objetivo de representação, defesa e coordenação dos estudantes secundários de Guarapuava. Dentre suas principais atividades no período destacamos a luta e conquista do ensino superior em Guarapuava e a realização do XX Congresso Estadual dos Estudantes Secundários em 1969. Essas ações foram, para os entrevistados, as atividades mais marcantes do movimento estudantil na cidade. Convém também destacar as atividades culturais desenvolvidas por essa entidade que tinham como objetivo difundir a cultura e a arte.

A maioria das atividades da UGES estava voltada para à socialização de seus membros através de atividades esportivas e culturais, que de certo modo, quebrava com a rotina de uma cidade do interior, isolada pela sua localização e pelo seu processo histórico, porém não quebrava nem questionava a ordem estabelecida na cidade ou nos colégios. Muitos jovens nesse contexto estavam mais preocupados com a aquisição da carteirinha estudantil que lhes davam algum benefício do que lutar pelo benefício de todos.

Aproximadamente em 1974, quando se inicia o processo de abertura política também há o início de uma nova organização estudantil guarapuavana. A UGES no modelo que se apresentava não mais atendia os interesses dos estudantes. Acreditavam que era necessário uma mudança na entidade para que se mudasse também a postura estudantil frente a realidade. Nesse contexto, além da mudança da nomenclatura, há a mudança de ideologia. Desse modo, a UGES passa a ser CAEG.

As atividades realizadas pelo CAEG também tinham cunho cultural e artístico, visando a socialização, mas de modo velado apresentavam críticas a sociedade e ao sistema. Através dos eventos realizados pelo CAEG, seus integrantes militavam e agregavam membros. Mas essa realidade não era uma totalidade, pois nem todos os estudantes do período eram politizados, posicionados e críticos.

Aqueles que assumiram a militância estudantil junto ao CAEG renunciaram muitas vezes a vida pessoal e familiar, pois as atividades desenvolvidas exigiam

dedicação, estudo e tempo. Participaram de Congressos no Brasil todo, inclusive nos da reconstrução da UNE. Com posicionamentos contrários ao sistema militar se identificaram com a esquerda, mas não com o MDB local, que foi uma oposição consentida, mas com o Partido dos Trabalhadores, sendo os secundários, um dos responsáveis por sua fundação na cidade. Alguns começaram a militar também em grupos clandestinos ligados a Organização Socialista Integralista (OSI).

A cidade durante o período repressor, embora com menos efervescência como nos grandes centros urbanos também foi alvo da repressão militar, o que comprova que qualquer foco do comunismo ou de posições contrárias ao sistema, mesmo a mais insignificante e distante, foi combatida pelos militares. Também constatamos o quanto a imprensa da época influenciava sendo realmente uma formadora de opiniões que disseminava a ideologia militar. Verificamos que o medo da repressão era forte e por isso, muitos documentos referentes ao período foram queimados pelos pais dos militantes, numa tentativa de protegê-los.

As poucas pessoas que ousaram contrariar o governo, foram perseguidas e presas e as que não foram, atuaram na clandestinidade, pois não havia liberdade de escolha, nem de expressão.

Para os entrevistados do primeiro grupo a ditadura passou despercebida, embora ouvissem falar de alguns casos aleatórios não a viam como algo que causasse medo ou ruim para o país, sendo que alguns dos entrevistados atualmente são favoráveis a sua volta, para que o país estabeleça a ordem e a disciplina. Sobre os aparatos e os órgãos repressivos muitos nem ouviram falar, assim como não souberam das perseguições, das prisões e das torturas. Talvez por isso sejam a favor do sistema militar, embora justifiquem que somente os que mereciam que sofreram com a ditadura.

Os jovens do segundo grupo sentiram a ditadura civil-militar de outro modo, alguns inclusive participaram de manifestações contra o regime instalado no país e acreditavam que era necessária uma mudança na estrutura social, inclusive com a implantação de um novo sistema político e econômico.

Como vimos, a busca pela transformação social é uma das características dos movimentos sociais, assim como a organização dos sujeitos em prol de uma coletividade. Sendo assim, o movimento estudantil secundarista guarapuavano mesmo timidamente no período repressor, representou os interesses da classe

estudantil e pelas características da cidade, as necessidades da juventude da época estavam voltadas para a socialização, com atividades culturais e esportivas.

No período de abertura política o movimento estudantil secundarista de Guarapuava se organiza de modo a lutar não somente pela causa estudantil mas por causas sociais maiores. Em muitos momentos foram os estudantes secundaristas que apoiaram as lutas dos trabalhadores na cidade.

A utilização dos periódicos e das entrevistas possibilitou compreender através do confronto com as fontes bibliográficas a estrutura social e política da cidade e como o movimento estudantil secundarista atuou em Guarapuava, durante a ditadura civil-militar brasileira.

A pesquisa foi se construindo num processo de contradições, frustrações e surpresas. Frustramo-nos quando percebemos que não havia fontes escritas sobre o assunto. Surpreendemo-nos quando descobrimos que as fontes orais nos possibilitariam diversas alternativas de análise e de conteúdo. A frustração surgiu novamente, quando na bibliografia consultada sobre o município percebemos que o poder político na cidade a configura até os dias atuais, como uma “terra de coronéis”. Nova surpresa quando verificamos que mesmo distante e isolada em vários aspectos, Guarapuava recebeu organizações comunistas. Além disso, pudemos ver que, mesmo timidamente os jovens entre 12 e 16 anos, organizavam-se de modo independente, autônomo e significativo na cidade.

Acreditamos que essa pesquisa, dentre suas limitações e possibilidades, possa impulsionar outros pesquisadores prosseguir no preenchimento dessa importante lacuna da história da educação do município. Que novos estudos surjam, ampliem e aprofundem a discussão acerca do movimento estudantil secundarista guarapuavano. Afinal, talvez tenhamos muito a aprender com história do ímpeto juvenil de “mudar o mundo”.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1990.

BRASIL. Lei 4.464 de 9 de novembro de 1964 (Lei Suplicy), que dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes. Disponível em: <<http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/357.pdf>> Acesso em 15 ago. 2013.

BRUNELO, L. *Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da operação Marumbi na terra das araucárias*. Maringá: Eduem. 2009.

CHIAVENATO, J. J. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. 14ª ed. São Paulo: Moderna. 2004.

CINTRA, A.; MARQUES, R. *Ubes – uma rebeldia consequente: a história do movimento estudantil secundarista do Brasil*. Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2009.

Coleção das Leis do Brasil. Bibliotheca da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891. Índice das Cartas de Leis, Alvarás, Decretos e Cartas Régias. p. 36 a 39. Disponível em: www.Câmara.gov.Br/internet/infdoc/legislação. Acesso em 02 ago. 2014.

COSTA, A. *A repressão no estado do Paraná durante o regime militar: O movimento estudantil e a operação Marumbi*. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_a_milton_costa.pdf. Acesso em 10 set, 2014.

FÁVERO, M.L.M. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro. Editora da UERJ. 1996.

FERNANDES, M. A. M. *Poder & Comércio: Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (1955-1970)*. 1ed. Curitiba: Editora CRV, 2010.

FERREIRA JR, F. *A prisão sem muros: Guarapuava e o degredo no Brasil do século XIX*. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FLITNER, A. Os Problemas Sociológicos nas Primeiras Pesquisas Sobre a Juventude. In: BRITTO, S. (Org). *Sociologia da Juventude, I: da Europa de Marx à América Latina de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FORACCHI, M. A. M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1977.

FRANCO NETO, F. *População, Escravidão e Família em Guarapuava no século XIX*. 2005. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2005.

GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Cortez. 2011.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação* v. 16 n. 47 maio-ago. 2011

_____; BRINGEL, B. M. (Orgs). *Movimentos Sociais na era global*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

GONÇALVES JÚNIOR, E. B. *Ensino de Chumbo: memórias, temores e silêncios na FAFIG (1970-1973)*. *Revista História em Reflexão*: Vol. 3 n. 5 – UFGD - Dourados jan/jun 2009.

HELLER, M. I. *Resistência Democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

_____; DUARTE, M. de L. A. G. *Memórias de 1964 no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial. 2000.

IANNI, O. O Jovem Radical. In: BRITTO, S. (Org). *Sociologia da Juventude, I: da Europa de Marx à América Latina de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Unicamp, SP: 1998.

MAGALHÃES, M. B. de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001. 122p. Coleção história do Paraná; textos introdutórios.

MANNHEIN, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, S. (Org). *Sociologia da Juventude, I: da Europa de Marx à América Latina de Hoje*. Zahar Editores; Rio de Janeiro, 1968.

MARCONDES, G. G. *Guarapuava: história de luta e trabalho*. Guarapuava: Unicentro, 1998.

_____, ABREU; A. T.G.; NEVES, C. L. S.; MICHALISZYN, S. A. *FAFIG: 15 Anos de história*. 1995, Guarapuava: UNICENTRO.

MARX, K. Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana. In FERNANDES, F. (Ed.), *Marx/Engels: Vol. 36. Grandes Cientistas Sociais. História*. São Paulo: Ática. 1989.

MATOS, J. SENNA, A. K. História oral como fonte: problemas e métodos. Disponível em: www.seer.furg.br/hist/article/download/2395/1286. *Historiæ*, Rio Grande, p. 95-108, 2011. Acesso em 06 de set. 2015.

MENDES JR. A. *Movimento Estudantil no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1982.

MESQUITA, M. R.. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 2003. p.117-149. Disponível em: <http://rccs.revues.org/1151>. Acesso em 20 set. 2014.

PICOLOTTO, E. L. Movimentos Sociais: Abordagens Clássicas e Contemporâneas. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais – Ano I, Edição 2*, nov. 2007. Disponível em: <http://csonline.ufjf.emnuvens.com.br/csonline/issue/view/27/showToc>. Acesso em 20 de set 2014.

POERNER, A. J. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Booklink. 2004.

REIS, D. .A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP:Edusc, 2004.

ROMAGNOLI, L. H.; GONÇALVES, T. *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

SANFELICE, J. L. *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. 2ª ed. São Paulo: Alínea. 2008.

SAVIANI, D. História da História da Educação no Brasil; Um balanço prévio e necessário. Conferência de abertura do V Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares, organizado pela Uninove e realizado em São Paulo, de 27 a 29 de agosto de 2008. Disponível em http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais_V_coloquio/Conferencia%20Dermeval%20SAVIANI.pdf. Acesso em 24 de junho de 2014.

SCHMIDT, L. P. *A (re) Produção de um espaço desigual: poder e segregação socioespacial em Guarapuava (PR)*. 2009. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

SCHMITT, S. L. *Encontros e Desencontros do Movimento Estudantil Secundarista Paranaense. (1964-1985)*. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel.

_____; FIUZA, A. F. A DOPS e a vigilância política do movimento estudantil paranaense durante a ditadura civil-militar. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.45, p. 101-114, mar 2012. Acesso em 15 de agosto de 2013.

SILVA, W. P. *Entre Lustosa e João do Planalto – a arte da política na cidade de Guarapuava (1930-1970)* 2008. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói.

SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 2000.

TEMBIL, M. *Em busca da cidade moderna: Guarapuava... recompondo histórias, tecendo memórias*. Guarapuava: UNICENTRO.2007.

UPES, site oficial. Endereço: <http://upespr.webnode.pt/sobrenos/>.

VIEIRA, E. *A República Brasileira: 1964-1984*. São Paulo: Moderna. 1985.

Fontes

Edição do Jornal Esquema Oeste. de 30/06/1971 a 06/07/1971, CEDOC-G/UNICENTRO

Edição do Jornal Folha do Oeste, de 05/04/1964, CEDOC-G/UNICENTRO

Edição do Jornal Folha do Oeste, de 19/04/1964, CEDOC-G/UNICENTRO.

Edição do Jornal Folha do Oeste, de 14/06/1964, CEDOC-G/UNICENTRO.

Processo-crime n° 964.2.5597 (IPM). Caixa 301, CEDOC/G – UNICENTRO.

Processo-crime n° 963.2.5323. Caixa 286, CEDOC/G – UNICENTRO.

BNM Digital, Relatório Brasil, Tomo V, vol. 3, As torturas, p. 885. Disponível 2331 em:http://bnmacervo.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL&pesq=Vladimir%20Salom%C3%A3o%20de%20Amarante. Acesso dia 11/08/14.

BNM Digital, BIB06, pasta bnm_551, p. 972. Disponível em: http://bnmacervo.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_06&pesq=guarapuava. Acesso dia 11/08/14.

ANEXOS

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1. Qual o seu nome completo, a data e o local de nascimento?
2. Ano que iniciou o ginásio e o 2º grau?
3. Em que escola estudou? Havia grêmios estudantis nessa escola?
4. Como era a juventude da época, características, ideais? Pelo que lutavam?
5. Quais eram os maiores problemas/dificuldades enfrentados pela juventude da época?
6. Como era a organização da juventude nessa época? Quem organizava? Havia algum professor que acompanhava? Havia reuniões? Como eram? O que se discutia?
7. Tem conhecimento de outros grêmios estudantis na cidade no mesmo período?
8. Como era a sua participação nas organizações estudantis?
9. Quais eram os maiores problemas/dificuldades enfrentados pelo M.E. dessa época?
10. Como mobilizavam os outros estudantes?
11. Como era a organização do M.E.? Órgãos que organizavam o movimento?
12. Havia envolvimento de outros grupos ou de grupos clandestinos no movimento secundarista?
13. Havia envolvimento e influência política partidária no movimento?
14. Você era filiado a algum partido político?
15. As influências do movimento secundarista era muito diferente do movimento universitário?
16. Como se desenvolveu a mobilização dos estudantes para a reconstrução das entidades de representação nacional e estadual – UNE e UBES. Qual foi o envolvimento nesse processo?
17. Houve acontecimentos relacionados ao M.E. que marcaram sua trajetória de militância?
18. Os estudantes tinham conhecimento das manifestações que aconteciam no Brasil, durante a ditadura civil militar?
19. Os estudantes tinham conhecimento da atuação da DOPS, polícia política do período? Havia “investigação” da DOPS na organização dos estudantes da época em que você militou? Como isso acontecia?
20. Os estudantes tinham conhecimento da legislação implementada pelo governo militar para orientar a organização estudantil? Conheciam a nomenclatura dada aos Grêmios como Centros Cívicos?
21. Havia discussões políticas nas reuniões?
22. Qual relação você vê entre a sua atuação profissional e política atual com sua militância naquela época?
23. Como saiu da militância?
24. O que acha que mudou no M.E. daquela época para os dias de hoje?

REVISTA
DIÁLOGO

ANO I — N.º 2 — MAIO, 1968

U
P
E
S

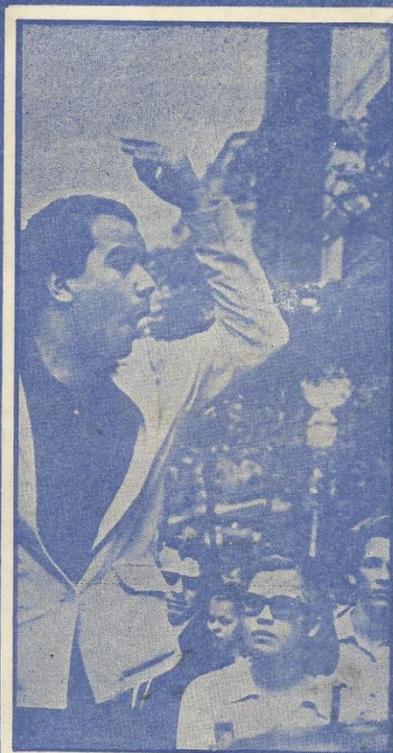


UPES

Diálogo

MAIO DE 1969

N.º 4



**AONDE
VAI O
MOVIMENTO
ESTUDANTIL**

Para a direção da União Guarapuavana
dos Estudantes Secundários (UGES)

CHAPA ALIANÇA

Presidente Fouad T. Fawaz - 2.º Científico C.E.M.R.
1.º Vice-Presidente Maria das Graças Prestes - 2.º Comércio
2.º Vice-Presidente Yara Lins - 3.º C.N.S. de Belém
Secretária Maria Cirlene Dellê - E.N. Secundária
1.º Secretário Odolir Piano - G. A. A. Ribeiro
Tesoureiro João Bittar - 2.º Comércio
1.ª Tesoureira Zélia Michalak - C.N.S. de Belém
Orador Arival R. Kramer - C.E.M.R.
1.º Orador Renato G. Pupo - C.E.M.R.
Diretor Esportivo Marcos A. Pizzano - C.E.M.R.

Secundarista ajude-nos a ajudar você votando nesta Chapa



XX.º CONGRESSO ESTADUAL DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS
poder eletivo, legislativo e judiciário da
UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS
Guarapuava, 8, 9, 10, 11 de janeiro de 1969

Comissão Central QUARTEL

Nome MILTON LUIZ PIRES

Entidade ASSOCIAÇÃO CASCAVELENSE DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS

Município CASCAVEL válido até 11-1-69

intransferível, sob pena de apreensão

Pires
presidente da UGES

Paulo
presidente da UGES

almoço 9-1-69 jantar 9-1-69

almoço 11-1-69 jantar 11-1-69

CONSTITUIÇÃO DA
UNIÃO GUARAPUAVANA DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS

PARTE GERAL

Art.1º - A União Guarapuavana dos Estudantes Secundários-UGES-, fundada em 12.06.62, é a entidade mater de representação, defesa e coordenação dos estudantes secundários e de grau médio da cidade de Guarapuava.

Art.2º - A Uges é uma entidade com sede e foro no município de Guarapuava e de duração indeterminada.

CAPÍTULO I

Princípios e finalidades

Art.3º - A Uges tem como princípios:-

1 - Manter luta perene e constante pela preservação dos princípios democráticos de direito e de justiça.

2 - Impedir que questões politico-partidárias concorram para a desunião da classe ou que no meio dela tenham vida ideológica ou de carácter totalitário.

3 - Pregar o princípio de honra ao mérito, só permitindo a ascendência de reais valores

4 - Apoiar os poderes constituídos quando coerentes com suas finalidades e denuncia-los quando deles exorbitarem.

5 - Dar o necessário apoio à crítica séria, à liberdade de pensamento e de consciência.

6 - Monrar os antepassados na evocação da história e nas evocações patrióticas.

7 - Lutar pelo respeito às liberdades fundamentais da pessoa humana, pugnando sempre pela igualdade de direitos e deveres de todos perante a lei, independente de raça, cor, credo político ou religioso e posição social ou monetária.

8 - Preservar a tradição de lutas da mocidade em defesa de nossa independência, na observância da Constituição Nacional ou seja, da República Federativa do Brasil.

9 - Lutar pela elevação do nível cultural e social do estudantado.

Art.4º - A Uges é uma entidade filiada à União Paranaense dos Estudantes Secundários, devendo cooperar com ela e acatar suas supremas decisões sem quebra da presente constituição.

Art.5º - À UGES compete:

1 - Representar e coordenar todos os estudantes de grau médio de Guarapuava.

2 - Preservar e incentivar a unidade da classe em torno de seus problemas gerais

3 - Dar dentro de suas possibilidades assistência social, médico-donto-

4 - Estimular a confraternização entre suas entidades-membros e incentivar as relações amistosas entre entidades estudantis de todo o município de Guarapuava e outros municípios brasileiros.

5 - Denunciar em público, indivíduo, agremiação, ou grupo não credenciado que pretenda representar a classe ou interpretar-lhe o pensamento.

6 - Orientar e esclarecer a classe em torno dos principais problemas suscitados sobre o interesse da mesma.

7 - Lutar em favor da melhoria do ensino, zelando pela sua moralidade.

PARTE ESPECIAL

CAPÍTULO II

DOS SÓCIOS

Art. 6º - A UGES possui quatro categorias de sócios a saber:

a) Sócios Efetivos

b) Sócios Honorários

c) Sócios Beneméritos

§ 1º - Os sócios efetivos são todos os estudantes secundários e de 1º grau médio do município de Guarapuava, devidamente matriculados em estabelecimentos desse gênero.

§ 2º - São sócios honorários aqueles cidadãos que prestaram serviço de real valor à UGES ou a classe por ela representada, e forem propostas e aceitas em Congresso ou Conselho.

§ 3º - São sócios beneméritos, aqueles estudantes que reconhecidamente tenham se destacado na vida estudantil e que façam jus pela posição relevante assumida na defesa dos interesses da classe, a homenagem da mesma.

§ 4º - Após ouvidos os participantes dos Congressos e Conselhos, mediante petição assinada por um estudante credenciado por uma entidade membro junto ao Congresso ou Conselho, caberá propor a concessão de diplomas de sócios-honorários ou beneméritos.

§ 5º - Consideram-se Entidades Membros as entidades estudantis filiadas à Uges, segundo as prescrições da presente Constituição.

CAPÍTULO III

DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS

Art. 7º - O grêmio estudantil é associação dos alunos de um Estabelecimento de Ensino Secundário, sendo seu mais alto órgão de coordenação, defesa e representação.

Art. 8º - Em cada ciclo poderá existir um Grêmio Estudantil desde que o número de associados seja maior que de vinte (20) elementos.

§ Único - Fica assegurada total independência de organização dos grêmios estudantis.

Art. 9º - É obrigatória a filiação dos Grêmios Estudantis à UGES, sob pena da perda das prerrogativas que lhe confere a presente constituição.

Art. 10º - A filiação do Grêmio Estudantil à UGES seguirá as determinadas ou melhor, as determinações prescritas na presente Constituição.

§ Único - O grêmio estudantil a que for negada a filiação poderá recorrer ao Congresso ou Conselho.

Art. 11º - Ao grêmio Estudantil Compete:

1 - Colaborar intimamente com a Uges.

2 - observar o integral cumprimento da presente constituição.

3 - fazer-se representar nos conselhos e congressos da Uges.

4 - Apresentar à Uges todos os problemas da classe.

5 - acatar às decisões da Uges, desde que as mesmas não fiquem em dependência orgânica.

Art. 12º - Terá cassada a sua filiação, o grêmio estudantil que desrespeitar a presente constituição, ou desviar-se de suas finalidades.

§ Único - caberá somente ao congresso a cassação de registro, o qual será revelado, ao cessarem as causas que motivaram a medida.

Art. 13º - As entidades membros para poderem ser filiadas à UGES deverão apresentar os seguintes documentos: - Cópia da ata de eleição, cópia autêntica da dos Estatutos, histórico da vida da entidade, cópia da ata de eleição de tomada de posse da diretoria em vigência, anexando endereço e o necessário requerimento tudo em duas vias.

cpzr.

UNIÃO GUARAPUAVANA DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS-UGES.
Órgão máximo de representação, defesa e coordenação
dos Estudantes Secundários da cidade de Guarapuava.
Rua Dr. Laranjeiras s/nº-Guarapuava ----Paraná

Guarapuava, 1ª de agosto de 1969.
Ofício circular nº005/69.

PREZADO DIRETOR:-

Augurando-vos um feliz reinício de atividades escolares, após um merecido repouso, e esperando que os seus ideais de luta e tradição em prol da nobre causa educacional, se faz presente à V. Sas. A União Guarapuavana dos Estudantes Secundários-UGES-.

Este é o portador de uma solicitação que faz esta entidade representativa do secundarista guarapuavano à Vossa Nobre Pessoa, no sentido de nos ajudar a proporcionar mais brilhantismo e mais autenticidade à uma promoção que realizaremos nos dias 26, 27, 28 e 29 de agosto do presente ano. É a "1ª SEMANA DO ESTUDANTE". Constará de uma série de torneios e concursos intercolégiais nos campos cultural e esportivo. Sendo, o Colégio que possuir grêmio estudantil, representado pelo mesmo, conclamamos vossa digna pessoa, como diretor deste colégio, a entrar em entendimentos com a direção do grêmio estudantil, com os professores de educação física e também com os educadores da parte artística, objetivando-se o preparo das equipes, quer esportivas quer culturais a representarem galhardamente nesta promoção. O colégio eo respectivo grêmio estudantil, promoção esta que visa sobretudo a integração do jovem como elemento ativo e responsável na sociedade em que vive. Todas as noites, no desenrolar da 1ª Semana do Estudante, teremos palestras proferidas por pessoas de excepcional cultura, acerca dos assuntos principais que empolgam a atualidade. Teremos ainda, conforme o regulamento anexo, torneios de futebol de salão, basquete, voley (femenino e masculino) - concursos de oratória, canto e poesia e também a eleição da mais bela estudante Guarapuavana.

Apresentar-se-á também, pela primeira vez o grupo teatral desta entidade, que sob a direção básica do Departamento Cultural Da União Guarapuavana dos Estudantes Secundários encenará uma peça teatral de comprovado renome.

Esperamos que antes de tudo isso, o digno diretor como é lógico e racional, estimulará os alunos de colégio por êle orientado a inscreverem-se e participarem desta régia e educadora promoção.

Anexamos a êste, além do regulamento da 1ª Semana do Estudante, outras publicações editadas pela entidade máter dos secundaristas paranaenses-UPES.

Certos de contar com a vossa indubitável e valiosa colaboração, aguardando sua inestimável opinião, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima com as nossas cordiais e esperançosas

SAUDAÇÕES ESTUDANTIS;

César Pedro Ribas-Pres. UG

AO NOBRE DIRETOR:-

nós Colaboramos com a realização do

XX.º CONGRESSO DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS DO PARANÁ

DE 8 A 11 DE JANEIRO DE 1969

EM GUARAPUAVA

P R O M O Ç Ã O :

UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS

UNIÃO GUARAPUAVANA DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS



XII CONGRESSO ESTADUAL DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS - CEEES
poder legislativo - eletivo e judiciário da
união paranaense dos estudantes secundários - upes

Promoção: UPES, UGES

GUARAPUAVA, PR, DE 10 a 11 de janeiro de 1969.

DOCUMENTOS XII^o Conselho Estadual
Londrina 1969



UPES 68
69
união paranaense dos
estudantes secundários